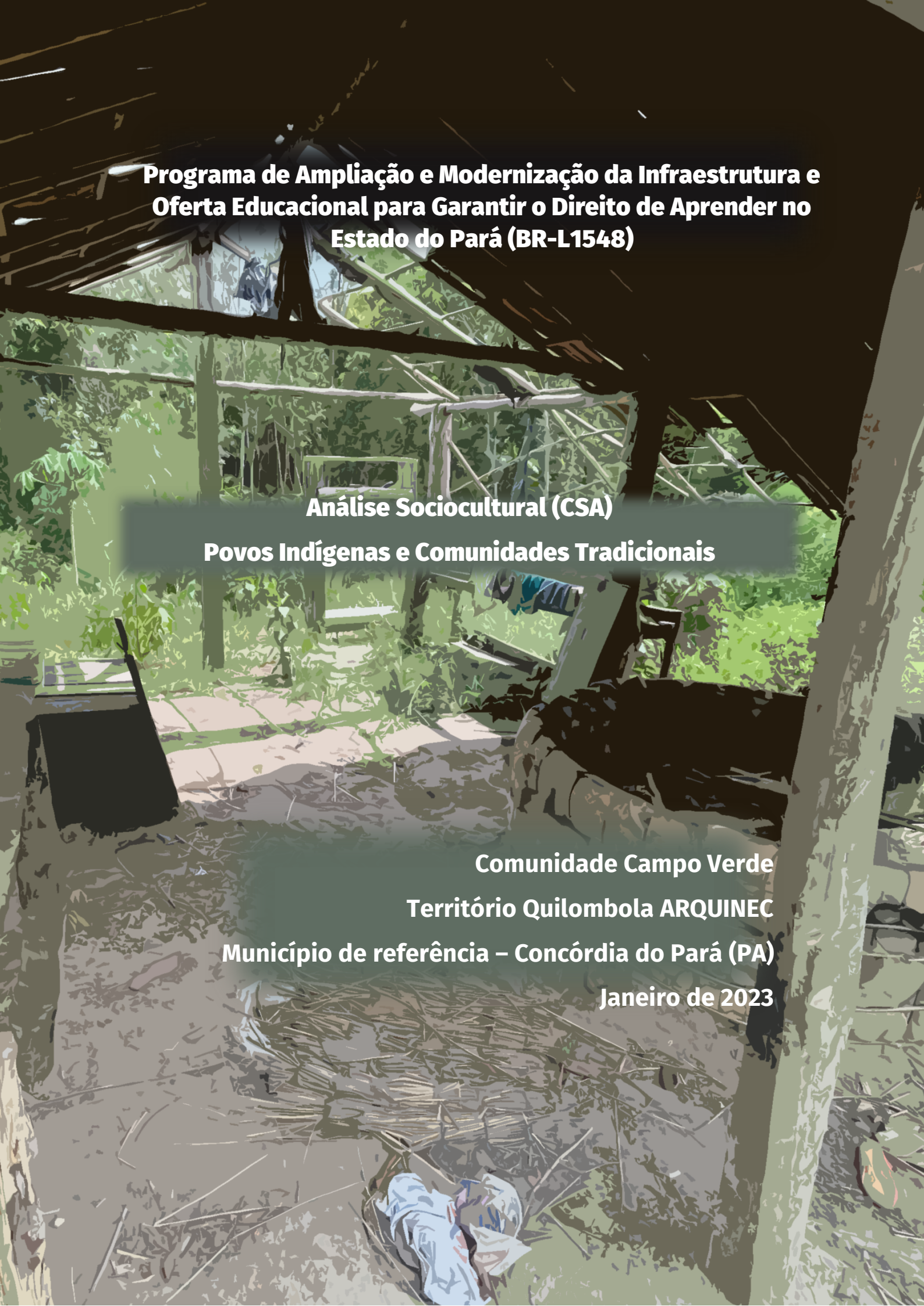


Programa de Ampliação e Modernização da Infraestrutura e Oferta Educacional para Garantir o Direito de Aprender no Estado do Pará (BR-L1548)

Análise Sociocultural (CSA)

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Comunidade Campo Verde

Território Quilombola ARQUINEC

Município de referência – Concórdia do Pará (PA)

Janeiro de 2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO _____ 5
1.1 Equipe técnica_____ 7
2. POLÍTICA OPERACIONAL BID – MARCO DA POLÍTICA AMBIENTAL E SOCIAL (mpas)_____ 8
3. OBJETIVO DO ESTUDO _____ 11
3.1 Metodologia _____ 12
3.2 Resultados e Limitações do Estudo _____ 13
4. MARCO LEGAL E DISPOSITIVOS JURÍDICOS _____ 15
4.1 Leis e diretrizes internacionais relacionadas às comunidades quilombolas _____ 15
4.1.1 Arcabouço legal das Organização das Nações Unidas (ONU) _____ 15
4.2 Leis e Diretrizes Nacionais relacionadas às comunidades Quilombolas _____ 19
4.2.1 Constituição Federal de 1988 (CF-88)_____ 19
4.2.2 Decreto n.º 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. _____ 21
4.2.3 Arcabouço legal do Ministério Público Federal. _____ 22
4.3 Leis e diretrizes nacionais de educação escolar Quilombola _____ 23
4.3.1 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) _____ 23
4.3.2 Decreto 5.159/2004, criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)_____ 24
4.3.3 Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas Quilombolas pelo Conselho Nacional de Educação e outras resoluções _____ 24
4.3.4 Infraestrutura nacional das escolas Quilombolas _____ 26
5. LINHA DE BASE SOCIOCULTURAL _____ 27
5.1 Introdução geral à Comunidade Quilombola ARQUINEC _____ 28
5.2 A Comunidade Campo Verde_____ 34
5.3 Os meios de subsistência sustentáveis _____ 36
5.3.1 Capital Humano _____ 36

5.3.2 Capital Social ____ 43
5.3.3 Capital Físico ____ 49
5.3.4 Capital Natural ____ 67
5.3.5 Capital Financeiro ____ 84
6. ANÁLISE DE VULNERABILIDADE E EXPECTATIVAS POPULACIONAIS ____ 86
6.1 Vulnerabilidade Capital Humano ____ 86
6.2 Vulnerabilidade Capital Social ____ 87
6.3 Vulnerabilidade Capital Físico ____ 88
6.4 Vulnerabilidade Capital Natural ____ 90
6.5 Vulnerabilidade Capital Financeiro ____ 91
7. RISCOS RELACIONADOS AO PROGRAMA_COMPONENTE 1 ____ 93
7.1 Metodologia de Avaliação ____ 94
7.2 Avaliação dos Riscos Potenciais ____ 95
7.2.1 Potencializar o grau de participação e consulta da comunidade ____ 97
7.2.2 Risco de desrespeito às salvaguardas relacionadas às adequações culturais do projeto arquitetônico ____ 97
7.2.3 Risco de introdução de doenças ____ 98
7.2.4 Risco de acidentes no canteiro de obra e vias de acesso ____ 99
7.2.5 Risco de conflitos na governança interna entre as comunidades da ARQUINEC ____ 99
7.2.6 Risco de assédio a mulheres e crianças ____ 100
7.2.7 Risco de assédio aos jovens por introdução de álcool e drogas ____ 101
7.2.8 Risco de assédio para venda de ativos do capital natural ____ 102
7.2.9 Risco de desabastecimento de água nas edificações comunitárias e públicas próximas ao local previsto da obra ____ 103
7.2.10 Risco de incômodos relacionados à emissão de ruídos nas edificações comunitárias e públicas próximas ao local previsto da obra ____ 103
7.2.11 Risco de desabastecimento de energia elétrica nas edificações comunitárias e públicas próximas ao local previsto da obra ____ 104
7.2.12 Risco do uso do capital natural na obra (madeira, areia, cascalho) ____ 104
8. PLANO DE AÇÃO SOCIOCULTURAL ____ 106
8.1 Medidas de Mitigação e Monitoramento ____ 106

9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES _____ 113

10. REFERÊNCIAS CONSULTADAS _____ 114

ANEXOS

I - Plano de Consulta.....116

1. INTRODUÇÃO

O Estado do Pará através da Secretaria de Estado da Educação está buscando um empréstimo a ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de ampliar e modernizar a infraestrutura e oferta educacional da rede estadual de ensino do Pará, de forma a contribuir com a garantia do direito de aprender e valorizar os profissionais da rede.

Os objetivos específicos do Programa são:

- Melhorar a infraestrutura física de 120 escolas com o propósito de atender ao redimensionamento da rede e à necessidade de recuperação de estruturas inapropriadas, garantindo a oferta de matrículas e ambiente adequado, impactando na permanência dos alunos na escola e na qualidade da aprendizagem;
- Modernizar o processo de monitoramento da aprendizagem em todas as etapas de ensino, garantindo a evolução do sistema e obtenção de resultados melhores em índices como IDEB e SAEB;
- Revisar a oferta pedagógica para ensino médio e educação de jovens e adultos, assegurando aos estudantes o desenvolvimento das aprendizagens necessárias para a conclusão de cada uma das etapas de ensino;
- Implementar a cultura de garantia de aprendizagem na rede;
- Expandir a formação dos docentes da rede estadual;
- Aprimorar o planejamento, monitoramento e a execução das políticas e ações educacionais.

O Programa está estruturado nos seguintes componentes:

Componente 1: Cobertura e Qualidade da Infraestrutura, visa ampliar a cobertura e melhorar a qualidade da infraestrutura, envolvendo: (i) serviços de consultoria de engenharia para planejamento e elaboração de obras de construção de infraestrutura escolar; (ii) serviços de reforma e ampliação de 120 escolas; e (iii) aquisição de móveis e equipamentos. As obras de construção de infraestrutura serão projetadas de acordo com os princípios de sustentabilidade climática e resiliência.

Componente 2: Práticas de Ensino, divididas em três subcomponentes:

Subcomponente 2.1: Recuperação de aprendizagem e conclusão de Ensino Médio, envolvendo as seguintes atividades: (i) expansão e melhoria das políticas de recuperação e aceleração de aprendizagem; (ii) ferramentas digitais para aprendizagem individualizada; (iii) iniciativa de tutoria e de estímulo comportamental para aumentar a conclusão da escola; (iv) piloto para avaliação de práticas de ensino;

e (v) piloto de um programa de transferência de dinheiro para trazer de volta alunos fora da escola.

Subcomponente 2.2: Provisão educacional adequada para comunidades remotas, envolvendo: (i) atualizações socioculturais em currículos e materiais pedagógicos para maximizar a aprendizagem e diminuir as lacunas de gênero e raça; (ii) reestruturação das políticas de ensino existentes para comunidades remotas; e (iii) formação de professores para alunos diversos e rurais.

Subcomponente 2.3: Modernização dos espaços pedagógicos nas escolas e no CEFOR, envolvendo: (i) expansão da conectividade à internet; e (ii) equipamentos para laboratórios.

Componente 3: Práticas de Gestão, que visa fortalecer a capacidade institucional da Seduc, apoiará todos os objetivos específicos e finanças, e englobando as seguintes atividades: (i) a instalação e os equipamentos de uma Unidade de Avaliação Educacional; (ii) atualização e transferência de tecnologia de teste de avaliação em larga escala; (iii) melhoria da estrutura organizacional e da gestão de processos; (iv) atualização dos sistemas de TI; e (v) serviços de consultoria para a concepção de políticas voltadas à Seduc, apoiando os municípios na melhoria de seus resultados educacionais.

Componente 4: Administração do Programa, apoiando a execução das ações do Programa, contribuindo para atingir todos os objetivos específicos. Engloba o financiamento de equipamentos, serviços e consultores para a Unidade de Gerenciamento de Projetos (PMU), incluindo serviços de auditoria.

Este documento, relacionado a elaboração da análise sociocultural (CSA em inglês) de amostra representativa, se refere especificamente ao Componente 1 do Programa, ainda que caiba evidenciar a importante contribuição da avaliação em tela sobre a perspectiva pedagógica do Programa (Componente 2 – Subcomponente 2.2), haja visto o crescente protagonismo das comunidades tradicionais acerca de suas reivindicações em relação ao necessário comprometimento do Estado com suas especificidades culturais no diálogo com os processos formais de educação.

De forma objetiva este estudo tem o propósito de preparar os instrumentos de identificação e gestão de potenciais impactos socioambientais negativos e riscos socioambientais que possam surgir das obras do Programa.

As comunidades previstas para receber o Programa foram indicadas pela Seduc do Pará e enviadas a esta consultoria num total de sete comunidades com prerrogativas de direitos específicos que devem ser avaliadas conforme os requisitos estabelecidos no Marco da Política Ambiental e Social (MPAS) do BID, em especial o Padrão de Desempenho Ambiental e Social 7 (PDAS 7), bem como em consonância com a legislação nacional e convenções internacionais que o país é signatário.

Após análise da demanda, em especial avaliando tempo de deslocamento, tempo mínimo para o trabalho de campo, atendimento do Termo de Referência x prazos internos do BID para entrega do CSA e especificidades socioculturais das comunidades, esta consultoria, em diálogo com o BID, definiu por uma amostra representativa com três comunidades. Este documento se refere a uma das comunidades da amostra, a comunidade Campo Verde do território Quilombola ARQUINEC (Associação Remanescente de Quilombos Nova Esperança de Concórdia do Pará)

1.1 Equipe técnica

Profissional	Formação	Função
Mirella Poccia Costa	Antropóloga	Especialista - Antropóloga Coordenação e meio social
Natália L. S. Oliveira	Bióloga	Especialista Meio Social Meio biótico e revisão geral
Rafael Poccia Costa	Biólogo e Técnico em geoprocessamento	Meio Social e Geoprocessamento

2. POLÍTICA OPERACIONAL BID – MARCO DA POLÍTICA AMBIENTAL E SOCIAL (MPAS)

Em janeiro de 2019, o BID criou um Grupo encarregado de atualizar suas políticas operacionais ambientais e sociais. Em 2020 foi então aprovado o novo Marco da Política Ambiental e Social (MPAS), que substitui as políticas de salvaguardas e norteia as operações na proteção das pessoas e do meio ambiente. O novo marco de política reafirma seu compromisso, como parceiro da região, na gestão dos riscos ambientais e sociais nas operações apoiadas, além de estabelecer novos e ambiciosos padrões em diversas áreas. O BID está elevando a importância do respeito aos direitos humanos, que deixa de ser apenas uma aspiração para posicionar-se no centro da gestão dos riscos ambientais e sociais.

O MPAS estabelece proteções mais rigorosas para pessoas e grupos em situações de vulnerabilidade aos potenciais riscos e impactos de projetos apoiados pelo BID. Especifica claramente onde é necessário obter o consentimento livre, prévio e informado de povos indígenas, determina a proteção de afrodescendentes e pessoas com deficiência e exige a consideração de fatores como raça e etnia, idade e condição social, estando alinhados com as versões mais recentes das convenções e instrumentos internacionais centrais da ONU e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O novo MPAS, em especial o Padrão de Desempenho Ambiental e Social 7 (PDAS 7) reconhece que Povos Indígenas e povos tradicionais reconhecidos nas leis nacionais, como povos sociais e culturais distintos, estão frequentemente entre os segmentos mais marginalizados e vulneráveis da população. Em muitos casos, seu status econômico, social e jurídico limita sua capacidade de defender seus direitos e interesses em terras e recursos naturais e culturais e pode restringir sua capacidade de participar e se beneficiar de um desenvolvimento que esteja de acordo com sua visão de mundo. Povos Indígenas são particularmente vulneráveis se suas terras e recursos são transformados, invadidos ou degradados. Seus idiomas, culturas, religiões, crenças espirituais e instituições também podem estar ameaçados. Como consequência, os povos indígenas e tradicionais podem ser mais vulneráveis aos impactos adversos associados ao desenvolvimento do projeto do que os povos não indígenas. Essa vulnerabilidade pode incluir perda de identidade, cultura e meios de subsistência baseados em recursos naturais, além de exposição a empobrecimento e doença.

De acordo com o PDAS 7 do BID, o termo “Povos Indígenas” é usado em um sentido genérico para se referir a um grupo social e cultural distinto possuindo as seguintes características em vários graus: (i) Autoidentificação como membros de um grupo cultural indígena distinto e reconhecimento dessa identidade por outros; (ii) Apego coletivo a habitats geograficamente distintos ou territórios ancestrais na área do projeto e aos recursos naturais desses habitats e territórios; (iii) Instituições culturais, econômicas, sociais ou políticas costumeiras separadas daquelas da sociedade ou cultura dominante; e (iv) Um idioma ou dialeto distinto, geralmente diferente do idioma ou idiomas oficiais do país ou região em que residem.

A comunidade de remanescentes de quilombo[1] habitantes do Quilombo Campo Verde com seu território localizado no município de Concórdia do Pará/PA se enquadra nessa categoria. A aplicabilidade deste PDAS 7 deve ser estabelecida durante o processo de identificação de riscos e impactos ambientais e sociais. A implementação das ações necessárias para atender aos requisitos deste PDAS é gerenciada por meio do Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) do mutuário e deverá seguir as orientações e diretrizes do Anexo I deste documento.

Para atividades e operações não especificamente voltadas para os Povos Indígenas e tradicionais, mas de potencial risco e/ou benefício para eles, o Banco adere às seguintes políticas:

Objetivos principais do Padrão de Desempenho Ambiental e Social 7 (PDAS-7)

- Garantir que o processo de desenvolvimento promova o respeito total pelos direitos humanos, direitos coletivos, dignidade, aspirações, cultura e meios de subsistência dos Povos Indígenas e tradicionais baseados em recursos naturais;
- Antecipar e evitar impactos adversos de projetos nas comunidades de Povos Indígenas (comunidades tradicionais), ou quando não for possível evitar, minimizar e/ou compensar tais impactos;
- Promover benefícios e oportunidades de desenvolvimento sustentável para os Povos Indígenas (comunidades tradicionais) de uma maneira culturalmente apropriada;
- Estabelecer e manter um relacionamento contínuo com base na Consulta e Participação Informada (CPI) de uma maneira culturalmente apropriada com os Povos Indígenas e tradicionais afetados por um projeto ao longo do ciclo de vida dele;
- Garantir o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) das comunidades de Povos Indígenas e tradicionais afetados pelo projeto quando as circunstâncias descritas neste PDAS estão presentes;
- Respeitar e preservar a cultura, o conhecimento e as práticas das Populações Indígenas e tradicionais).

As ações exigidas aos mutuários devem cumprir com este PDAS 7 em específico e outros relacionados abaixo, e com a lei nacional relevante, incluindo princípios/padrões dispostos em tratados que fazem parte da lei nacional e são aplicáveis em virtude de sua ratificação. Essas políticas nortearão este estudo:

[1] Para o Decreto n° 4.887, de 2003, que regulamenta o artigo 68, os remanescentes são considerados "grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida" (BRASIL, 2003).

- PADRÃO 1 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL

  Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais

- PADRÃO 7 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL

  Povos Indígenas

- PADRÃO 9 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL

  Igualdade de gêneros

- PADRÃO 10 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL

  Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações.

3. OBJETIVO DO ESTUDO

O objetivo do estudo em tela é auxiliar o mutuário na preparação do Programa BR-L1548_Componente 1, considerando sua execução em terras indígenas e em territórios de comunidades tradicionais, por meio da elaboração de análises e documentos que devem ser inseridos no SGAS bem como os instrumentos de gestão apropriados para o cumprimento dos requisitos estabelecidos no MPAS do BID, em especifico o PDAS 7 em atendimento a Povos Indígenas e tradicionais.

Os consultores independentes responsáveis por este relatório, juntamente com o BID, consideraram para esta etapa do processo uma amostra representativa com três comunidades indicadas pela Secretaria de Educação do Estado do Pará, que guardadas suas especificidades socioculturais e de direitos adquiridos, espera-se que esta avaliação contribua para salvaguarda de seus direitos durante a elaboração do Programa, como também possam servir de referência para elaboração de documentos e análises que devem ser executadas pelo mutuário nas outras comunidades indígenas e tradicionais a serem contempladas pelo Componente 1 do Programa BR-L1548.

O conteúdo da avaliação sociocultural em tela, direcionado ao SGAS, compreenderá, entre outros, uma Análise Ambiental e Social (AAS), especificamente: marcos legais e políticas de salvaguarda que guardam interação com as comunidades e com o perfil do Programa_Componente 1; diagnóstico comunitário, análise de vulnerabilidades e identificação e avaliação de impactos; diretrizes de medidas de mitigação/compensação e plano de monitoramentos para o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS). Todas as avaliações foram elaboradas com foco em analisar a vulnerabilidade a que estão sujeitas as comunidades quando da construção de infraestrutura escolar e orientar e dar diretrizes para tratar tais vulnerabilidades em diálogo com as comunidades no processo de consulta livre, prévia e informada.

Desta forma, também é parte desta avaliação sociocultural a elaboração de diretrizes relevantes dos Planos de Consulta, Matriz e Diretrizes do Engajamento das Partes Interessadas para os projetos da amostra representativa para posterior implementação do mutuário e um quadro orientador de engajamento para as comunidades indígenas e tradicionais não presentes na amostra, mas que serão atendidas pelo Componente 1 do Programa, a ser executado pelo mutuário.

3.1 Metodologia

Este estudo utilizou, para a coleta de dados primários, metodologias participativas como o mapeamento social[2], oficinas temáticas, visitas guiadas e entrevistas semiestruturadas nas comunidades visitadas (**Figura** *1*) e dados secundários, consultados em plataformas científicas e sites de instituições governamentais e não governamentais e serão citadas as fontes quando utilizadas. O uso de fotos e informações foram dialogados e obtido consentimento para uso exclusivo no relatório em tela. Em gabinete, os dados foram sistematizados a partir da metodologia da Abordagem de Meios de Subsistência Sustentáveis (MSS), conforme Scoones (1998) e Ellis (1999), que permitiu analisar o contexto de vulnerabilidade da área Quilombola da ARQUINEC, em especial as famílias da comunidade Campo Verde, local previsto para implementação do Componente 1 do Programa a ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Figura 1 - Metodologias adotadas em campo para levantamento de dados.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Essa metodologia propõe uma abordagem de levantamentos de dados e avaliações que vincula estratégias de redução de pobreza, sustentabilidade das intervenções e processos

[2] Mapeamento social é a construção de mapas com uso de desenho livre que tem o objetivo de espacializar os locais importantes do território, o seu uso cultural, a distribuição espacial dos recursos naturais, infraestrutura, identificação de impactos ambientais e ameaças, demografia e outras informações relevantes, salvaguardando o interesse, o olhar e a compreensão da comunidade, que guia sua construção. Quando da elaboração do mapa busca-se a compreensão das percepções da comunidade acerca dos símbolos, das relações sociais, da ocupação do território, governança e das normas, valores e regras instituídas. Para maiores informações sobre a metodologia e referências acessar http://web.worldbank.org/archive/website01031/WEB/0__C-169.HTM

de empoderamento. A abordagem se vale de um quadro conceitual para analisar as estratégias de subsistência adotadas pelos indivíduos quando se defrontam com políticas, instituições e processos que afetam suas vidas, integrado ao contexto mais amplo da vulnerabilidade que estão sujeitos. A abordagem tem como objetivo mapear os cinco principais ativos da comunidade: natural, físico, social, humano e financeiro e compreender cada um em termos de disponibilidade, acesso e uso diferenciado.

Esta abordagem parte do princípio que as comunidades recorrem a estes ativos materiais e imateriais para adotar múltiplas estratégias que lhes garantam o bem-estar individual, familiar e comunitário. Em muitos casos, essas comunidades são forçadas a gastar e/ou perder seus ativos para sobreviver a um determinado evento; em outros casos, podem usá-los de forma estratégica para manter e mesmo melhorar seus meios de subsistência quando mudanças ocorrem.

Esses eventos expressam-se habitualmente como choques (um evento isolado, tal como uma ação localizada programada ou um desastre natural); tendências (mudanças de longo prazo, tais como processos migratórios), ou ciclos (como padrões climáticos sazonais ou ciclos eleitorais) e podem impactar as comunidades de diferentes formas, seja no nível micro (indivíduo e família), intermediário (gênero específico, comunidade, região habitada) e macro (regional e nacional).

3.2 Resultados e Limitações do Estudo

Este estudo foi realizado durante a fase de preconcepção do programa, no momento de preparação dos documentos que subsidiarão a assinatura do contrato com o mutuário. Atualmente, o detalhamento sobre o programa, em especial a indicação de local e as especificidades da obra que compõe o Componente 1 na comunidade Campo Verde ainda serão definidas. Desta forma, apenas com a indicação da comunidade pela Secretaria de Educação do Pará (Seduc) como elegível ao componente de infraestrutura do programa, foram feitos os levantamentos de campo.

Uma das principais limitações deste estudo é que ele foi conduzido em pouco tempo de campo e apesar de abordar diversos temas do contexto sociocultural e socioambiental da comunidade Campo Verde, eles não foram levantados de forma exaustiva. Entretanto, os levantamentos conduzidos contribuirão para apontar diretrizes e questões relevantes para o processo sistemático que deverá ser conduzido pelo mutuário, com mais tempo e dedicação. Desta forma, o estudo em tela traz uma compreensão geral do contexto vivido pelas comunidades que compõe a área quilombola ARQUINEC, em específico sobre as famílias que moram e circulam na comunidade Campo Verde e o resultado do diálogo transparente, reflexões e considerações específicas sobre a possível construção de infraestrutura escolar na comunidade em tela.

Importante evidenciar que a oportunidade de cursar o ensino médio na região estudada é dada pelo Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), que hoje fisicamente funciona

na escola municipal da comunidade Campo Verde e atende os alunos desta comunidade, das outras três que fazem parte do território da ARQUINEC (Ipanema, Dona e Santo Antônio) e alunos do Projeto de Assentamento Nova Santa Maria, projeto lindeiro ao território Quilombola.

Desta forma, segundo as famílias consultadas em campo, abordar o assunto educação, seja seu conteúdo pedagógico, gestão e/ou infraestrutura, é considerar o diálogo aberto e a participação de lideranças e famílias de todas as comunidades envolvidas de alguma forma neste processo. Uma das limitações impostas pelo pouco tempo deste levantamento em tela, além do pouco recurso disponível para subsidiar o deslocamento de famílias e representantes das outras comunidades, permitiu que somente algumas pessoas de outras comunidades estivessem presentes, o que é um importante fato a se considerar quando do processo de consulta a ser realizado pelo mutuário, como será apontado no Plano de Consulta (Anexo I).

Sem perda do exposto, o tempo disponível na comunidade foi de muita qualidade, e devido à ajuda imprescindível e dedicação dos professores, lideranças, em especial da ARQUINEC, mulheres, homens e crianças da comunidade Campo Verde e demais, foi possível construir um processo de reflexão conjunta e levantar informações relevantes para esta avaliação. Cabe ainda destacar o apoio dos profissionais da Seduc do Pará, em especial aos técnicos da Coordenadoria de Educação para a Promoção da Igualdade Racial (COPIR) e o motorista da equipe, Sr. Carlos, que auxiliaram na articulação com a comunidade, na legitimidade do trabalho e segurança para todos durante o processo.

4. MARCO LEGAL E DISPOSITIVOS JURÍDICOS

O reconhecimento jurídico-formal brasileiro dos povos e comunidades tradicionais no texto constitucional de outubro de 1988 incrementou as ações de mobilização destas comunidades que ainda lutam por fortalecer medidas implementadoras dos dispositivos constitucionais ao longo das décadas. Acrescente-se aos efeitos destes dispositivos o esforço constante de instrumentos elaborados por agências multilaterais, tais como: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Declarações e Convenções Internacionais tem ocupado um papel importante no sistema jurídico brasileiro na perspectiva de recorrentes ameaças e retrocessos ao direito destas comunidades. Enquanto as Declarações servem como "princípios jurídicos" que orientam instrumentos e ações, as Convenções, por serem Tratados ratificados, geram obrigações, vinculando os países na ordem internacional e impondo sanções em caso de descumprimento das normas acordadas.

No Brasil, não há "povos tribais" no sentido estrito em que há em outros países, mas existem grupos sociais distintos que vivem na sociedade e essa distintividade é que aproxima da noção de "povos tribais". O significado de "tribal" aqui deve ser considerado "lato sensu", envolvendo todos os grupos sociais de forma indistinta: indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos, faxinalenses, comunidades de fundos de pasto dentre outros grupos. Em todos estes dispositivos jurídicos internacionais não se define a priori quem são esses "povos indígenas e tribais", apenas oferece instrumentos para que o próprio sujeito se autodefina, como o da "consciência de sua identidade".

Desde que os grupos sociais autodesignados como povos e comunidades tradicionais se definam enquanto tal devem ser "amparados" pela legislação nacional, em especial as direcionados a proteção de seus direitos nas diversas dimensões que ele alcança e pelas Convenções, Tratados, e Declarações internacionais. Todo este arcabouço está em consonância com as políticas exigidas pelo BID ao mutuário, em especial pelo PDAS 7 que trata este documento.

4.1 Leis e diretrizes internacionais relacionadas às comunidades quilombolas

4.1.1 Arcabouço legal das Organização das Nações Unidas (ONU)

Acerca do arcabouço de valores de direitos humanos designados sob a ordem da proteção da diversidade cultural, temos, no âmbito do sistema jurídico internacional, além das Convenções e Declarações editadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), também as seguintes do sistema da ONU:

4.1.1.1 A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural

Que, no artigo 4, proclama que a "defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade da pessoa humana";

4.1.1.2 A Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais

Que afirma, no item 6 do artigo 2º, a diversidade cultural como uma "grande riqueza para os indivíduos e as sociedades", sendo a "proteção, promoção e manutenção da diversidade cultural [uma] condição essencial para o desenvolvimento sustentável em benefício das gerações atuais e futuras";

4.1.1.3 Convenção da OIT sobre povos indígenas e tribais em países independentes nº 169[3]

A Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais, que reconhece, junto com os povos indígenas, outros grupos cujas condições sociais, econômicas e culturais os distinguem de outros setores da coletividade nacional, arrolando para estas todos direitos específicos;

Em junho de 2002, o governo brasileiro ratificou, por meio do Decreto Legislativo n.º 143, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta Convenção, que é de junho de 1989, isto é, de 13 anos passados, reconhece como critério fundamental os elementos de autoidentificação, e reforça, em certa medida, a lógica de atuação dos movimentos sociais orientados principalmente por fatores étnicos e pelo advento de novas identidades coletivas. No artigo n°1 a convenção oferece a seguinte definição: aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial.

No que diz respeito à educação, a OIT 169 dá diretrizes mais concretas sobre o tema educação, inclusive dedicando uma seção especifica ao assunto, evidenciando o direito de acesso pleno a educação formal em todos os níveis, pelo menos em condições de igualdade com o restante da comunidade nacional. A OIT 169 regulamenta a necessária aplicação e melhoria no acesso à educação formal e informal evidenciando sua participação e cooperação, determinando sua prioridade em planos de desenvolvimento econômico global das regiões onde eles moram/habitam e outros conforme as seguintes disposições:

PARTE I- POLÍTICA GERAL / Artigo 7º

> I. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão

[3] Fonte http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5

participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

2. A melhoria das condições de vida e de trabalho e do nível de saúde e educação dos povos interessados, com a sua participação e cooperação, deverá ser prioritária nos planos de desenvolvimento econômico global das regiões onde eles moram. Os projetos especiais de desenvolvimento para essas regiões também deverão ser elaborados de forma a promoverem essa melhoria.

3. Os governos deverão zelar para que, sempre que for possível, sejam efetuados estudos junto aos povos interessados com o objetivo de se avaliar a incidência social, espiritual e cultural e sobre o meio ambiente que as atividades de desenvolvimento, previstas, possam ter sobre esses povos. Os resultados desses estudos deverão ser considerados como critérios fundamentais para a execução das atividades mencionadas.

PARTE VI - EDUCAÇÃO E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Artigo 27º

1. Os programas e os serviços de educação destinados aos povos interessados deverão ser desenvolvidos e aplicados em cooperação com eles a fim de responder às suas necessidades particulares, e deverão abranger a sua história, seus conhecimentos e técnicas, seus sistemas de valores e todas suas demais aspirações sociais, econômicas e culturais.
2. A autoridade competente deverá assegurar a formação de membros destes povos e a sua participação na formulação e execução de programas de educação, com vistas a transferir progressivamente para esses povos a responsabilidade de realização desses programas, quando for adequado.
3. Além disso, os governos deverão reconhecer o direito desses povos de criarem suas próprias instituições e meios de educação, desde que tais instituições satisfaçam as normas mínimas estabelecidas pela autoridade competente em consulta com esses povos. Deverão ser facilitados para eles recursos apropriados para essa finalidade.

Artigo 30º

1. Os governos deverão adotar medidas de acordo com as tradições e culturas dos povos interessados, a fim de lhes dar a conhecer seus direitos e obrigações especialmente no referente ao trabalho e às possibilidades econômicas, às questões de educação e saúde, aos serviços sociais e aos direitos derivados da presente Convenção.

2. Para esse fim, dever-se-á recorrer, se for necessário, a traduções escritas e à utilização dos meios de comunicação de massa nas línguas desses povos.

4.1.1.4 Declaração da ONU dos Direitos dos Povos Indígenas - UNDRIP (2007)

A intenção do Brasil, como um dos signatários do UNDRIP (2007), é reconhecer os povos indígenas e comunidades tradicionais como um grupo diferente do resto de sua população e criar um marco legal para proteger os direitos desse grupo. A base deste tratado concentra-se em áreas interrelacionadas:

I. Os povos indígenas (comunidades tradicionais) são claramente um grupo separado do que a sociedade dominante com seus próprios costumes e convicções. Isso inclui direitos coletivos e individuais.

II. O direito à autodeterminação: os povos indígenas e (comunidades tradicionais) têm o direito de determinar livremente seu status político e buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

III. Consentimento livre, prévio e informado gratuito (CLPI). Permite que os povos indígenas e comunidades tradicionais deem ou retenham o consentimento de um projeto que possa afetá-los ou seus territórios. Uma vez que eles tenham dado o seu consentimento, eles podem retirá-lo em qualquer estágio. Além disso, o CLPI permite negociar as condições sob as quais o projeto será projetado, implementado, monitorado e avaliado.

O UNDRIP é fundamental na proteção dos sistemas de ensino formal e informal e do bem-estar dos grupos indígenas e comunidades tradicionais para o Programa proposto, nas seguintes disposições gerais e especificas:

Artigo 14º (1) Todos os povos indígenas (comunidades tradicionais) têm o direito em estabelecer e controlar seus sistemas e instituições docentes que compartilham educação em seus próprios idiomas, em consonância com seus métodos culturais de ensino aprendizagem. (2) As pessoas indígenas (comunidades tradicionais) em particular as crianças, têm direito a todos os níveis e formas de educação do Estado sem discriminação. (3) Os Estados adotarão medidas eficazes, junto com os povos indígenas (comunidades tradicionais), para que as pessoas indígenas, em particular as crianças, inclusive os que vivem fora de suas comunidades tenham acesso, quando seja possível, a educação em sua própria cultura e no próprio idioma.

Artigo 18º Os povos indígenas (comunidades tradicionais) têm direitos, a participar na adoção de decisões em questões que afetem seus direitos, vidas e destinos, através de representantes eleitos por eles, em conformidade com seus próprios procedimentos, assim como manter e desenvolver suas próprias instituições de adoção de decisões.

Artigo 19º Os Estados celebrarão consultas e cooperarão de boa-fé, com os povos indígenas (comunidades tradicionais) interessados, por meio de suas instituições representativas para obter seu consentimento livre, prévio e informado antes de adotar e aplicar medidas legislativas e administrativas que os afetem.

Artigo 21º (1) Os povos indígenas (comunidades tradicionais) têm direito, sem discriminação alguma, ao melhoramento de suas condições econômicas e sociais, entre outras esferas, na educação, o emprego, a capacitação e o aperfeiçoamento profissionais, a habitação, ao saneamento, a saúde e a seguridade social. (2) Os Estados adotarão medidas eficazes e, na execução, medidas especiais para assegurar o melhoramento contínuo de suas condições econômicas e sociais. Prestar-se-á particular atenção aos direitos e necessidades especiais dos anciões, das mulheres, dos jovens, das crianças e das pessoas com deficiências.

Artigo 29º (1) Os povos indígenas (comunidades tradicionais) têm direito à conservação e proteção do meio ambiente e da capacidade produtiva de suas terras, territórios e recursos. Os Estados deverão estabelecer e executar programas de assistência aos povos indígenas (comunidades tradicionais), para assegurar essa conservação e proteção, sem discriminação alguma. (2) Os Estados adotarão medidas eficazes para garantir que não se armazenem nem eliminem materiais perigosos em suas terras ou territórios dos povos indígenas (comunidades tradicionais), sem seu consentimento livre, prévio e informado. (3) Os Estados adotarão medidas eficazes para garantir, segundo seja necessário, que se apliquem devidamente programa de controle, manutenção e restabelecimento da saúde dos povos indígenas (comunidades tradicionais), afetados por esses materiais; programas que serão elaborados e executados por esses povos.

Artigo 32º (2) Os Estados celebrarão consultas e cooperarão de boa-fé com os povos indígenas (comunidades tradicionais) interessados na condução de suas próprias instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre, prévio e informado, antes de aprovar qualquer projeto que afete as suas terras ou territórios e outros recursos, particularmente em relação com o desenvolvimento, a utilização ou a exploração de recursos minerais, hídricos ou de outro tipo. (3) Os Estados estabelecerão mecanismos eficazes para a reparação justa e equitativa por essas atividades, e se adotarão medidas adequadas para mitigar suas consequências nocivas de ordem ambiental, econômica, social, cultural ou espiritual.

4.2 Leis e Diretrizes Nacionais relacionadas às comunidades Quilombolas

No âmbito do sistema jurídico interno, em relação à proteção aos valores da diversidade cultural, citam-se:

4.2.1 Constituição Federal de 1988 (CF-88)

A Constituição Federal de 1988 que, no artigo 215, determina que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais”. E, no artigo 216, I e II, inclui como sinais distintivos da identidade dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira, suas “formas de expressão” e seus “modos de criar, fazer e viver”;

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o governo brasileiro reconhece a existência das comunidades remanescentes de quilombo e lhes assegura o direito à posse da terra, através do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos".

Além do **artigo 68, existem os artigos 3º, 5º, 215º e 216º que precisam ser levados em consideração na interpretação do art. 68**. Isto porque eles também servem de instrumento nas reivindicações quilombolas. O 3º apresenta como um dos objetivos da República a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Os demais artigos tratam da igualdade de todos perante a Lei, dos direitos, do acesso e da valorização da cultura e do patrimônio cultural dos grupos formadores da sociedade brasileira

O conceito atual utilizado oficialmente pelo governo brasileiro para definir o que vem a ser remanescentes de quilombo é a definição da Associação Brasileira de Antropologia (ABA surgida em 1994, que diz ser quilombo: "Toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravizados vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado."

A **Lei nº 7.668, de 22/08/1988:** autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.

Na edição do **decreto n° 4.887, de 2003, que regulamenta o artigo 68** acerca do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, os remanescentes são considerados "grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida" (BRASIL, 2003). Cabe ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)[4] titular os territórios quilombolas localizados em terras públicas federais ou que incidem em áreas de particulares (Decreto nº4887/2003). Para além do INCRA, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), também é responsável por expedir título ou Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) às comunidades quilombolas localizadas em áreas de sua gestão.

A política Federal para quilombos está vinculada ao Programa Brasil Quilombola (PBQ), coordenado pela então **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR)**, criada pelo 1°governo Lula em 2003. Esse programa lançado em 2004 com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas, e como desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (**Decreto**

[4] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é uma autarquia federal da Administração Pública brasileira

n°6261/2007), que agrupa as ações de diversos ministérios voltadas às comunidades em quatro eixos principais, quais sejam: 1) Acesso a Terra; 2) Infraestrutura e Qualidade de Vida; 3) Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; e 4) Direitos e Cidadania. O INCRA é responsável apenas pelo primeiro eixo (Acesso à Terra), restando os demais eixos da política quilombola sob a responsabilidade de outros órgãos e ministérios. Cabe ainda aos estados e municípios a devida participação nessa política, conforme sua legislação e atribuições específicas. A SEPPIR foi impulsionada pelo movimento negro, que esteve à frente da pasta nos últimos 15 anos.

O governo de Michel Temer fechou o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Com status de ministério: a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), a SEPPIR e a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), deixaram de existir. As secretarias passaram a ser parte da estrutura do Ministério da Justiça. O fim da SEPPIR praticamente acabou com a participação da comunidade negra, na formulação de políticas públicas. A extinção da SEPPIR no governo Bolsonaro chegou a ser cogitada, mas passou a ser parte do Ministério de Direitos Humanos (MDH) mas com recursos muito reduzidos sofreu um corte de 69,5% no orçamento. Em 2023, o terceiro mandato de Lula recria o Ministério da Igualdade Racial, sob o comando de Anielle Franco. O objetivo do novo ministério será atuar de forma transversal com outras pastas do governo, como o Ministério da Justiça, dos Direitos Humanos, da Saúde, da Cultura e das Mulheres. As Políticas voltadas para a saúde da população negra também estão no topo da lista de prioridades, assim como a retomada do plano Juventude Negra Viva - uma iniciativa para reduzir a vulnerabilidade da juventude negra - e políticas para as comunidades quilombolas nos diferentes ministérios.

4.2.2 Decreto n.º 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. [5]

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), abrangendo comunidades extrativistas, ribeirinhas, ciganos etc., sustentada no tripé cultura/identidade/territorialidade. A PNPCT tem por objetivo específico promover o citado "desenvolvimento sustentável" com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais. Preconiza também o respeito e valorização da identidade de povos e comunidades tradicionais, bem como de suas formas de organização e de suas diferentes instituições. A referida Política está estruturada a partir de quatro eixos estratégicos: 1) Acesso aos Territórios Tradicionais e aos Recursos Naturais; 2) Infraestrutura; 3) Inclusão Social; e 4) Fomento e Produção Sustentável.

Em específico sobre o eixo infraestrutura e outros correlacionados determina no Art. 3º :

[5] Fonte http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

III - implantar infraestrutura adequada às realidades socioculturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;

IV - garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;

V - garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais;

X - garantir o acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social;

XI - garantir nos programas e ações de inclusão social recortes diferenciados voltados especificamente para os povos e comunidades tradicionais;

XII - implementar e fortalecer programas e ações voltados às relações de gênero nos povos e comunidades tradicionais, assegurando a visão e a participação feminina nas ações governamentais, valorizando a importância histórica das mulheres e sua liderança ética e social;

XVII - apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

4.2.3 Arcabouço legal do Ministério Público Federal.

A câmara temática populações indígenas e comunidades tradicionais (6ª Câmara de Coordenação e Revisão) trata especificamente dos temas relacionados aos grupos que têm em comum um modo de vida tradicional distinto da sociedade nacional majoritária, como, indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, comunidades ribeirinhas e ciganos. O principal desafio dos procuradores que atuam nessas temáticas é assegurar a pluralidade do Estado brasileiro na perspectiva étnica e cultural, como determina a Constituição Brasileira.

Enunciados da 6ª Câmara do MPF

- Enunciado da 6ª CCR nº 19, de 05/12/2014: O MPF, dentre outros legitimados, tem atribuição para atuar judicial e extrajudicialmente em casos envolvendo direitos de quilombolas e demais comunidades tradicionais, sendo a competência jurisdicional da justiça federal. Tal atribuição se funda no artigo 6º, inciso VII, alínea “c”, e artigo 5º, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar nº 75/1993, no fato de que a tutela de tais interesses corresponde à proteção e promoção do patrimônio cultural nacional (artigos 215 e 216 da Constituição);

- Enunciado da 6ª CCR nº 22, de 05/12/2014: Em casos de sobreposição territorial entre comunidades tradicionais e/ou unidades de conservação, é necessária a realização de estudo antropológico para contextualizar a dinâmica sociocultural;
- Enunciado da 6ª CCR nº 25, de 05/12/2014: Os direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais têm fundamento constitucional (art. 215, art. 216 e art. 231 da CF 1988; art. 68 ADCT/CF) e convencional (Convenção nº 169 da OIT). Em termos gerais, a presença desses povos e comunidades tradicionais tem sido fator de contribuição para a proteção do meio ambiente. Nos casos de eventual colisão, as categorias da Lei nº 9.985 não podem se sobrepor aos referidos direitos territoriais, havendo a necessidade de harmonização entre os direitos em jogo. Nos processos de equacionamento desses conflitos, as comunidades devem ter assegurada a participação livre, informada e igualitária. Na parte em que possibilita a remoção de comunidades tradicionais, o artigo 42 da Lei nº 9.985 é inconstitucional, contrariando ainda normas internacionais de hierarquia supralegal;
- Enunciado da 6ª CCR nº 26, de 05/12/2014: O uso sustentável de recursos naturais por parte de povos e comunidades tradicionais é assegurado pela Constituição Federal (arts. 215 e 216) e pela Convenção nº 169 da OIT (art. 14, I), dentro e fora de seus territórios;
- Enunciado da 6ª CCR nº 27, de 05/12/2014: Os direitos territoriais dos povos quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais gozam da mesma hierarquia dos direitos dos povos indígenas, pois ambos desfrutam de estatura constitucional.

4.3 Leis e diretrizes nacionais de educação escolar Quilombola

Papel fundamental no processo de salvaguardas escolares em relação à população quilombola teve a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), organizada em 1996 e formada pelos próprios quilombolas, que caracterizou-se como a entidade de representação máxima de suas comunidades, com representação em diferentes Estados brasileiros e que tinha como propósito mobilizá-las por todo o Brasil em defesa de seus direitos, sendo responsável, em conjunto com inúmeras organizações locais, por pressionar o Estado na busca do atendimento educacional de acordo com a realidade quilombola (BRASIL, 2013).

4.3.1 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

A LDB de 1996 reconhece, em seus arts.° 3, 23, 27 e 61, a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural sem, no entanto, romper com um projeto global de educação para o país. A ideia de mera adaptação é substituída pela de adequação, o que significa levar em conta, nas finalidades, nos conteúdos e na metodologia, os processos próprios de aprendizado do

estudante e o que é específico do campo. Permite, ainda, a organização escolar própria, a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

A educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.

A educação do campo destina-se à população rural como: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. Tem como objetivo a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica. Assim como, estar vinculada às peculiaridades da vida rural de cada região do país.

4.3.2 Decreto 5.159/2004, criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)

Na busca pela educação diferenciada, a secretaria foi criada em 2004 como fruto da pressão dos movimentos sociais, que buscavam influenciar a política educacional, buscando que ela reconhecesse as discriminações, desigualdades, racismos, sexismos, que sempre foram bastante silenciados na política educacional e no debate sobre qualidade educacional.

A criação no âmbito do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, significa a inclusão na estrutura estatal federal de uma instância responsável, especificamente, pelo atendimento dessa demanda a partir do reconhecimento de suas necessidades e singularidades.

Em 2019 o governo de Jair Bolsonaro extingue a SECADI com o Decreto n° 9.65 e cria a Secretaria de Modalidades Especializadas Após quatro anos de enorme descaso em relação a educação no campo, com as eleições de 2022 e a volta do governo do PT, dia 1° de janeiro de 2023 o presidente Lula autorizou a reestruturação do Ministério da Educação (MEC) com um novo decreto, de nº 11.342. A medida se refere, entre outras coisas, à recriação da Secretaria de Articulação com Sistemas de Ensino (SASE) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

4.3.3 Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas Quilombolas pelo Conselho Nacional de Educação e outras resoluções

De acordo com o texto da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão:

a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional;

b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local;

c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo;

d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados;

e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas;

f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização;

g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;

h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas.

Na **Resolução CNE/CEB nº 8**, de 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

As escolas quilombolas foram regulamentadas com a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas em 2012; o referido documento foi fruto de uma série de discussões realizadas no campo educacional a partir década de 1980. Determinou-se, assim, que a Educação Escolar Quilombola ocorresse em escolas inseridas nas próprias comunidades, tendo no currículo temas relacionados à cultura e à especificidade étnico cultural de cada uma delas.

Segundo o artigo 41°

> A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a educação básica brasileira. Parágrafo único. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, bem como nas demais, deve ser reconhecida e valorizada a diversidade cultural (BRASIL, 2012).

4.3.4 Infraestrutura nacional das escolas Quilombolas

Apesar das salvaguardas, ainda são muitos os obstáculos para a efetivação dos direitos das comunidades quilombolas, em especial relacionados à área de educação. Recentemente, Silva *et* al (2021) cruzou os dados do Censo Escolar 2020 com pesquisas realizadas pela Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ. Presente em 30% dos municípios brasileiros, a pesquisa revela que, em 2019, os territórios quilombolas contavam com 2.526 escolas, 51.252 educadores e 275.132 estudantes. Dentro dessas comunidades tradicionais, o acesso à internet chegou para 41% das escolas, entre as quais 30% possuíam banda larga, 15,6% utilizavam a internet para fins pedagógicos e de aprendizagem e apenas 11,7% forneciam acesso à internet para seus estudantes. Segundo dados deste censo, apenas 30% das escolas em áreas quilombolas possuem acesso ao material didático específico para a diversidade sociocultural das comunidades, conforme estabelece as diretrizes, e as escolas quilombolas com bibliotecas ou salas de leitura representam um percentual baixo em relação ao total, representando apenas 21% do total de escolas quilombolas, sendo que esse percentual se repete quando se considera a presença de quadras de esportes.

Especificamente sobre o Ensino Médio, dados do Censo Escolar de 2019 apontam que apenas 10% dos estudantes quilombolas têm acesso à educação diferenciada (escola quilombola) no país, enquanto 75% dos estudantes quilombolas têm acesso à educação diferenciada (escola quilombola) para o Ensino Fundamental. Os outros 15% ou não estão estudando ou estudam em escolas regulares (não quilombolas). Nota-se, portanto, que o acesso às escolas quilombolas já era ruim em 2019, mas apontam a piora nos últimos anos do governo Bolsonaro, fato que não consegue ser discutidos pelas instituições devido aos sucessivos apagões de dados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC).

5. LINHA DE BASE SOCIOCULTURAL

Neste capítulo é evidenciado o contexto geral do território coletivo Quilombola denominado ARQUINEC localizado no município de Concórdia do Pará, tendo como ênfase informações mais detalhadas sobre a comunidade Campo Verde, local previsto para construção da infraestrutura escolar.

Este estudo utiliza a metodologia quadro de subsistência sustentável para analisar o contexto de vulnerabilidade a que podem estar expostas as famílias de Campo Verde com uma edificação a ser construída na comunidade, seu território. O quadro de subsistência sustentável tem a capacidade de sistematizar de forma objetiva, mas não exaustiva, como uma comunidade usa e depende de seus ativos específicos de subsistência. O meio de subsistência é um conceito amplo que abrange praticamente todos os aspectos da vida cotidiana. As comunidades tradicionais, de forma geral, formam consistentemente seu sustento com base nestes ativos, aqui nomeados de capital humano, social, físico, natural e financeiro, como será descrito, e tais ativos refletem o arcabouço socioambiental, sociocultural e institucional que regram seu modo de vida, como cultura, regras internas, instituições específicas internas e externas e estruturas de governança própria.

O objetivo desta sistematização é estabelecer em termos gerais a natureza dos mecanismos da comunidade e evidenciar suas vulnerabilidades para reduzir possíveis impactos no seu modo de vida, seja no momento de planejamento da obra, na fase de construção e operação, bem como no cumprimento de todas as prerrogativas de direito associadas ao processo de consulta.

Cabe evidenciar que esta abordagem aqui adotada está em acordo com as premissas constitucionais que garantem às comunidades quilombolas seus territórios, na medida em que o território e todas as intrincadas relações estabelecidas a partir dele são imprescindíveis não só para subsistência das comunidades, mas para manutenção e reprodução do seu modo de vida, tendo em vista que áreas utilizadas e formas de utilizar e dar significado aos recursos naturais guardam uma relação direta com sua organização social, suas referências culturais, religiosas e espaciais, apreendidas pelo uso geracional.

Cabe a compreensão de que avaliar corretamente uma possível alteração socioambiental que impacta este território utilizado, ou de forma mais restrita uma comunidade, só é possível quando são consideradas as formas específicas através das quais a comunidade imprime sua lógica a ele, pois contrário disto seria reduzir a abrangência das relações territoriais à moradia e às atividades de produção (GALLOIS, 2004) o que seria um equívoco na perspectiva de compreensão dos recursos (materiais e imateriais) que fazem uso para reprodução do seu modo de vida.

Os quilombolas da comunidade Campo Verde e das outras três comunidades que compõem seu território, apesar das particularidades vivenciadas em cada região, resultado dos processos de ocupação das famílias fundadoras e das inúmeras pressões ocorridas no território até seu reconhecimento, reivindicam seus direitos territoriais e sociais pautados

pela ocupação histórica de todo território. O aspecto da territorialidade específica reforça as distinções de cada comunidade ao seu contexto fisiográfico, ambiental e social, e reforça identidades socioambientais que as diferenciam e ao mesmo tempo as unificam a partir deste contexto de apropriação geracional.

Desta forma é relevante apontar que esta pesquisa teve como objetivo o diálogo com as famílias da comunidade de Campo Verde em maior número e algumas famílias e representantes das outras comunidades que compõem o território e que utilizam a infraestrutura escolar de Campo Verde, considerada comunidade Polo. Este recorte de pesquisa foi assim definido para atender ao mutuário que indicou esta comunidade como uma das localidades que receberá o Programa BR-L1548 a ser financiado pelo BID.

5.1 Introdução geral à Comunidade Quilombola ARQUINEC

Nessa região onde se localiza o território em tela intensificou-se o cultivo da cana de açúcar no século XIX e vários engenhos foram sendo constituídos, os quais tinham como referência os rios e igarapés da região: rio Bujaru, igarapé Cravo e igarapé João, principalmente. A mão de obra utilizada era o trabalho de negros escravizados e de campesinos. Ao longo do tempo e com a queda do ciclo econômico da cana de açúcar, os engenhos foram abandonados e seus donos abandonaram as terras, muito diferente do que fizeram os trabalhadores que lá continuaram abrindo roças de mandioca, arroz, milho, feijão, caçando nas matas e pescando nos igarapés e rios, formando famílias e ocupando as áreas.

A partir da década de 60 os confrontos com fazendeiros locais começam a ocorrer de forma mais intensa, com o interesse das terras de pequenos agricultores, que por dificuldades de vender sua produção migravam da região, e a abertura da estrada PA-140 na década de 70. Esses fatos contribuíram para o aumento expressivo do número de fazendas no município de Concórdia do Pará, gerando um grande aumento da concentração fundiária, do desmatamento e do controle do uso da água, haja visto que grande parte das nascentes da região ficavam localizadas dentro das fazendas.

Na década de 80, devido à promulgação da nova constituição, as discussões sobre a reforma agrária da Nova República começaram a tratar da posse da terra desta população do norte do país, em especial dos estados do Maranhão e Pará. Diferente de outras regiões, o campesinato nestes estados se organizava de forma distinta dos parcelamentos individualizados da terra. Essa nova forma se constituía a partir da existência de terras de uso comum, que eram parcelas indivisas transmitidas de geração em geração ao conjunto dos moradores de uma determinada comunidade rural (SANTANA, 2010).

A gravidade dos conflitos por terra fez surgir, a partir da década de 80, um movimento de luta destas famílias que se encontravam na região, que auxiliadas pela Comissão Pastoral

da Terra (CPT[6]) organizaram-se para a garantia das terras no que identificam como "território de Bujaru", como pertencentes aos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Na década de 90, aos poucos o debate sobre quilombos foi ganhando força nos grupos de evangelização da paróquia do município de Bujaru, mas as comunidades da região não tinham clareza do que isso significava. O debate sobre a escravidão, sobre comunidades quilombolas, se ampliou com o contato com outras comunidades que já estavam organizadas no estado do Pará. Enquanto localmente as famílias de Concórdia do Pará entendiam que o passado de escravidão não era uma referência que dava base para suas reivindicações territoriais, em escala nacional tem-se o despertar de um negro sujeito de direito, que passa a mobilizar as lutas tendo como base este elemento étnico, ancorado em seus modos de fazer, de criar e de viver a partir de territorialidades marcadas por suas histórias e lutas. Desta forma, os termos quilombo/quilombola passam a fazer parte do discurso das lideranças destas comunidades, servindo de elemento-chave para garantir a permanência das famílias na terra (SANTANA, 2018).

Segundo aponta Santana (2018), a articulação entre o local e nacional permitiu o início de um novo momento das famílias da região, marcado então pela presença constante da universidade, movimentos sociais e instituições governamentais que junto com a CPT, iniciam a mobilização na luta pela terra das diversas comunidades no entorno do rio Bujaru e de seus afluentes, como por exemplo a comunidade Campo Verde, Dona, Ipanema e Santo Antônio.

Em cada uma das comunidades foi tirada uma comissão para organizar reuniões que tinham como objetivo a reflexão sobre o significado de ser remanescente de negros escravizados no Brasil, o que eram as terras quilombolas, sobre titulação da terra coletiva e sobre os procedimentos para o reconhecimento jurídico dos territórios. Foram justamente os diversos embates comunitários sobre o tipo de titulação da terra que marcam a história de algumas comunidades na região. Segundo Sr. José Franscisco, mais conhecido como Zequinha, liderança de Campo Verde, com a titulação coletiva a terra não podia ser vendida, já com a titulação individual podiam vender para fazendeiros. Ele explica que na época o assédio era grande, principalmente de políticos da região que se valiam da necessidade das pessoas. Nesta época a ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA[7] intimidou o movimento coletivo local devido à distribuição de títulos provisórios e definitivos individuais na área criada como Gleba Bujaru. Essa distribuição de título fez com que

[6] Comissão Pastoral da Terra é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e nascido em 22 de junho de 1975, durante o Encontro de pastoral da Amazônia, convocado pela CNBB e realizado em Goiânia. Seu objetivo é apoiar e assessorar trabalhadores rurais na reivindicação dos seus direitos, garantir o acesso à terra e a permanência nela de maneira sustentável e equilibrada com os recursos naturais, além de diminuir a violência e a impunidade na zona rural.

[7] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é uma autarquia federal da Administração Pública brasileira. Na esfera federal, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é o órgão responsável por titular as terras quilombolas seguindo os procedimentos estabelecidos no Decreto Federal nº 4.887 de 2003 e na Instrução Normativa Incra nº 57 de 2009.

algumas pessoas se manifestassem favoráveis à titulação individual em áreas próximas e mesmo dentro do território reconhecido como pertencente às comunidades quilombolas.

Em Concórdia do Pará, o primeiro passo em busca da titulação[8] das terras como propriedade coletiva foi dado nos anos 2000 pelas comunidades de Dona, Santo Antônio, Cravo e Curuperé, que em assembleias votavam para confirmar a intenção de se reconhecerem como comunidades quilombolas.

Em agosto de 2001, uma reunião decidiu a criação de duas associações para tomarem a frente dos processos e representarem as comunidades de forma mais autônoma, ambas com o objetivo de buscar a regularização coletiva das terras quilombolas[9]. Em dezembro do mesmo ano, na comunidade de Santo Antônio, foi realizada a assembleia de fundação da Associação Remanescente de Quilombos Nova Esperança de Concórdia do Pará (ARQUINEC), e estavam presentes moradores das comunidades Cravo, Curuperé, Campo Verde, Dona, Ipanema e Santo Antônio (SANTANA, 2010).

A ARQUINEC nasce com o objetivo de garantir a titulação do território e representar as comunidades nos seus interesses. O trabalho da associação centrava esforços na luta coletiva, onde as terras reconhecidas não poderiam ser vendidas, arrendadas ou loteadas, e sim utilizadas pelos associados "para que produzam para o seu autoconsumo de forma autossustentável, sendo que podem ser utilizadas por moradores de outras comunidades remanescentes de quilombo desde que autorizados pela associação e desde que seja respeitado o seu estatuto" (INCRA, 2005).

Neste cenário as famílias de Concórdia do Pará passaram a ter sua própria organização e por meio dela passaram a assumir diretamente a relação com o poder público na garantia fundiária. A ARQUINEC desde sua criação ganha maior autonomia para resolução das questões referentes à regularização das terras, sendo mediadora das reivindicações das famílias (SANTANA, 2018).

Em 2005 foi encaminhada à Fundação Cultural Palmares a declaração de autodefinição das comunidades Santo Antônio, Dona, Campo Verde e Ipanema (INCRA, 2005) e, em agosto do mesmo ano, uma equipe técnica do INCRA foi à região com o objetivo de fazer o levantamento ocupacional, cartorial e topográfico. Segundo descreve Santana (2010), a visita do INCRA foi cercada de dúvidas e conflitos, pois o órgão só vistoriou as comunidades em que identificou um consenso entre os moradores sobre a titulação coletiva. Desta forma, haja visto que havia

[8] O processo de posse definitiva das terras para as comunidades quilombolas passa por diferentes fases: autorreconhecimento, certificação e processo de titulação. Inicialmente, o Incra realiza um estudo do território para elaboração do Relatório Técnico e Delimitação (RTID), o documento passa por uma fase em que são analisadas e julgadas contestações. O RTID também é encaminhado para diferentes órgãos – Fundação Cultural Palmares, IPHAN, SPU, FUNAI, Conselho de Defesa Nacional, Serviço Florestal Brasileiro, IBAMA, Instituto Chico Mendes e os órgãos ambientais estaduais – para avaliação dos dados levantados. Com a aprovação definitiva dos estudos realizados, o presidente do Incra publica uma portaria no Diário Oficial da União e do estado, encerrando o processo com a titulação do território quilombola.

[9] Na regularização fundiária de quilombo, o título expedido pelo INCRA é coletivo, pró indiviso e em nome das associações que legalmente representem as comunidades quilombolas. Não há ônus financeiro para as comunidades e obriga-se a inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade no título, o qual deverá ser registrado no Serviço Registral da Comarca de localização do território.

alguns dissensos em outras localidades devido à pressão política pela venda de terras e ainda dúvidas sobre a titulação coletiva, só foi concluída a identificação e a delimitação nas comunidades de Santo Antônio, Ipanema, Dona e Campo Verde.

Reavaliando esta ação do INCRA, Santana (2018) descreve que as lideranças locais se sentiram enganadas pelo órgão, pois deveriam exigir a titulação para todas as comunidades, em um mesmo processo. No Memorial Descritivo realizado, o INCRA registrou a área pretendida pela associação como área total levantada de 10.838,8738 ha, mas somente considera como área proposta para reconhecimento a área das quatro comunidades vistoriadas, que totaliza 5.802,1703 ha (INCRA, 2005).

Em 2008, por meio da Portaria nº 391, de 02 de novembro, o governo federal reconheceu e declarou, em nome da ARQUINEC, o território Quilombola como área que abrange as comunidades Campo Verde, Santo Antônio, Dona e Ipanema, mas a área, de 5.802,1703 ha teve Portaria publicada somente em 03 de abril de 2009 e o título definitivo em 25 de agosto de 2010, n° do Processo 54100.001570/2005-31.

Em 2005, na área titulada, moravam 180 famílias, totalizando 975 pessoas. O perímetro limita-se ao norte com as terras da União e com o Igarapé Cravo e, ao sul, com terras da União, ao leste, com terras da União e o Projeto de Assentamento Nova Santa Maria, e a oeste, com o Igarapé Cravo e o Rio Bujaru. O Território está inserido na Gleba Bujaru, em nome da União Federal (INCRA, 2005). A **Figura** *2* mostra a localização do território e a **Figura** *3* apresenta o mapa do INCRA retirado de Santana (2010), mostrando na área hachurada a área titulada das comunidades Campo Verde, Santo Antônio, Dona e Ipanema. Junto com as outras áreas identificadas no mapa, totalizam o perímetro que era pretendido pela ARQUINEC e incluía outras comunidades do outro lado do rio Bujaru.

Figura 2 - Localização e subdivisões das comunidades do território quilombola ARQUINEC.

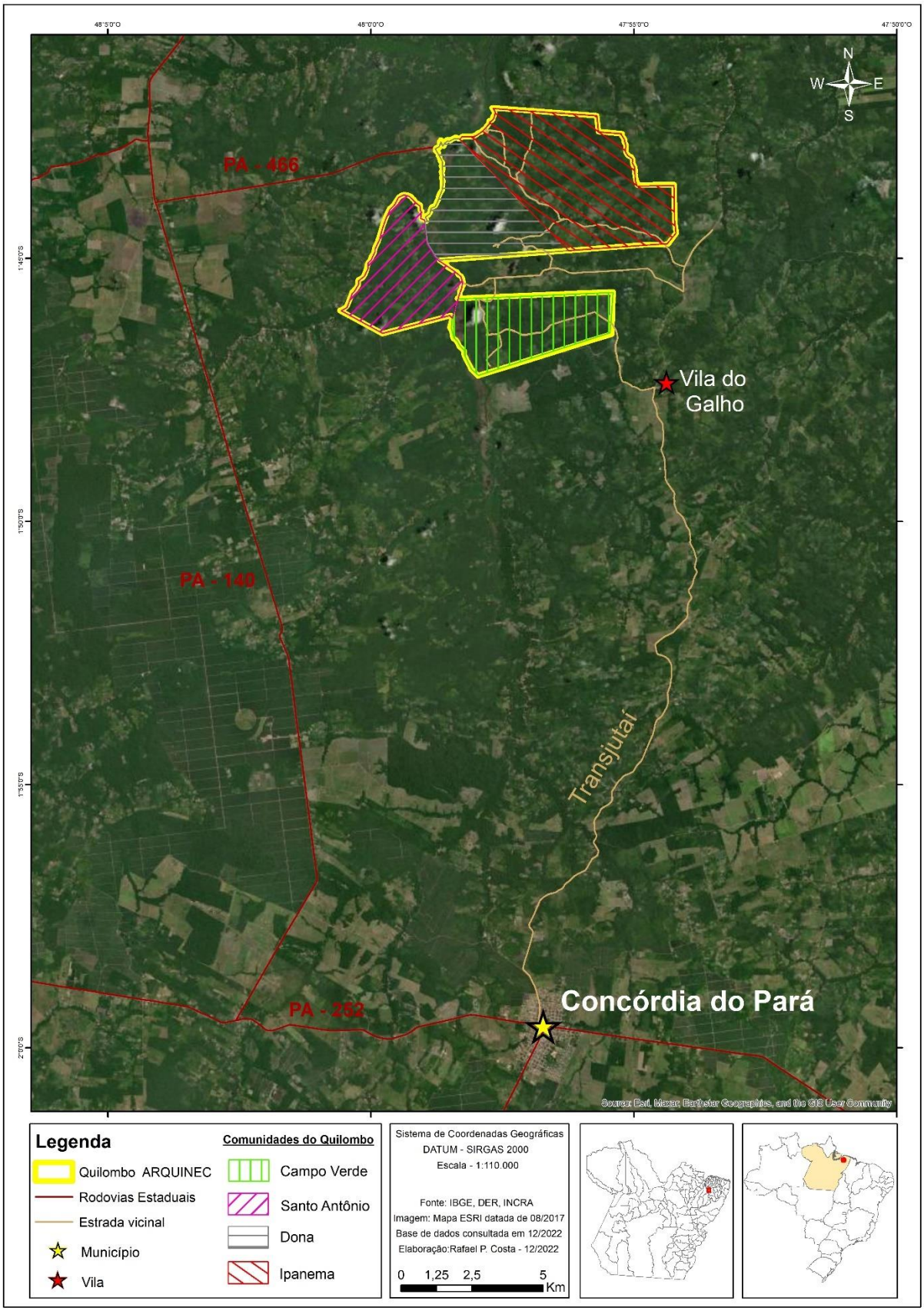
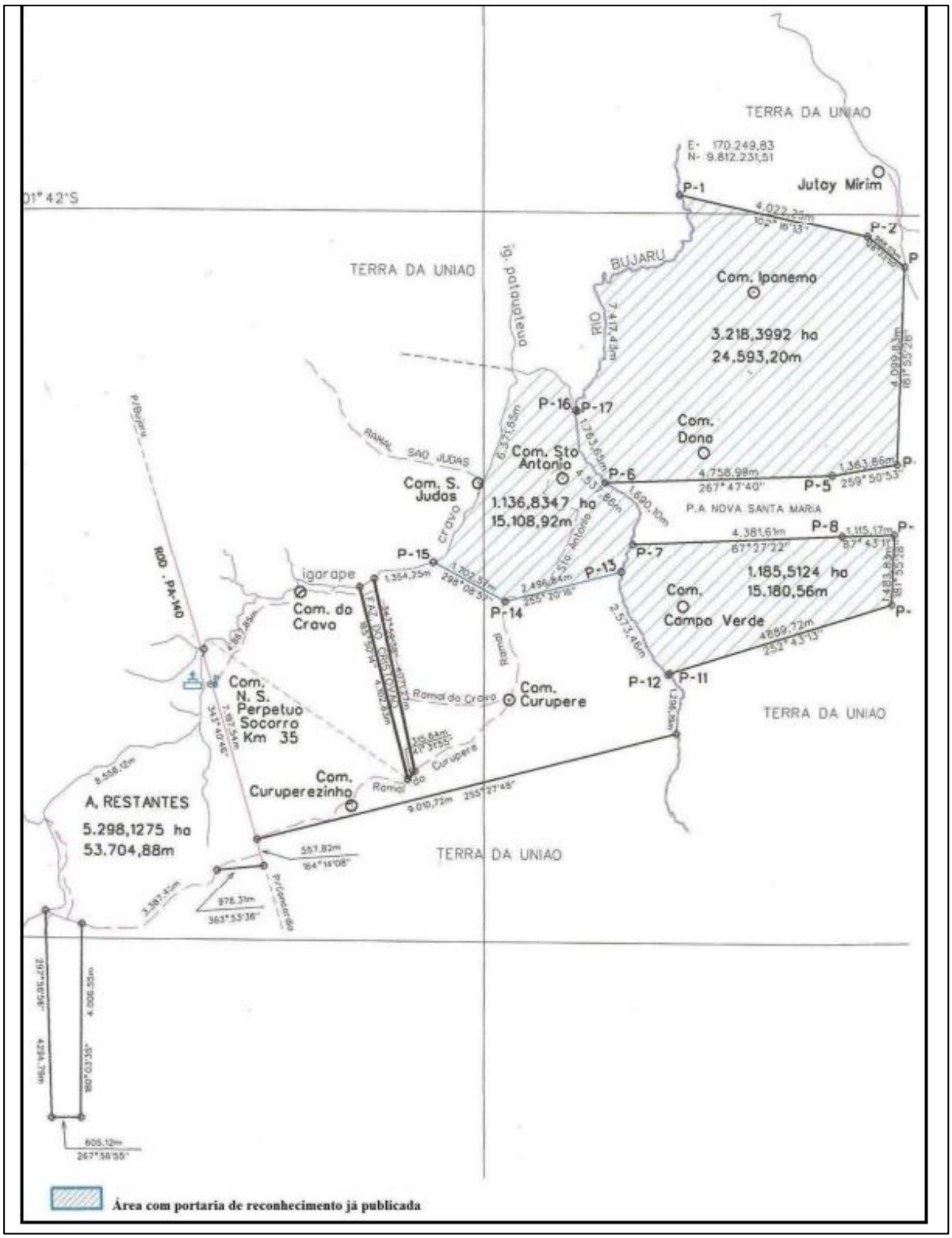


Figura 3 - Território Quilombola ARQUINEC.



Fonte: INCRA (2005) retirado de Santana (2010).

Na atualidade, as famílias moradoras da área quilombola não se sentem ameaçadas do ponto de vista fundiário, apesar de estarem cercadas, em um perímetro bastante recortado, por fazendas e projetos de assentamento, como o PA Nova Santa Maria que se encontra entre as comunidades. No entanto, o município de Concórdia do Pará vem sofrendo profundas mudanças nas últimas três décadas e o aumento da pressão sobre as terras continua. O que se observou nas décadas de 80 e 90 foi a expansão da pecuária aliada à atividade madeireira e, consequentemente, o aumento do desmatamento. Neste novo século, a partir de 2007, vê-se a pecuária cedendo espaço para a dendeicultura, o que gera novos desmatamentos, além do arrendamento de pequenas propriedades e a saída de famílias de suas terras, principalmente devido aos conflitos ambientais. Os projetos de dendeicultura no município tem recebido incentivo por parte do governo estadual e municipal, atividade vista pelo poder público como um vetor de desenvolvimento para Concórdia do Pará (SANTANA, 2010).

5.2 A Comunidade Campo Verde

Após a titulação do território quilombola como pertencente às comunidades de Campo Verde, Dona, Ipanema e Santo Antônio, as relações com o estado passam a ser respaldadas por um conjunto de leis que se espacializam no território como políticas públicas voltadas a áreas com regularização fundiária, atenção à saúde, educação, energia, soberania alimentar e renda mínima, todas ancoradas no Programa Brasil Quilombola[10] (PBQ) (SANTANA, 2018).

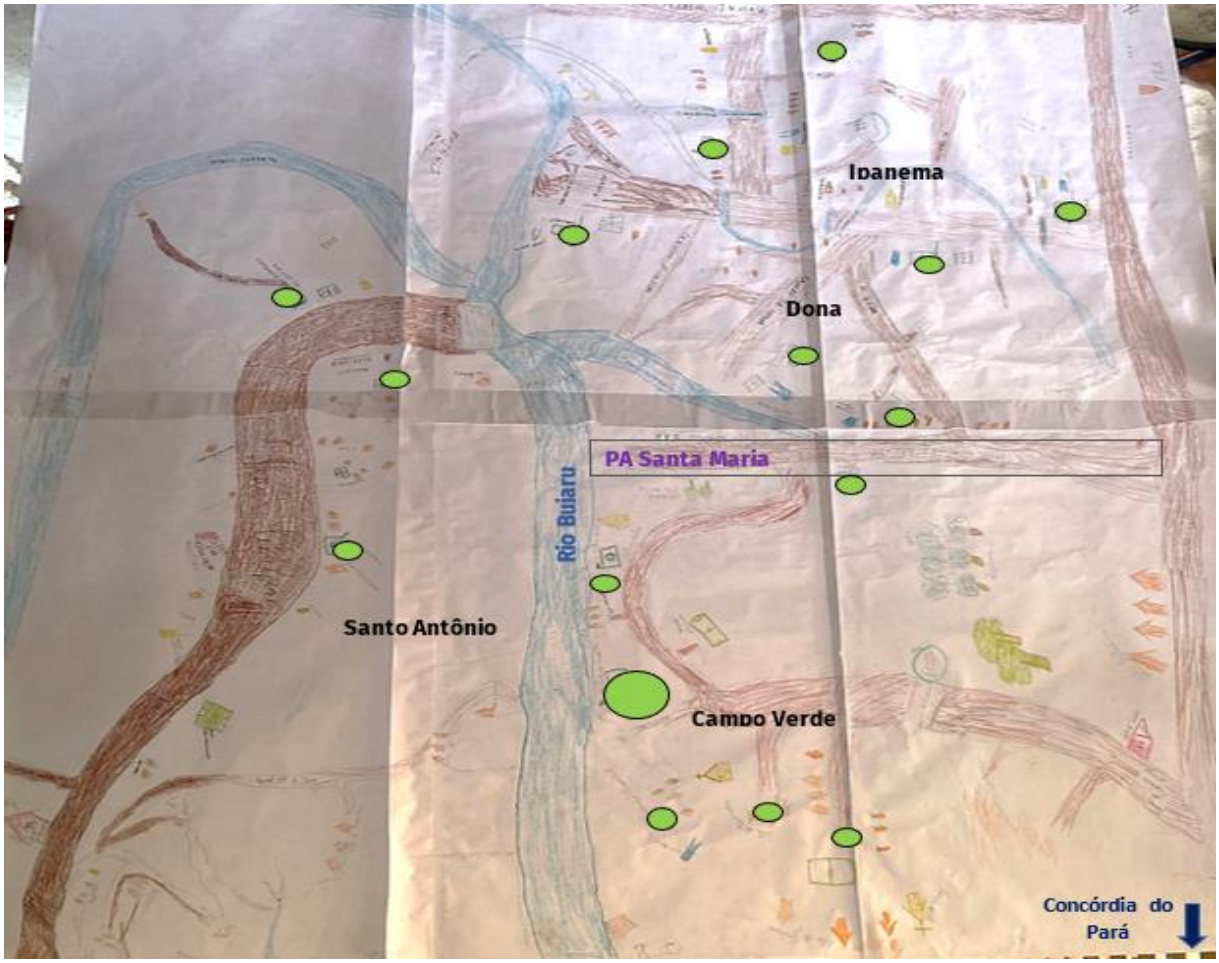
Em Campo Verde foi construída uma escola municipal com o objetivo de implantar a Educação Quilombola, considerada a escola Polo que atende o Ensino Fundamental I e II e tem a maior edificação, referência para as escolas menores, ou salas anexas, que atendem ao Fundamental I e se localizam nas outras comunidades do território. Quase todas as famílias e professores de outras comunidades acabam circulando por Campo Verde, de onde o acesso para a cidade de Concordia do Pará é mais próximo.

As famílias no território se localizam nestas áreas maiores, chamadas de comunidade, mas dentro delas se distribuem em pequenas vilas onde habitam as famílias extensas. Cada região, ou comunidade, tem sua história, sempre fundada na figura de uma família central. Em Campo Verde existem famílias que já residem há mais tempo e outras que chegaram na década de 50, vindas para a região pressionadas pelos conflitos de terra. As outras comunidades relatam histórias parecidas, principalmente de famílias vindas das proximidades do rio Bujaru, onde localizam a memória dos parentes mais velhos e de uma época de grande fartura de comida e união entre as famílias.

[10] O Programa Brasil Quilombola era coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR). Esse programa tem o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas, e como desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto n°6261/2007), que agrupa as ações de diversos ministérios voltadas às comunidades em quatro eixos principais, quais sejam: 1) Acesso a Terra; 2) Infraestrutura e Qualidade de Vida; 3) Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; e 4) Direitos e Cidadania. Após quase extinta a SEPPIR nos governos Temer e Bolsonaro, em 2023 no seu 3° mandato, Lula eleva este órgão a ministério de estado, Ministério da Igualdade Racial..

Segundo informações de uma das agentes comunitárias de saúde (ACS), hoje no território quilombola moram 263 famílias que têm uma média em torno de oito pessoas, o que resulta em um total aproximado de duas mil pessoas. Considerando essa média de integrantes como base, na comunidade de Campo Verde moram aproximadamente 50 famílias e aproximadamente 400 pessoas; na comunidade de Dona são 30 famílias, aproximadamente 240 pessoas; em Ipanema, que é dividida em alto, meio e baixo Ipanema, são ao todo 120 famílias, num total aproximado de 960 pessoas; e em Santo Antônio, as 64 famílias se concentram do outro lado do rio Bujaru com um número aproximado de 512 pessoas. A **Figura 4** apresenta o mapa elaborado pelos comunitários nos trabalhos em campo e através dele é possível entender a espacialidade das comunidades, como elas se dividem em vilas e os locais mais importantes de referência histórica e geracional, os equipamentos públicos, acessos e locais de roça. Estes temas serão explorados na descrição dos ativos no item capital natural.

Figura 4 - Mapa construído pelos comunitários de Campo Verde, Dona, Ipanema e Santo Antônio em dezembro de 2022.



Legenda: o círculo verde maior indica a localização da escola municipal de Campo Verde, Polo de educação no território. Os círculos menores são as vilas espalhadas nas comunidades. E o retângulo preto o PA Santa Maria entre as comunidades Campo Verde e Dona. Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3 Os meios de subsistência sustentáveis

A seguir são caracterizados os ativos dos cinco capitais relacionados aos meios de subsistência sustentáveis das comunidades do território, com ênfase na comunidade de Campo Verde, onde será executado o Programa.

5.3.1 Capital Humano

Neste item serão descritas as habilidades e conhecimentos que permitem aos comunitários do território Quilombola manter e reproduzir suas estratégias de subsistência física e cultural. Estes recursos são adquiridos por gerações e são importantes para manutenção do seu bem-estar e sua identidade. O capital humano é ao mesmo tempo um bem de meios de subsistência, ou seja, a matéria prima para chegar a resultados de meios de subsistência, e um fim em si.

5.3.1.1 Territorialidade da comunidade Campo Verde

A territorialidade quilombola se constrói no campo identitário, onde a organização social, política, econômica e cultural se estabelece na relação com o território. Na região do Bujaru os quilombos formados por escravizados fugidos se situavam às margens do rio Bujaru e nas cabeceiras dos igarapés Cravo, Dona, e Curuperé. As águas sempre foram referências importantes para estas comunidades. Na visão delas, as comunidades que não possuem igarapés próximos, como Campo Verde, sempre dizem para qualquer veio d´agua “não existe igarapé de menor importância”, fala esta que vai ao encontro das pressões que sofreram historicamente na região, quando fazendeiros pressionavam seu território, estabeleciam fazendas na beira do rio Bujaru e confinavam as nascentes. Hoje quase todas as nascentes que formam o rio Bujaru se localizam em terras particulares, onde prevalece a dendeicultura. As cabeceiras foram desmatadas e isso representou uma mudança importante na história das gerações seja devido à perda de territórios com memórias ou à perda da qualidade das águas, importante recurso para manutenção de seu modo de vida.

Utilizando-se dos recursos da terra, da água, da mata e dos saberes que possuem destes três elementos, as famílias quilombolas territorializaram este espaço, imprimindo uma especificidade a ele. Eles gostariam que as terras fossem contínuas, onde seus pais e avós viveram e alguns se esconderam, mas devido às imposições do Estado quando da titulação, só uma parte delas foi reconhecida e cheia de recortes, o que por vezes impede uma circulação fluida entre as comunidades.

As diversas famílias que hoje compõem o território quilombola se adaptaram em áreas por vezes hostis. Porém, mantendo suas tradições culturais, seus conhecimentos passados por

gerações, aprenderam a tirar seu sustento dos recursos naturais disponíveis ao mesmo tempo em que se tornaram diretamente responsáveis por sua preservação.

Este território é marcado pelas famílias, mas também pela comunidade, estrutura fundamental da sociabilidade, caracterizada pelo agrupamento das famílias vinculadas pela relação de parentesco e afinidade e por um sentimento de localidade, onde as histórias se encontram nas referências geográficas dos locais. Os nomes das vilas, os ramais, os igarapés se referendam aos fundadores antigos e estes locais hoje são imprescindíveis para garantir o sustento das novas gerações e suas referências identitárias.

Importante evidenciar que na dinâmica de elaboração do mapa quando esta equipe esteve em campo, os mais jovens demonstraram dominar sua territorialidade, pegando por vezes alguma dica com os mais velhos. As mulheres fortalecem a territorialidade com histórias e conversas ao longo dos dias e o mapa foi se desenhando a partir dos limites maiores dado pelo rio Bujaru, igarapés e acessos terrestres, que limitam uma territorialidade atualizada por seus aspectos econômicos, de produção, mas também aspectos simbólicos que reconhecem como pertencentes ao território, fruto de muita luta de seus antepassados.

Os comunitários, de forma geral, são agricultores, mas para além disso reconhecem a importância dos valores culturais e saberes tradicionais no manejo de suas roças. As roças são o aspecto central de sua vida social e econômica. Este espaço é regulado por normas morais e nele se vivencia de forma fluida características culturais, onde atividades coletivas como o "putirão", que hoje ocorre pouco segundo relatado, foram imprescindíveis na continuidade da relação entre círculos de convivência e socialidade, que se projetam no espaço físico e criam alianças. O putirão, elo coletivo entre as famílias para reprodução de práticas antigas como a derrubada e queima da mata para posterior plantio da maniva e a divisão marcada de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres, assume o caráter de um "fato social total" (MAUSS, 1974), pois evidencia os diferentes e intrincados aspectos da organização social - religioso, econômico, ambiental e político, que mantém a dimensão do domínio da vida social, na medida que também imprime ao espaço a memória das gerações.

No plantio da mandioca, em particular, da produção ao consumo final, se encontra um conjunto de práticas, relações sociais, cosmologias e representações simbólicas que expressam significados cujos conteúdos revelam o elevado valor cultural destas comunidades. Na história de cada uma há uma longa tradição dos agricultores de estabelecerem obrigações morais entre as pessoas que viviam próximas umas às outras. Neste sentido o lugar onde vivem e reproduzem seus saberes tem muita importância porque entre as várias perspectivas, uma delas trata das "relações localizadas [...] em que o lugar ainda não foi transformado pelas relações tempo-espaço distanciadas [...] o meio local é o lugar de feixes de relações sociais entrelaçadas, cuja pequena extensão espacial garante sua solidez no tempo" (GIDDENS, 1991).

Neste contexto, as comunidades têm ligações com o lugar, com a terra, com o rio, isto é, o modo de vida, e está ligado ao bioma em que vivem. A sabedoria em usar determinadas

plantas que são consideradas medicinais no tratamento de doenças; saber o tempo de plantar e colher; os festejos, danças, religiosidade, entre outros saberes e fazeres, demonstram a forma como se apropriaram do lugar ao longo do tempo, dando a ele uma identidade própria.

Hoje as comunidades do território vivem um alto crescimento demográfico, mas reconhecer esta territorialidade, preservar e reproduzir todo este conhecimento é urgente a cada geração. A vocação agrícola e sociocultural é uma atividade imprescindível para a segurança alimentar, mas a preservação de algumas áreas de matas, que chamam de reservas, é importante para reproduzir saberes específicos, como o uso de madeiras, remédios, se obtém a caça e se mantém o equilíbrio ambiental do território. A questão dos diferentes usos de seus recursos e a necessária preservação ambiental e histórica é motivo de inquietude, quando precisam refletir sobre novas famílias que se formam em um território marcado por limites.

5.3.1.2 Sistema religioso e visão de mundo

A religião católica, tendo como elo o movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), ocupou um papel de grande importância no território, que marcou todo o processo de mobilização das famílias e união para a regularização fundiária. Esse vínculo político e histórico explica, em grande medida, o número ainda majoritário de famílias que hoje se autodeclaram católicas praticantes. A renovação do pensamento social desta igreja propiciou, no Brasil, um movimento de aproximação com os segmentos sociais que lutavam pela transformação da sociedade e pela redução dos desequilíbrios estruturais do país. Especificamente na Amazônia, a igreja e seus missionários atuaram ativamente nas lutas sociais entre os anos de 1960 e 1970 diante da abertura de estradas, instalação de grandes projetos hidrelétricos, migração, crescimento desordenado das cidades, degradação ambiental, um progresso que agravava as desigualdades sociais na região. Como resultado, abriu-se caminho para se instituir na região uma igreja com um “rosto amazônico” por meio da criação de instituições como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Educação de Base (MEB) e a expansão das Comunidades Eclesiais de Base.

As CEB são formadas pela reunião de pessoas que possuem a mesma fé e vivem em uma mesma região, partilhando uma história comum de carência e falta de acesso a direitos básicos. Geralmente reunidas em função de proximidade territorial, as CEB organizam-se em torno de paróquias, capelas, centro sociais ou associações comunitárias. Os encontros dos grupos de evangelização, novenas e catequese na região eram importantes momentos de circular entre as casas para falar da titulação do território. Os núcleos de catequese acabaram por consolidar diversas comunidades não só como grupo religioso, mas principalmente a partir de uma identidade que articula o indivíduo como pertencente a um grupo social e este, por sua vez, relacionado a um determinado espaço geográfico - o território.

Neste sentido, segundo as fontes consultadas, a igreja católica contribuiu para reforçar a relação entre identidade, no caso quilombola, agricultor e o território, como lugar de convivência e realização das práticas tradicionais de produção, com o sentimento de pertencimento, laços de solidariedade e de ajuda mútua nele estabelecidos. O uso comunitário do território e dos recursos, as situações de luta, antagonismo e de extrema adversidade vividas coletivamente, além das referências históricas comuns, compuseram uma unidade social das famílias que formam o território habitado por estas quatro comunidades.

Esta proximidade foi reforçada no processo de mobilização para a regularização das terras e segundo Santana (2018) eram as lideranças de Campo Verde que se reuniam com as famílias, realizando encontros dos grupos de evangelização, novenas e catequese sendo sempre convocadas para qualquer atividade da ARQUINEC.

A presença da igreja se constituiu um elemento central, que concebe legitimidade na formação de uma vila dentro das comunidades. Onde existe a igreja, a área é considerada patrimônio da comunidade, um espaço coletivo para além dos núcleos familiares, que se expande na quadra ou campo de futebol e muitas vezes uma escola associada.

Os moradores realizam seus cultos todos os domingos pela manhã, sendo que este ocorre quando não existe a presença do padre. Se ele celebra, denomina-se missa. Isto geralmente ocorre na festividade do santo padroeiro da comunidade, que normalmente é o santo de devoção de uma das famílias mais antigas. As diversas celebrações são importantes marcos no calendário anual de todas as comunidades, que tem seu padroeiro como protetor. Estes festejos são dias de lazer, de encontro, mas também são momentos de abordar questões políticas consideradas relevantes ao bem-estar da vida comunitária.

Em Campo Verde a igreja erguida em 2009 faz homenagem a São Tomé, padroeiro da comunidade, cuja festa acontece no mês de julho, e em dezembro também realizam uma festa em homenagem a Santa Luzia. Santo Antônio dá o nome à comunidade homônima, que fica do outro lado do rio Bujaru e as festas ocorrem em junho. Em Ipanema, que é dividida em três microáreas (baixo, meio e alto) se comemora em março a festa em homenagem a São José, em outubro a São Benedito e em dezembro Nossa Senhora da Conceição. Já na comunidade de Dona realizam a festa da Santíssima Trindade realizada no 1° Domingo de Pentecostes. A Romaria de Nossa Senhora de Fátima é realizada por todas as comunidades em maio, onde se dá um momento de celebração coletiva entre elas. Nas novenas realizadas em algumas comunidades, em especial em Campo Verde, são realizados cantos, orações, leitura bíblica e, no fim, bingos para arrecadar fundos para a igreja. Segundo Santana (2018) foi com este valor arrecado nas novenas que a comunidade construiu a nova igreja em 2009, em alvenaria, orgulho para eles, junto ao cruzeiro, bem em frente à igreja (**Figura 5**).

Figura 5 - Igreja Católica e seu Cruzeiro na Vila de Campo Verde.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Todas as festas estão relacionadas com o calendário de celebrações da igreja católica, com exceção de duas celebrações políticas de encontro entre as famílias, o Dia da Consciência Negra em novembro e o Dia das Mulheres em março.

Apesar de maioria católica, hoje já existem igrejas evangélicas em todas as comunidades, um fenômeno de certa forma recente no território, mas todos convivem em harmonia e respeito por sua fé. Quando questionados sobre a religiosidade de Matriz Africana, apontam não existir referências coletivas relevantes. Nas rodas de conversas durante o levantamento de campo, as famílias relatavam sobre a atividade de caça na região e apontam que a presença do veado estava associada à confecção de tambor, hoje desaparecido na comunidade. O tambor é tido como instrumento sagrado nos rituais da Umbanda e dos cultos afro-brasileiros, pois é através de sua batida que se estabelece a comunicação com os orixás, caboclos e pretos velhos.

Em conversas informais com as mulheres ao longo dos dias, foi relatado a presença em Campo Verde de um terreiro de Umbanda[11], porém como esta informação não apareceu nas oficinas participativas, não foi possível apontar a dimensão simbólica e religiosa atribuída a ela e se muitas famílias vivenciam tal religiosidade no seu modo de ver o mundo. Entretanto, essas conversas informais indicaram que muitas famílias gostam de ir às celebrações no terreiro, incluindo católicos e evangélicos, mas este assunto não é muito comentado na comunidade devido a incômodos levantados pela maioria católica.

5.3.1.3 Educação

A educação formal no território quilombola é hoje fundamental para as conquistas pessoais de ascensão social, mas também de fortalecimento coletivo, haja visto a luta das famílias pelo direito do território para as futuras gerações. Existe um compromisso que assumem com os jovens para defesa da cultura e do território quilombola, entretanto o que as famílias percebem é que a única formação que viabiliza o retorno destes jovens para a comunidade é a licenciatura dentro das áreas de conhecimento, o que acaba limitando as oportunidades remuneradas às atividades de ensino.

Hoje existem mais de 50 pessoas do território que estão na universidade e eles consideram este fato algo muito diferente do que viveram nas gerações passadas, além de uma oportunidade cada vez mais acessível para melhoria da vida das famílias. Apesar de os mais velhos e até gerações mais novas não terem cursado a universidade, nem mesmo o ensino médio, a educação é considerada importante elemento de formação do indivíduo quilombola. Neste sentido, tratam da educação formal, instituída pelas escolas, mas também a informal, que passa pela família, pela comunidade, pelas histórias do território e dos antepassados.

Alguns antigos ainda lembram do tempo quando não existia a garantia fundiária e que a vida era de luta, que eles estudavam na comunidade, mas fora da escola. Santana (2010; 2018) aponta que na década de 80 a igreja católica por meio da CPT atuava junto às CEB no movimento chamado de "evangelização ligada a realidade". A autoria postula que "Entre 1990 e 1991 foi implantado um projeto da CPT denominado de 'Círculo de Cultura'. Este era um trabalho de alfabetização de jovens e adultos com base na metodologia Freiriana[12] e de acordo com Brandão (2005) é 'círculo' porque todos ficam à volta de uma equipe de trabalho que possui um animador de debates alfabetizado que participa de uma atividade comum em que todos se ensinam e aprendem. É 'de cultura' porque, além de um aprendizado individual de saber ler e escrever o que o círculo produz são modos próprios e novos, solidários,

[11] A Umbanda é uma religião sincrética afro-brasileira que mistura as religiões tradicionais africanas com o catolicismo. A palavra "umbanda" é originária da língua quimbunda, de Angola. Significa "magia", "arte de curar". O local para a realização das cerimônias da umbanda chama-se Casa, Terreiro ou Barracão. Essas cerimônias são presididas por um "pai" ou "mãe", um sacerdote que dirige os ritos e comanda a casa.

[12] Um dos pressupostos do método é a ideia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação deve ser um ato coletivo e solidário e não pode ser imposta. As etapas pedagógicas de construção do método são as seguintes: o trabalho da fala (pesquisa do universo vocabular), o trabalho sobre a fala (as palavras geradoras) e a dimensão mais ampla (o tema gerador).

coletivos, de pensar. E todos juntos aprenderão, de fase em fase, de palavra em palavra, que aquilo que constroem é uma outra maneira de fazer a cultura que os faz, por sua vez, homens, sujeitos, seres de história" (SANTANA, 2018). Ainda conforme a autora, o depoimento de uma senhora de Campo Verde chamada Antônia Borges, é bastante enriquecedor para entender o significado destes círculos para a educação informal nas comunidades:

> *[...] nós chamávamos de Círculos de Cultura porque nós trabalhávamos o resgate cultural, resgatava a história daquele povo e começamos a descobrir que naquela região ali, existia história de afros, existia história de remanescentes de quilombo [...] em Bujaru, Concórdia e outros municípios né, mais entre Bujaru e Concórdia [...] (informação verbal). [...] descobrimos que São Judas Tadeu, no caso, existiu escravatura, descobrimos que o Cravo existiu escravatura, que o Santo Antônio também existiu, que Ipanema era o local onde tinha mais negros né, também né, e daí sucessivamente nós fomo descobrindo as comunidade quilombola [...] (informação verbal)*. Santana (2018, p.7).

Foi este importante movimento de troca de conhecimento entre as comunidades que fortaleceu a luta pelo território e, mais que isso, estimulou a busca pelas raízes e histórias de seus antepassados, uma identidade para todos muito violentada. Com a titulação do território a primeira coisa que as comunidades se mobilizaram foi pela vinda da escola, que chegou em 2010, quando a mão de obra local construiu o espaço. A escola foi um importante marco na educação quilombola, que leva em consideração a história e a cultura dos moradores das comunidades e valoriza seus conhecimentos. Hoje celebram que todos os professores que lecionam na escola Polo e nas salas anexas são do território, mas esta não era a realidade quando a escola chegou. Uma das professoras de Campo Verde, durante os levantamentos de campo, fala sobre o orgulho na tarefa de educar seus filhos e filhos de outros comunitários. Ela relata com indignação que os professores da cidade ensinavam para as crianças que o estudo tinha o objetivo de dar uma vida melhor para eles saírem da comunidade. Esta é uma questão muito forte para as famílias que vivem no território, o pertencimento. Para eles, estudar é uma forma de melhorar a vida das famílias dentro do território e fortalecer a identidade. Hoje apesar de não gozarem da liberdade que gostariam para introduzir conteúdos identitários no ensino, eles de tempos em tempos levam os mais velhos para contar histórias da região para os alunos, uma forma de reforçar sua origem.

5.3.1.4 Saúde

A saúde nas comunidades é bastante precária em relação à assistência do Estado, como será descrito no capital físico. Devido às distâncias dos espaços de atendimento, as comunidades recorrem aos antigos e seus conhecimentos tradicionais, mas relatam que aos poucos sentem que vem perdendo valor para a nova geração. Nas próprias comunidades, o tratamento de alguma enfermidade pode ocorrer por meio do uso de plantas medicinais, universo de domínio das mulheres, benzedeiras e parteiras. Existe um conhecimento amplo sobre chás, óleos e massagens, feitos a partir de plantas domesticadas nos quintais.

Em Campo Verde foi citada a ainda existência de duas parteiras que auxiliam muito as mulheres, principalmente quando existe alguma urgência ou no decorrer da gravidez para tratar de assuntos da saúde da mulher. Sobre benzedeiras apontam "Tia Maria" como uma referência, mas após seu falecimento, poucos detém os conhecimentos que ela tinha. No entanto, quando citam a precariedade da assistência à saúde, inclusive apontando a falta de remédio no posto de saúde ou a falta de transporte para descolamento, a fala revela a importância do conhecimento sobre o "remédio do mato". Mastruz, cidreira, anador, hortelã, arruda, catinga de mulata, cravinho de defunto, manjerona são algumas plantas citadas para preparar lambedores, xaropes, chás, compressas etc. Esses remédios são utilizados para diversas finalidades, como tratamento de dores abdominais, dores de cabeça, gripes e outras doenças respiratórias e até para engordar crianças. Estes remédios são encontrados nos quintais das casas, por vezes chamada de sítios, espaço de responsabilidade da mulher.

A participação das mulheres na comunidade Campo Verde é entendida como fundante para a sobrevivência do grupo social, pois participam das mais diversas atividades, desde a agricultura, artesanato, mobilização social em temas que as afetam, política, cultivo de plantas medicinais. Há muitos anos as famílias das comunidades manipulam plantas, sementes de açaí, entre outras para vários fins relacionados inclusive a reprodução social e práticas culturais. Desse modo, a natureza sempre foi fundamental para a vida e as práticas culturais dessa comunidade. Como será descrito no capital social, as mulheres da comunidade foram grandes protagonistas na luta por maior participação política, que se inicia na luta do território e hoje perpassa vários níveis de liderança e reflexões sobre temas que envolvem as questões de gênero.

Em diálogo com a agente comunitária de saúde, que visita as famílias na região para marcar consultas e encaminhar para exames e outros procedimentos na cidade, ela nos relatou que muitos ainda usam remédio caseiro, mas cada dia mais isso está se perdendo e todos, inclusive a nova geração, preferem ir ao médico.

5.3.2 Capital Social

Neste item serão descritos os recursos sociais que permitem que as comunidades do território quilombola, em especial a comunidade Campo Verde, busquem seus objetivos de meios de subsistência. Relações de confiança, reciprocidade e intercâmbio, que facilitam a cooperação, unidades componentes das sociedades, redes de parentesco, regras e mecanismos de tomada de decisão, incluindo a existência de lideranças e governança social. Estes ativos proveem a base para a rede de segurança informal que existe entre pessoas na comunidade.

5.3.2.1 Organização social

As comunidades se organizam por meio das relações de parentesco e compadrio, que envolvem práticas econômicas, políticas, culturais e de lazer. Nas relações externas com as

instituições governamentais, poder público e movimentos sociais, se organizam por meio da associação que representa o território, a ARQUINEC.

Na organização social tem-se a família sendo o centro da unidade de produção, que se configura através do regime possessório e não existem demarcações físicas entre as áreas, mas uma espécie de regulação dada por normas morais e culturais de respeito ao outro grupo familiar. O trabalho na roça, de forma mais habitual, é feito somente por uma família nuclear, por um conjunto de famílias ligadas por laços de parentesco, que vivem próximas, ou por um conjunto de famílias ligadas por laços de amizade e de vizinhança.

Trata-se de um território marcado pela produção que fortalece a relação entre círculos de convivência e socialidade que se projetam no espaço físico e criam alianças. É a comunidade, caracterizada pelo agrupamento das famílias vinculadas pela convivência, pelas relações de parentesco e vizinhança que expressa a unidade territorial e política entre as famílias. Estas práticas foram a base para a construção de uma unidade social entre elas que fortaleceu a luta por seus direitos territoriais.

Na posse familiar fica localizado o que chamam de sítio, local de moradia da família e de domínio feminino; já no que chamam de centro, fica a roça, de responsabilidade do homem, mas onde homens e mulheres trabalham juntos. A casa de farinha, ou retiro, é onde se produz a farinha, trabalho dividido entre homens e mulheres (SANTANA, 2010). Nas vilas, as moradias (ou sítios) se estabelecem em torno de uma pessoa mais velha da família e ao seu redor seus consanguíneos, afins e agregados. O casamento realizado preferencialmente entre pessoas do território não chega a ser uma regra, mas como relatam as mulheres é uma preferência. Tradicionalmente, quando casadas as mulheres preferiam ficar perto da sua família, mas os relatos indicam que isso muda muito, sendo que a escolha atualmente é do casal, cuja opção leva em consideração a disponibilidade de espaços na posse das famílias.

Estas práticas foram a base para a construção de uma unidade social entre as comunidades que fortaleceu a luta por seus direitos territoriais, “um espaço social marcado pela terra e pelo parentesco considerando a co-participação em valores e práticas culturais próprias e especificamente através da construção de formas de organização baseadas em solidariedade e reciprocidade.” (GUSMÃO, 1992).

Quanto às crianças, as que têm acima de seis anos geralmente estudam, e no período em que não estão na escola acompanham seus pais nas tarefas do dia a dia. Esse hábito tem um fundamento importante na reprodução do conhecimento, pois elas observam o que os pais fazem, ou no centro ou em casa, e nas brincadeiras reproduzem e aprendem o trabalho, e as diferentes formas de se apropriar do território, de ser quilombola (SANTANA, 2010).

Em relação às mulheres de Campo Verde, cabe evidenciar seu protagonismo e mobilização política. O local onde as reuniões deste trabalho foram realizadas era a sede do antigo Clube das Mães (**Figura 6**), construído pelo movimento de mulheres da comunidade. Segundo Santana (2010), o clube surgiu em 1985 com o objetivo de ajuda mútua entre as mulheres e no início elas costuravam para suprir as necessidades das famílias e/ou para vender, sendo

que os recursos obtidos eram utilizados para ajudar as outras mulheres em situação de vulnerabilidade. Nestes momentos, compartilhavam suas experiências de donas de casa e mães e depois, mobilizadas pela igreja católica, o clube virou um Movimento das Mulheres, que entre ouras coisas passou a ter como foco uma atuação político-social, iniciando reflexões mais profundas sobre a realidade social que viviam e sobre seu papel na comunidade. Este movimento em Campo Verde passou a ser uma célula do que ficou conhecido como Movimento das Mulheres Transformadoras do Campo e da Cidade de Bujaru (MMTCCB).

Figura 6 - Sede do antigo Clube de Mães e local de realização das reuniões atualmente. Vila de Campo Verde, quilombo ARQUINEC.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Nesta época, embora as mulheres participassem de organizações, as decisões eram sempre tomadas à revelia de suas opiniões. A autoridade do marido era respeitada e muitas vezes não era permitido que fossem às reuniões. No espaço rural, a situação era ainda mais delicada que na cidade. A maioria trabalhava na roça junto aos maridos, cuidavam dos filhos, muitas sofriam violências domésticas, eram semianalfabetas e o pouco acesso que tinham a informações era através dos Clubes de Mães (ANDRADE, 2018). As mulheres do MMTCCB, foram encorajadas a lutar pela igualdade de gênero e de oportunidades e despertaram para um novo tipo de ação política, questionando a subordinação nas relações de gênero, em casa, no trabalho, dentro da igreja e das associações. Foi a partir desta atuação que as mulheres de Campo Verde participaram da luta pelo território sendo parte atuante da ARQUINEC desde sua fundação até hoje. Através deste movimento puderam concretizar suas conquistas efetivando suas participações nas localidades e muitas chegaram a ser vista e ouvidas como lideranças importantes.

Hoje no território foi relatada a existência do que denominaram Grupo de Mulheres Negras Quilombolas, que é vinculado à ARQUINEC. Segunda a Sra. Maria Helena, de Campo Verde, existe uma representante feminina em cada comunidade do território e os encontros são feitos aos sábados, cada vez em uma comunidade. Os temas são diversificados, mas citaram um estudo que fazem sobre o livro da vida de Maria da Penha[13], onde após as leituras elas refletem sobre situações que ocorreram com elas e/ou nas suas comunidades, chegando algumas vezes a intervir em casos de violência detectados, inclusive com denúncias aos órgãos públicos de defesa.

5.3.2.2 Governança local

Como já mencionado, as relações no território quilombola se organizam a partir das relações de parentesco e compadrio, tornando a comunidade um elemento fundante na organização social do território. Do ponto de vista da atuação das famílias, com suas pautas sociais e políticas, apesar de as comunidades iniciarem sua organização em torno da igreja, a criação de uma associação foi necessária para a titulação do território.

No ano de 2001 foi fundada a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Nova Esperança de Concórdia do Pará (ARQUINEC). No início as comunidades de Cravo e Curuperé também eram representadas pela associação, mas o que se pôde entender é que hoje a ARQUINEC tem o campo de atuação voltado ao território, falando em nome das comunidades Campo Verde, Dona, Ipanema e Santo Antônio. As famílias da comunidade Campo Verde contribuíram para a fundação da ARQUINEC, e ainda hoje moradores e

[13] Maria da Penha dá nome a uma lei brasileira, cujo objetivo principal é estipular punição adequada e coibir atos de violência doméstica contra a mulher. No seu livro Maria da Penha oferece sua história de vida como forma de contribuir com transformações pelos direitos das mulheres no Brasil à uma vida sem violência e na luta contra a impunidade em relação à violência doméstica e familiar.

lideranças desta comunidade são assíduos nas reuniões, mobilizações, eventos e cursos realizados pela associação.

A ARQUINEC hoje atua na governança comunitária e política das comunidades e segundo relata seu presidente, Sr. José Franscisco (Zequinha) de Campo Verde, a associação atua em toda dimensão do direito quilombola, seja nas questões fundiárias, direitos sociais como saúde e educação, infraestrutura comunitária e outros benefícios de direito. O modelo de atuação está fundamentado no modelo organizacional orientado pela igreja católica, contando com uma diretoria e os grupos de base. A diretoria é eleita a cada quatro anos e é composta por um presidente e um vice-presidente, um secretário e um vice-secretário, um tesoureiro e um vice-tesoureiro e três conselheiros.

Na figura do presidente se concentram as funções de mediação e resolução de conflitos, a organização espacial da comunidade, de tomada de decisões coletivas, também de interlocução entre os comunitários para comunicar questões relacionadas ao interesse coletivo, e com pessoas de fora diante das intervenções externas que precisem de um diálogo formal. O vice-presidente acompanha o presidente e pode substituí-lo de acordo com as necessidades apresentadas, principalmente em atividades mais executivas que envolvem questões coletivas. O secretário é encarregado de lavrar as atas e guardar a memória das reuniões. O tesoureiro é encarregado de administrar os recursos financeiros recebidos da comunidade. Os conselheiros atuam em conjunto nos temas e participam ativamente da fiscalização e atuação dentro do território.

Os grupos de base da associação são formados por três representantes (coordenador, secretária e tesoureiro), um grupo de mulheres e um grupo de jovens associado à igreja. Cada comunidade tem um grupo de base, com exceção de Ipanema que possui quatro, totalizando sete grupos de base no território.

Os associados pagam uma mensalidade de R$ 5,00 e este recurso custeia as despesas de manutenção da sede, que fisicamente está estabelecida na comunidade Santo Antônio, materiais administrativos e custos de deslocamento dos membros quando necessário. Diretoria e grupos de base atuam juntos na busca por direitos, recursos, projetos e resolução de problemas comunitários e do território e, para as famílias, a ARQUINEC é a única associação legítima para atuar em nome do território e suas comunidades.

No território quilombola também existe a Associação dos Produtores Familiares e Granjeiros Quilombola (ASPROFAGQ), criada na comunidade de Santo Antônio com as famílias desta comunidade, algumas poucas de Ipanema e outras de fora do território, mas que tem relações de reciprocidade e vizinhança com as famílias da comunidade. Famílias de Campo Verde e Dona não participam da associação.

Todas as famílias que são parte da ASPROFAGQ têm que ter produção baseada na agricultura familiar, pois a associação nasceu da necessidade de ter um CNPJ para participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e vender sua produção para algumas escolas do município de Concordia do Pará, incluindo as escolas do território quilombola. A

ASPROFAGQ passa por alguns desafios relacionados à certificação devido às questões de adequação sanitária para beneficiamento do açaí. Outra dificuldade que relataram foi a forma de contratação do PNAE com o município, o qual exige que a associação transporte sua produção até as escolas, porém esse deslocamento é pago pela associação. A crítica é o desrespeito à associação, pois com as indústrias maiores o município retira a produção e distribui nas escolas.

5.3.2.3 Organizações parceiras

Em relação às organizações e instituições parceiras das comunidades, os comunitários de Campo Verde com o auxílio das lideranças da ARQUINEC citam algumas que atuam ou atuaram em diferentes temas junto a eles. No entanto, cabe evidenciar que quando o assunto é educação, em especial relacionado à infraestrutura comunitária, entendem que o protagonismo da ARQUINEC e dos comunitários que utilizam o serviço são suficientes para as reflexões sobre o Programa_Componente 1 e o entendimento sobre a obrigatoriedade do processo de consulta livre, prévia e informada.

Muitas já foram as reflexão e reuniões nas comunidades em torno do direito à consulta devido aos conflitos socioambientais da região e sabem que seus direitos vêm sendo amparados pelo sistema de justiça do Estado, ao qual recorrem continuamente quando se sentem desrespeitados e/ou necessitam fazer denúncias. Quando evidenciada a presença desta consultoria do BID com o objetivo de garantir que seja executado o processo de consulta na construção da infraestrutura escolar, os moradores expressaram otimismo, pois entenderam que se o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) tivesse respeitado este direito, muitos conflitos internos e impactos sociais teriam sido evitados. Neste cenário, devido às experiências pretéritas dos impactos causados por um programa governamental, as discussões foram bastante enriquecedoras, o que permite compreender que serão atuantes na cobrança em relação aos seus direitos e querem ser ouvidos.

Os diálogos com a comunidade evidenciaram que os moradores do território não têm nenhuma participação política nas esferas de poder municipal de Concórdia do Pará, apesar da existência de vereadores que são parentes de algumas famílias do território, mas infelizmente atuam na defesa dos direitos de suas famílias, em especial nas questões relacionadas à melhoria de ramais e rede de energia, mas não atuam em prol de pautas do território ou dos quilombolas. Sua atuação política passa pelas organizações parceiras e pelas instituições de defesa, em especial do governo do Pará, que tem atuado na área nas pautas relacionadas a direitos sociais. Em relação às organizações e instituições parceiras da ARQUINEC e atuantes no território apontam:

- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). A organização tem auxiliado a ARQUINEQ nas reflexões e denúncias acerca dos conflitos ambientais na região, em especial devido à degradação nos recursos hídricos causada pela indústria de dendeicultura, que multiplicam em milhares de hectares as plantações de dendê na

região. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. A FASE conta com um Grupo Nacional de Assessoria (GNA) e seis programas regionais que visam o desenvolvimento regional e alternativas como o agroextrativismo e o cooperativismo.

- A MALUNGU é a organização das comunidades quilombolas do estado no Pará e surge como um dos desdobramentos da luta travada por mulheres e homens quilombolas na garantia dos direitos territoriais reconhecidos na Constituição Federal Brasileira de 1988. A organização teve início em novembro de 1999 e em março de 2004 a Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (MALUNGU) foi oficialmente fundada como instituição sem fins lucrativos e econômicos.

- Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) que tem a missão, de acordo com a Lei n° 7.029 de 30 de Julho de 2007, de promover o exercício da cidadania, a defesa dos direitos humanos e do acesso à justiça, assim como a reparação pelos respectivos danos. Atua através da coordenação do Programa Raízes com três gerências especiais: Gerência de Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas, Gerência de Promoção à Igualdade Racial e Gerência de Promoção dos Direitos dos Quilombolas.
- O Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa). Sediada em Belém, é uma entidade sem fins lucrativos e vínculos partidários que desenvolve atividades em defesa dos direitos da população negra no Pará. Para cumprir seus objetivos ligados diretamente à luta contra as desigualdades sociais raciais (de gênero e outras), o Cedenpa vem sendo norteado por três eixos que se interligam: (i) Estimular o aumento da autoestima coletiva do segmento negro; (ii) Estimular o segmento negro a lutar por uma cidadania plena e (iii) Participar das mais diversas articulações que se liguem à luta em favor da eliminação das hierarquias sociais.

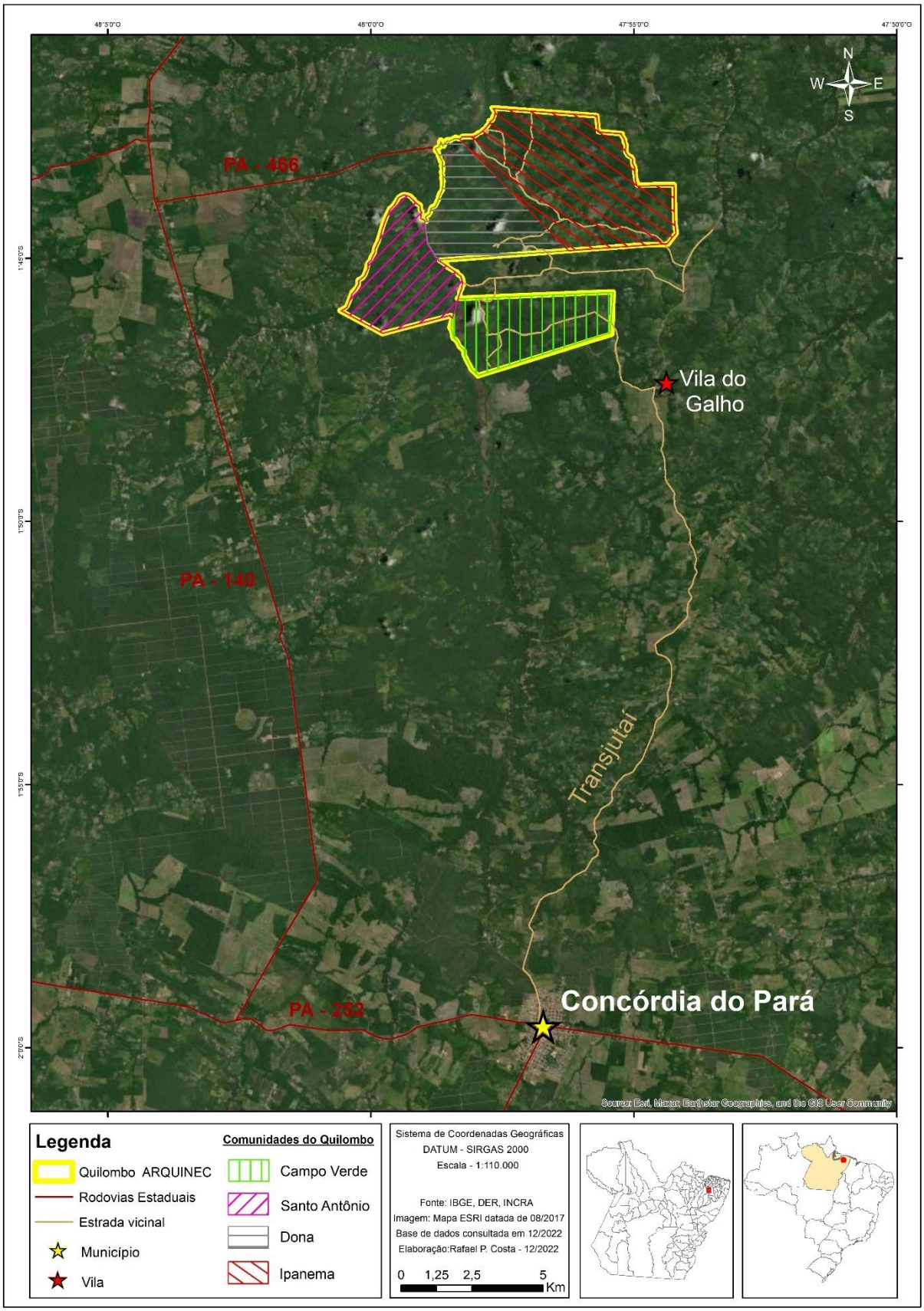
5.3.3 Capital Físico

O capital físico se propõe a analisar a qualidade, cobertura, infraestrutura associada, fragilidades e oportunidades de acesso aos serviços de uma comunidade, sendo eles: (i) Serviços públicos: abastecimento de água, saneamento, sistemas de gestão de resíduos (coleta, tratamento e descarte), fornecimento de energia e meios de comunicação; (ii) Serviços sociais: saúde, educação, habitação; e (iii) Infraestrutura de Transporte: estradas, transporte público, transporte privado e transporte fluvial. Dessa forma, o capital físico busca contextualizar o suporte estrutural, público e privado, que as famílias da comunidade sob análise possuem para se relacionarem com o ambiente onde estão inseridas. Nesse sentido, é realizada uma breve caracterização da existência ou não de infraestruturas de suporte e acesso aos serviços básicos com base em dados secundários e primários.

5.3.3.1 Acessos e deslocamentos

As famílias da comunidade de Campo Verde, utilizam o município de Concórdia do Pará como base para ter acesso aos mais diversos serviços, tais como: mercados, postos de combustíveis, bancos, acesso à saúde (maior complexidade) etc. Existem outros municípios no entorno da área quilombola, entretanto Concórdia do Pará é o mais próximo e que possui a melhor estrada de acesso. Para tanto se utilizam da estrada não pavimentada conhecida como Transjutaí, que foi aberta pela prefeitura municipal no início da década de 90, sendo que da sede municipal até a Vila do Galho são aproximadamente 25 km de distância (**Figura 7**). A partir da Vila do Galho pega-se outro ramal, de menor porte, conhecido como ramal do Campo Verde, que dista aproximadamente 10 km até a comunidade de Campo Verde. O estado de conservação e perenização da Transjutaí é bom, com poucos buracos, pontes de madeira bem conservadas e largura do ramal suficiente para trânsito de dois veículos simultaneamente. Já o ramal do Campo Verde não é tão bem conservado, apresenta pontos de erosão provocados pelas águas pluviais e sua largura é menor, permitindo o trânsito de apenas um veículo. A partir da comunidade de Campo Verde, o ramal segue para as outras vilas existentes dentro do território quilombola, mas também se divide em outros ramais de acesso a comunidades de dentro e fora do território da ARQUINEC até voltar à Transjutaí alguns quilômetros à frente.

Figura 7 - Mapa de acessos ao território quilombola ARQUINEC.



Segundo relatos da liderança comunitária de Campo Verde e atual presidente da associação ARQUINEC, Sr. José Franscisco (Zequinha), a comunidade de Campo Verde e as demais comunidades do entorno fazem sistemáticas cobranças e reinvindicações à Secretaria de Obras do município de Concórdia do Pará para que realizem as manutenções nos ramais. Enquanto esta equipe técnica estava presente na comunidade de Campo Verde, máquinas da prefeitura municipal realizavam trabalho de melhoria nos ramais próximos à comunidade (Figura *8*), porém a época das chuvas estava somente começando e a tendência é de piora da condição dos ramais de acesso.

Figura 8 - Máquina da prefeitura de Concórdia do Pará realizando benfeitoria nos ramais de acesso ao território da ARQUINEC.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Quanto ao transporte entre as vilas rurais e a cidade de Concórdia do Pará, algumas famílias com maior poder aquisitivo possuem veículo próprio, geralmente uma moto, mas é comum o trânsito de ciclistas e pedestres nos ramais, em especial nos ramais de menor porte. As famílias procuram se organizar e se auxiliam mutuamente para caronas e transporte de

pequenas mercadorias até a cidade, porém o principal transporte é realizado por um particular, Sr. Camilo, que faz a "linha" entre as vilas e a sede municipal com um ônibus próprio de duas a três vezes na semana, dependendo da demanda. Por exemplo, nas semanas de começo de mês, realiza mais viagens dada a maior procura pelos comunitários em busca dos serviços ofertados pela cidade. Esse trajeto entre a comunidade de Campo Verde e Concórdia do Pará custa R$ 45,00 (ida e volta) e costuma durar em média uma hora e trinta minutos e se o comunitário precisar utilizar somente um trecho (ida ou volta) a passagem custa R$ 25,00. Dependendo da quantidade e volume das compras adquiridas na cidade, ou ainda de produtos que serão comercializados na cidade, se faz necessário pagar um frete por cada volume de mercadoria, sendo que este valor é acordado no momento do embarque de acordo com o volume.

Segundo relatos, o transporte conhecido como "pau de arara", praticado em carrocerias de caminhões ou caminhonetes com bancos improvisados de tábuas de madeira, não é mais utilizado na região, mas segundo SANTANA (2010) este era usual até o final dos anos de 2010.

Existe também o transporte fluvial realizado pelo rio Bujaru, maior rio da região e que corta parte do território da ARQUINEC. Esse transporte é mais utilizado para os comunitários que querem vender seus produtos, especialmente farinha de mandioca, no município de Belém. A lancha, como dizem os locais, para no porto do PA Nova Santa Maria, assentamento rural localizado no meio do território quilombola, e pode tanto levar passageiro e mercadoria, como também somente comprar a mercadoria ali no porto, por um valor menor do que o praticado em Belém, o que caracteriza o serviço dos regatões[14].

5.3.3.2 Espacialidade e moradia

Existe uma espacialidade maior dada pelo território jurídico da ARQUINEC que está diretamente relacionada aos espaços de uso dos serviços de provisão, moradia e referências históricas, locais onde construíram sua identidade e se apropriaram. A beira (margem dos rios) sempre foi o local que viveram e reproduziram seus modos de vida, onde ficava o ambiente doméstico (sítios) e de onde entravam e saiam do território, na ausência de acessos terrestres. O centro era o local de plantio, as roças, quando adentravam as matas de terra firme para abrir áreas para produção de mandioca e fazer a farinha. Estes espaços foram muito violados no processo de luta pelo território e na ocupação histórica das fazendas na região.

Estas referências continuam vivas, mas agora ressignificadas. Muitas famílias dizem visitar as taperas e sítios nas beiras, locais onde viviam e foram abandonados, mas hoje o centro, no sentido da terra firme, também se tornou local de moradia, dos sítios, onde as pessoas vivem e plantam e onde os acessos terrestres se multiplicaram. Atualmente, de forma geral, a comunidade de Campo Verde e suas vilas são consolidadas próximas aos ramais de acesso

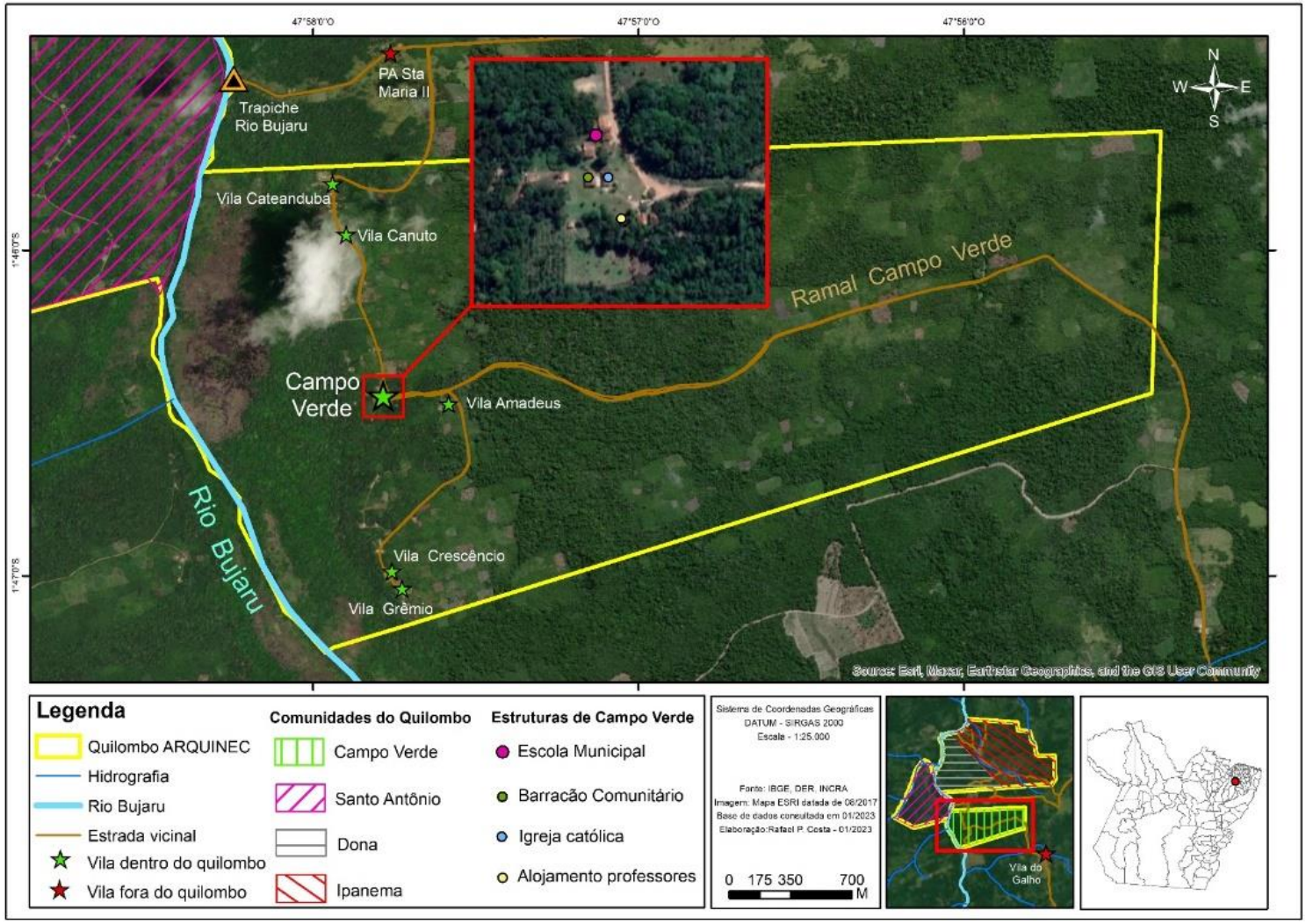
[14] Regatão é um comerciante ambulante que viaja entre centros regionais e comunidades amazônicas, comercializando mercadorias para pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior em troca de "produtos regionais", agrícolas e extrativistas..

(**Figura** *9*) e geralmente formadas por um núcleo familiar extenso. As maiores vilas possuem uma infraestrutura mínima, composta por um campo de futebol, escola municipal (ensino fundamental), posto de abastecimento de água e uma igreja. (**Figura** *10*).

Figura 9 - Vila de Cateanduba. Detalhe das casas, escola municipal e igreja dispostas próximas ao ramal de Campo Verde.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Figura 10 - Mapa da organização espacial da Comunidade de Campo Verde. Em detalhe a Vila de Campo Verde.



Quanto aos padrões construtivos, existe uma diversidade arquitetônica e embora existam casas de alvenaria, a forma predominante é a construção com tábuas de madeira (**Figura *11***). Cabe destacar que independentemente do material de construção da estrutura das casas, quase a totalidade utiliza telhas de barro, dado o intenso calor que predomina na região e o maior conforto térmico deste material.

Figura 11 - Diferentes padrões construtivos das residências em Campo Verde.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

As construções de alvenaria passaram a ser mais frequentes nos últimos anos, em especial após a implantação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), parte do Programa Minha Casa, Minha Vida, regulamentado pelo Ministério das Cidades que segundo Brandão *et al* (2018) tem seus objetivos de atendimento voltados para a população rural brasileira, atendendo agricultores familiares, trabalhadores rurais, assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária e membros de comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas etc.). São elegíveis famílias com até R$60.000,00 de renda anual bruta, mas somente aquelas com até R$15.000,00 anuais (vale ressaltar que este é o caso absolutamente majoritário nas comunidades quilombolas) recebem o subsídio mais significativo e contribuem com somente 4% do valor inicialmente repassado para a construção ou reforma. Neste caso, o pagamento é dividido em quatro parcelas anuais, de valor igual, com a primeira devendo ser paga 12 meses após a assinatura do contrato.

Entretanto, de acordo com o relato dos quilombolas, o processo de consulta referente ao programa habitacional não foi realizado, ou pelo menos adequadamente, pois não houve diálogo aberto, transparente e claro com as famílias para explicar os detalhes. Além disso, segundo eles houve obrigatoriedade da aceitação da planta baixa do projeto padrão, com

possibilidades nulas de adequação cultural. A ARQUINEC afirma que o processo foi claro sobre as contrapartidas necessárias que deveriam ser geridas pela associação e pelas famílias, mas mesmo assim resultou em diversos conflitos internos, problemas de casas inacabadas, dificuldade de gerir mão de obra que deveria ser contatada pelas famílias, mesmo essas não tendo conhecimento sobre o tema, o que as levou a ficarem na mão de pessoas estranhas. Por fim, relatam que a ausência de monitoramento e fiscalização por parte da Caixa Econômica Federal resultou na baixa qualidade dos materiais utilizados, casas não finalizadas e subsídios não repassados. O acesso aos programas habitacionais pelas populações tradicionais é relativamente recente, pouco mais de uma década, e ainda carecem de muitas melhorias e adequações para atendimento das salvaguardas garantidas pela legislação nacional e tratados internacionais, como o processo de consulta livre, prévia e informada.

Outra edificação comum na área são as casas de farinha, ou retiro como são denominadas pelos locais, são de uso coletivo familiar e possuem ou padrão construtivo mais tradicional, com cobertura de folhas de palmeiras, troncos de árvores; ou esteios cortados com cobertura de telha (Figura *12*); e utilizam barro argiloso para a construção do forno, além de não possuírem paredes, uma alternativa para arejar, dado o calor produzido pelo forno.

Figura 12 - Casa de farinha (retiro) na Vila do Grêmio na comunidade Campo Verde.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.3.3 Abastecimento e Saneamento

O sistema de abastecimento de água usualmente utilizado nas vilas da comunidade Campo Verde se dá através de um poço com caixa d'água como reservatório e uma bomba ligada à energia elétrica. Os comunitários costumam denominar essa estrutura como tripé, se referindo a forma da construção que sustenta a caixa d'água. Nas vilas onde existe um centro, local que possui uma escola, igreja e quadra de futebol, a prefeitura de Concórdia do Pará foi responsável pela construção do poço que atende a escola. Em alguns casos, quando existem casas no entorno direto, estas habitações utilizam do sistema para distribuição.

Em outras vilas, quando as casas ficam distantes do centro ou as famílias possuem um maior poder aquisitivo, no geral por serem assalariadas, elas pagam pela perfuração do poço e respectiva conta de luz da bomba. Entretanto, segundo os comunitários, é comum o uso de ligações irregulares na rede de energia elétrica para realizar as ligações das bombas dos poços.

Ainda existem as vilas mais próximas aos igarapés, entretanto esses possuem um volume de água muito pequeno, especialmente no verão, o que também dificulta seu uso rotineiro e doméstico pela comunidade, sendo utilizados apenas em momentos específicos, seja para beber durante as atividades de caça e pesca; seja para beneficiar a mandioca em subprodutos; seja para lavar roupas ou um banho (tema mais aprofundado no item de capital natural). Assim, é possível afirmar que os comunitários das vilas do território quilombola da ARQUINEC são dependentes das fontes de água subterrânea no que diz respeito aos usos domésticos.

Segundo relato dos quilombolas, nos locais onde a prefeitura é responsável pela construção e manutenção do sistema, a higienização das caixas d'água só é realizada após diversas cobranças da comunidade junto às instâncias municipais. Em outros locais, com sistema custeado pelos próprios comunitários, a higienização é realizada com frequência semestral ou não é realizada, dependendo da família.

Quanto ao sistema de saneamento, as vilas de Campo Verde, por possuírem uma distribuição esparsa no território, possuem sistemas individualizados, onde cada construção possui seu próprio sistema de saneamento. Segundo relato dos comunitários, a maioria das construções possuem fossas sépticas construídas com alvenaria, mas ainda existem casas com fossas negras, em especial onde as famílias possuem um menor poder aquisitivo.

5.3.3.4 Gestão de Resíduos Sólidos (coleta, tratamento e descarte)

A questão da gestão de resíduos sólidos é um problema crônico e antigo nos municípios do Brasil como um todo, em especial nas comunidades rurais. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída em agosto de 2010 pela lei nº 12.305/2010, trouxe significativo avanço das legislações que versam a respeito (ROVERSI, 2013), e após muitos anos de

esforços no sentido de elaborar diretrizes que pudessem gerenciar adequadamente os resíduos sólidos no país, a PNRS veio trazer, de forma moderna e participativa, uma organização para o tratamento dos resíduos sólidos, estimulando a reciclagem e o desenvolvimento sustentável, e também traz três pontos principais: fechamentos dos lixões até 2014, somente resíduos sólidos não recicláveis podem ir para os aterros sanitários e elaboração, por parte dos municípios do plano de resíduos sólidos municipal.

Entretanto, como em diferentes esferas político administrativas, as legislações são bem redigidas e se encaixam nos anseios da sociedade, cada vez mais conscientes de seus deveres para com o meio ambiente, porém as legislações não são aplicadas a contento e existe pouca ou nenhuma fiscalização e respectivas penalizações para os que não cumprem a PNRS. Especialmente quando são consideradas as áreas rurais dos municípios brasileiros, onde praticamente não existe coleta de lixo e os resíduos possuem as piores destinações possíveis e acabam sendo queimados ou despejados na natureza, não raro às margens de cursos d'água.

Nas comunidades do território quilombola não é diferente, ou seja, não existe coleta de lixo pelo poder público e cada família dá a destinação que melhor lhe convém. A maioria das famílias de Campo Verde queimam ou enterram o lixo. Já o lixo orgânico, a maioria dos comunitários costuma destinar aos animais de criação.

Figura 13- Queima de resíduos sólidos atrás da escola Polo em Campo Verde.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.3.5 Infraestrutura de Saúde

O acesso à saúde básica nas comunidades do território quilombola da ARQUINEC é significativamente deficitário. As maiores vilas possuem um ou mais Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que percorrem as residências das famílias e realizam medições de pressão arterial, ações de prevenção de doenças e promoção de saúde, bem como os encaminhamentos, por escrito, necessários para o atendimento do paciente em outros locais da rede municipal de saúde, atuando como articuladoras entre a comunidade e os integrantes das equipes de saúde municipal. Os agentes de saúde respondem a unidade de saúde que fica localizada na Vila do Galho, já fora do território quilombola e distante aproximadamente 10 km. A Unidade de Saúde da Família do Galho funciona através do sistema Programa de Saúde da Família (PSF), hoje conhecido como Estratégia da Saúde da Família (ESF)[15]. O ESF do Galho (**Figura 14**) atende a diversas comunidades rurais da região e

[15] Segundo o site do Ministério da Saúde, a Estratégia Saúde da Família (ESF) visa à reorganização da atenção básica no País, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, e é tida pelo Ministério da Saúde e gestores estaduais e municipais como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes

possui em seu quadro de profissionais: um profissional da enfermagem diariamente, um dentista e um médico, esses dois últimos em sistema de escala que os comunitários não souberam informar a periodicidade. Neste local são tratados os casos de baixa complexidade e ações de prevenção e promoção da saúde da comunidade, como: curativos, remédios para dor de cabeça, dor de barriga, viroses, dermatites, febres, pré-natal e acompanhamento de doenças crônicas como diabetes e hipertensão arterial. Entretanto, os relatos confluíram para concordar que é normal os comunitários chegarem no posto e os profissionais não poderem realizar os atendimentos e procedimentos necessários devido à falta de insumos e medicamentos básicos.

O deslocamento até a unidade de saúde é por conta do paciente, mas a partir do ESF do Galho, se houver necessidade de deslocamento para tratar um caso de maior complexidade, a ambulância do município remove este paciente até o hospital municipal de Concórdia do Pará, João Lins de Oliveira, onde são realizadas as consultas das especialidades médicas ou atendimento de média e alta complexidade. Se o caso for de extrema gravidade ou precisar de UTI, o paciente é removido para um hospital estadual em Belém.

Figura 14 - Estratégia de Saúde da Família (ESF) do Galho.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade. Acessado em https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/estrategia-saude-da-familia/

5.3.3.6 Infraestrutura Escolar

A Secretaria Municipal de Educação de Concórdia do Pará é a responsável pela gestão do Ensino Fundamental I (alunos do 1º ao 5º ano) e Fundamental II (alunos do 6º ao 9º ano) na comunidade de Campo Verde, na sua vila central, com a presença da EMEF Quilombola Campo Verde, sendo que tanto os alunos do Ensino Fundamental I como do Fundamental II são atendidos com turmas multisseriadas, que são frequentadas pelas crianças de todas as comunidades do território, em especial as crianças do entorno. A escola é construída em alvenaria e já sofreu várias modificações. Atualmente possui cinco salas de aula, uma sala para secretaria, cozinha, refeitório, despensa, pátio coberto e sistema de água encanada a partir de um poço artesiano e respectiva caixa d´água de armazenamento (**Figura *15***). Também na vila, área central de Campo Verde, existe uma casa cedida para o alojamento dos professores do SOME, que permanecem no local durante o módulo letivo de 50 dias.

Figura 15 - Escola Polo de Campo Verde. Detalhe da visão geral do prédio, salas de aula, refeitório e cozinha.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

No ensino fundamental, muitos professores contratados são quilombolas com formação superior, e segundo relatos possuem pouca liberdade para adequar o conteúdo pedagógico para a realidade quilombola. Assim, uma das formas de fortalecimento identitário é através da confecção de uniformes, pinturas e frases na faixada da escola, que se referenciam as questões da identidade quilombola e da luta do movimento negro e nas visitas de moradores mais velhos para contação de histórias do território. (Figura *16* e Figura *17*).

Figura 16 - Alunos da escola Polo de Campo Verde. Detalhe do uniforme escolar diferenciado e da participação de crianças e jovens nas reuniões durante as atividades deste trabalho.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Figura 17 - Escola Polo Campo Verde. Detalhe dos símbolos marcados nas paredes.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Na Secretaria de Educação do Estado do Pará a Coordenadoria de Educação para a Promoção da Igualdade Racial (COPIR) busca superar as práticas discriminatórias étnico-raciais no ambiente escolar, investindo na formação dos professores e professoras da educação básica e na elaboração de materiais didáticos que levem os educadores a refletir sobre suas práticas pedagógicas para o exercício pleno da cidadania, considerando a pluralidade étnico-racial brasileira e atendendo aos dispositivos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A COPIR também integra o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Estado do Pará, a quem compete acompanhar, propor, subsidiar, avaliar e discutir as práticas das instituições educativas na implementação da Lei nº10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo.

O SOME é o sistema de ensino presente no território da ARQUINEC e trabalha em parceria com as prefeituras municipais, através de convênios, onde os professores e alunos utilizam o espaço físico das escolas municipais, e a Seduc é responsável pela gestão e contratação dos professores, alimentação escolar e outros recursos pedagógicos. O SOME na Vila de Campo Verde funciona no período vespertino e atende os alunos de Campo Verde e das

demais vilas do entorno, tanto em território quilombola como fora dele, totalizando 50 alunos matriculados.

Esse sistema funciona com programas curriculares do ensino médio que são oferecidas em quatro módulos, cada um formado por bloco de disciplinas, com duração de 50 dias letivos. Ao final do ano letivo, que corresponde a 200 dias, o aluno conclui uma série, sempre obedecendo às exigências curriculares legais.

Por se tratar de uma escola Polo, onde alunos de outras vilas do entorno vão estudar, a comunidade de Campo Verde possui um constante fluxo de estudantes. O município oferta o transporte escolar, tanto terrestre quanto fluvial e com repasse de verba da Seduc, sendo que um dos motoristas do ônibus escolar é quilombola de Campo Verde (**Figura** *18*). Cabe destacar que o transporte escolar fluvial é realizado somente em um trecho do percurso para poucos alunos que moram na comunidade de Santo Antônio, localizada na margem oposta do rio Bujaru. A lancha escolar pega os alunos no porto em Santo Antônio e deixam os mesmos do outro lado do rio Bujaru no porto do PA Nova Santa Maria, distante cerca de 2 km. Do porto de Santa Maria até a escola de Campo Verde esses alunos pegam o ônibus escolar. Para acesso aos estudos de nível superior, os quilombolas precisam se deslocar e morar em outros municípios, principalmente Castanhal e Belém.

Figura 18 - Ônibus escolar que realiza o transporte dos alunos no território da ARQUINEC.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.3.7 Infraestrutura de Energia

As vilas do território da ARQUINEC são atendidas pela rede de distribuição de energia elétrica da companhia Equatorial Energia Pará. A rede foi instalada no âmbito do programa federal Luz para Todos e sua distribuição é paralela aos ramais de acesso para as comunidades porém existem diversos postes danificados que precisam de manutenção. Segundo os comunitários, apesar dos chamados realizados na central de atendimento da companhia, o atendimento da Equatorial Energia é lento e insuficiente, o que leva os comunitários a realizarem ligações irregulares por conta própria, quer seja para os pequenos reparos necessários, quer seja para estender a rede para as novas residências construídas, o que aumenta consideravelmente o risco de acidentes graves e traz mais instabilidade para a rede de energia elétrica.

5.3.3.8 Infraestrutura de comunicação

A principal forma de comunicação utilizada atualmente na vila de Campo Verde se faz através da internet via satélite e consecutivamente por aplicativos de mensagens gratuitos. A escola de Campo Verde, como já mencionado, é considerada uma escola Polo da região, pois além do ensino fundamental, ocorrem as aulas do SOME, portanto dispõe de um sistema de internet via satélite que é utilizado por professores e funcionários. A ARQUINEC possui uma casa próxima a escola, com um programa de inclusão digital, onde existe outra rede de internet via satélite que os alunos e demais moradores da comunidade podem utilizar (**Figura *19***). Entretanto a rede é instável e de baixa capacidade de trânsito de dados (upload e download), o que dificulta a comunicação e as pesquisas que são necessárias nos trabalhos escolares. Nas outras vilas do território, as escolas por serem de menor porte (somente ensino fundamental) não dispõe de rede de internet, portanto nestes locais só há comunicação se a família tiver condições financeiras para custear um sistema de internet via satélite.

Como sinal de telefonia móvel não existe em nenhum local do território e em algumas localidades não existe internet, segundo os comunitários, ainda é comum o uso de bilhetes enviados pelos professores aos pais através dos alunos, ou quando não se trata de assuntos específicos da escola, os bilhetes são levados pelo motorista do transporte escolar, chamado de portador.

Figura 19 - Centro de Comunicações do Programa de Inclusão Digital da ARQUINEC na comunidade Campo Verde.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.4 Capital Natural

O capital natural se refere à disponibilidade de recursos naturais na territorialidade (ou áreas disponíveis para uso) de uma comunidade. Diz respeito também à qualidade desses recursos, ao acesso a eles, efeitos de possível impactos negativos sobre eles etc. Em outras palavras, o capital natural é um estoque de recursos naturais a partir do qual os fluxos de recursos úteis para os meios de subsistência se derivam.

Nesse sentido, é realizada uma breve caracterização da utilização desses recursos considerando principalmente seus meios de subsistência e atividades produtivas. Cabe ainda ressaltar que o foco deste estudo, tendo em vista seu objetivo e o tipo de obra a ser executada, foi entender a utilização dos chamados "bens de consumo" ou produtos que podem ser extraídos dos ecossistemas conforme (HASSAN *et al.*, 2005), sem com isso anular outros fatores importantes que porventura não tenham sido mencionados por eles.

Nesse contexto é possível afirmar que dentre os bens de consumo mais importantes para a comunidade quilombola estão: o fornecimento de água, o extrativismo (madeireiro e não madeireiro), as roças, a pesca e a caça.

5.3.4.1 Fornecimento de água

A comunidade de Campo Verde está situada inteiramente no bioma Amazônico e na Região Hidrográfica Costa Atlântica Nordeste (SEMA, 2012), mais especificamente na Sub-região (SBRH) ou Unidade Hidrográfica de Planejamento (UPLAN) Guamá - Moju, conforme Resolução 04/2008 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Pará. O rio Bujaru, afluente pela margem esquerda do rio Guamá, é o principal curso hídrico da comunidade, sendo que este é alimentando por igarapés também importantes da área quilombola como um todo, quais sejam: Samauma, Senito, Cipoteua, Patauateua, das Pedras, Dona e Ipanema. Esse sistema é abastecido e mantido, seguindo a classificação de IBGE (2002), por um clima equatorial quente e úmido, com apenas três meses secos e precipitação anual próxima de 2400 mm, sendo que o período de chuvas mais intensas se estabelece entre janeiro e junho e as temperaturas médias no ano são superiores a 18°C, se mantendo com frequência em torno dos 27°C.

Os levantamentos de dados primários realizados em campo permitiram identificar a existência de dois tipos de fontes de águas naturais disponíveis para a comunidade: água subterrânea proveniente de poço e águas superficiais dos cursos hídricos já mencionados. Considerando o abastecimento através de água subterrânea, conforme discutido no item de capital físico, cada vila de Campo Verde tem um poço comunitário, construído na maioria dos casos pela prefeitura, que também é responsável pelo pagamento da energia utilizada pela bomba. Conforme a comunidade vai crescendo e novas casas vão sendo construídas, as pessoas fazem suas ligações para o sistema comunitário ou as famílias que possuem salários de empregos formais e, portanto, uma renda melhor, constroem seus próprios poços e custeiam sua energia. De todo modo, nenhuma caixa d'água, seja comunitária, seja privativa, recebe algum tipo de tratamento e a água é consumida *in natura*.

Com relação às águas superficiais, cabe lembrar que a área da ARQUINEC é dividida em quatro comunidades. A comunidade de Campo Verde em si, foco desta avaliação, possui cinco cursos hídricos principais: os igarapés Samauma, Cipoteua, Patauateua e das Pedras, além do rio Bujaru (**Figura *20***). Porém, este último fica aproximadamente 1km da vila mais próxima, Campo Verde, de modo que usar sua água para atividades rotineiras se torna mais

difícil. Por outro lado, os igarapés, ainda que sejam mais próximos, tem um volume de água muito pequeno, especialmente no verão, o que também dificulta seu uso rotineiro e doméstico pela comunidade. Nesse contexto, as fontes de águas superficiais são mais utilizadas em momentos específicos, seja para beber durante as atividades de caça e pesca; seja para beneficiar a mandioca em subprodutos; ou ainda para navegação, no caso do rio Bujaru. Assim, é possível afirmar que os moradores de Campo Verde são dependentes das fontes de água subterrânea no que diz respeito aos usos domésticos.

Figura 20 - Rio Bujaru nas proximidades da vila de Campo Verde.

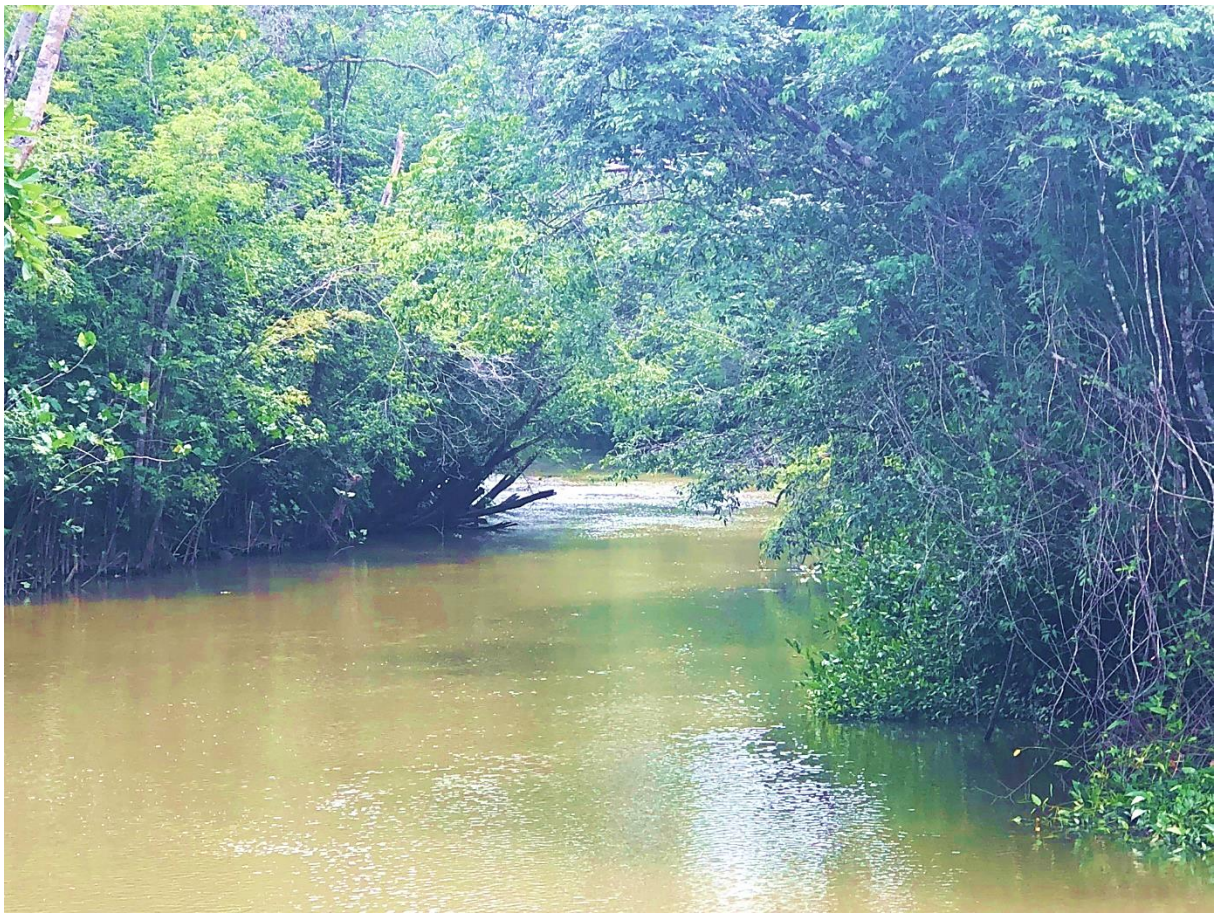


Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.4.2 Extrativismo

Com base na classificação de cobertura vegetal do IBGE (2008), a comunidade de Campo Verde está situada na região fitoecológica de Floresta Ombrófila Densa (ou Floresta Pluvial Tropical), que se caracteriza notadamente por ausência de período biologicamente seco durante o ano e é predominante em locais com alta pluviosidade e clima quente, como ocorre na maior parte do estado do Pará por exemplo, sendo as diferenças em sua estrutura e composição observadas mais em função das variações de solo e relevo/altitude presentes

em cada localidade. A comunidade se situa em unidade de relevo conhecida como Tabuleiros Costeiros (IBGE, 2006), predominantemente plano e onde a vegetação se apresenta majoritariamente como Mata Secundária, porém oriunda de Floresta de Terras Baixas e Floresta Aluvial (**Figura *21***).

Figura 21 - Floresta Ombrófila Densa Aluvial (fotos em cima) e Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas (abaixo) no território quilombola da ARQUINEC.

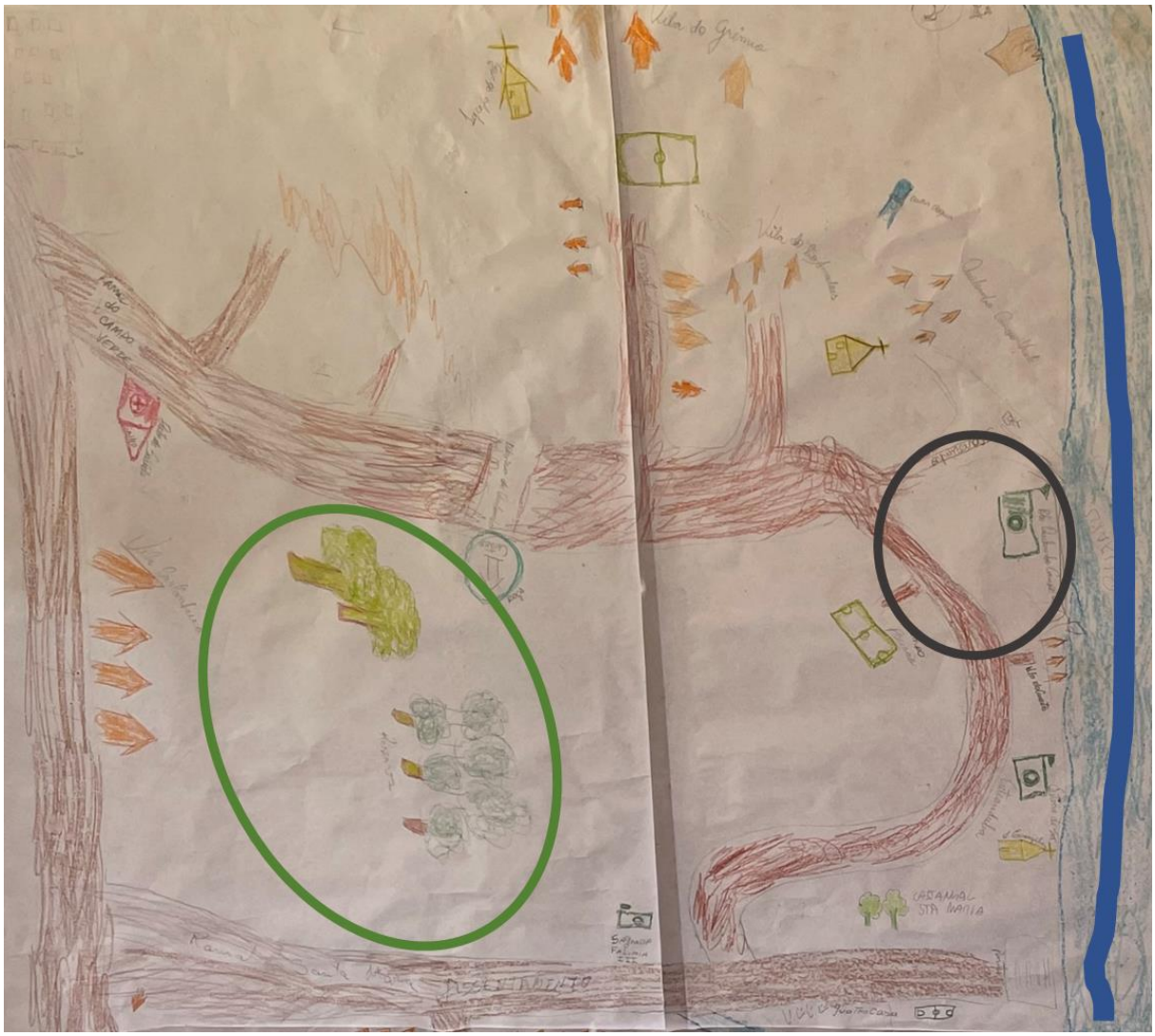
Foto: os autores, dezembro de 2022.

A Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas ocupa a faixa costeira e os vales de sedimentação terciária, fora das áreas úmidas (várzeas e igapós), e são conhecidas popularmente como áreas de terra firme, em terrenos que não ultrapassam 100 m de altitude e com árvores de grande porte e emergentes. Já a Floresta Ombrófila Densa Aluvial ocorre ao longo dos cursos hídricos, em planícies inundadas de modo permanente ou temporário. No caso da comunidade Campo Verde não foi verificada em campo e nem através de relatos a presença de áreas permanentemente inundadas, apenas temporárias, chamadas de várzeas ou matas de igapó.

A Vegetação Secundária se refere às áreas com interferência antrópica. No caso desta comunidade, as modificações são parciais, com apenas áreas de roças e das vilas abertas. Porém, é possível notar um efeito de borda na vegetação nativa remanescente, o que resulta em matas menos densas e diversas que a original. Isso ocorre muito em função do processo de ocupação histórica da região, com perda de florestas densas para zonas de agropecuária que transformaram a mata remanescente em uma espécie de ilha geográfica. Nesse sentido, quanto menor o fragmento maior o efeito de borda que incide sobre ele, e processos naturais de restauração florestal são comprometidos com o aumento da incidência de luz no interior da floresta, aumento da temperatura, diminuição da umidade e perda ou diminuição de espécies importantes da fauna que atuam como regeneradoras por meio da dispersão de sementes.

De todo modo, atualmente, a comunidade se esforça em preservar os recursos que ainda restam dentro do seu território nas áreas que chamam de reservas. Essas reservas são remanescentes de matas nativas, geralmente em terra firme, que resguardam espécies florestais difíceis de serem encontradas em outros locais (**Figura** *22*). De modo diferente, a comunidade indicou que as matas aluviais das margens do Bujaru, como são intermitentemente alagadas, não permitem muitas construções e outros usos, então elas ainda permanecem em pé nas margens desse rio dentro do território. Dessa forma, conseguem resguardar tanto espécies de áreas secas como aquelas típicas de várzeas, como o açaí.

Figura 22 - Recorte do mapa elaborado pelos moradores do território quilombola da ARQUINEC com a representação da comunidade de Campo Verde. Em detalhe a representação das suas áreas de reservas florestais.



Legenda: Traço azul = rio Bujaru; Círculo preto = vila de Campo Verde; Círculo verde = área de reserva florestal.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Nesse contexto, a atividade do extrativismo se refere às espécies vegetais silvestres, presentes e disponíveis nas matas da comunidade e utilizadas por ela de diferentes formas, sendo que os principais usos identificados nos relatos em campo foram de matéria prima para construção (madeira e palha), lenha, alimentação e medicina tradicional.

Com relação às construções, as casas de alvenaria são oriundas do Programa de Habitação Rural, discutido no item de capital físico. Mas algumas residências e principalmente os retiros (casas de farinha) são construídos de madeira e cobertas com palha oriundas das reservas. Não se verificou a exigência por nenhum tipo de madeira específica para as construções, mas dentre as espécies mais citadas tem-se a cupiúba, quaruba, angelim, cedro, ipê,

maçaranduba, virola, anani e andiroba. Para a construção de outros itens, a sapopemba foi mencionada como boa para fazer o rodo para produção de farinha e a prajubeira para confecção de remos. A lenha também é um importante recurso para a comunidade, sendo que todas as famílias a utiliza nos fornos para produção de farinha e parte considerável das famílias a utiliza para cozinhar em ambiente doméstico. Apenas parte das famílias podem comprar gás de cozinha com regularidade, em geral aquelas que tem empregos formais.

Outro importante uso dos produtos do extrativismo é a alimentação, cuja espécie mais citada é certamente o açaí, consumido quase diariamente pelas famílias, seguida do patauá e da bacaba (Figura 23). A coleta da castanha do Pará ocorre eventualmente, mas a região não abriga muitas castanheiras. De todo modo, esse extrativismo é praticado majoritariamente para consumo. Foi observada a venda apenas do açaí, mas em baixa escala para o comércio de Concórdia do Pará. Adicionalmente, cabe salientar que a comunidade de Campo Verde considera atividade extrativista a coleta de frutos de árvores presentes nos sítios.

Figura 23 - À esquerda coleta de Patauá e à direita açaizal na comunidade Campo Verde.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Conforme discutido no item 5.1, a comunidade nasceu às margens do rio Bujaru e lá se estabeleceu por muito tempo, plantando pomares ao redor das casas. Quando a vila mudou para onde é hoje em função da facilidade de transporte com a abertura do ramal de Campo Verde, as residências antigas permanecem lá, mas se tornaram distantes para uso rotineiro. Isso resultou na formação de uma capoeira, quando a mata nativa começa a se regenerar e envolver os pomares como parte da floresta. Esses sítios hoje abrigam tanto as espécies plantadas quanto as nativas e são visitados com certa frequência pelos descendentes dos

antigos, que vão coletar espécies como cacau, cupuaçu, banana, abacaxi, uchi, açaí, pupunha etc. Da mesma forma, as residências atuais seguem este padrão, e é muito comum encontrar espécies frutíferas e ervas no entorno das casas (**Figura 24**).

Figura 24 - Sítio no território quilombola da ARQUINEC. Em detalhe o cacau e outras frutíferas plantadas nos quintais das residências.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Por fim, a medicina tradicional aparece como importante recurso extrativista por resguardar saberes ancestrais e por ser uma prática importante em local com serviço precário de assistência do governo. Nessa categoria é possível citar espécies nativas como a andiroba, a maçaranduba, a seringueira, a copaíba e o amapá; mas também aquelas plantadas nos quintais, como mastruz, gengibre, manjericão, folha de algodão, hortelã, cidreira, arruda, dentre outras. Dessas espécies utilizam as folhas, a casca, o leite e as raízes para preparar lambedores, xaropes, chás etc. Esses remédios são utilizados para diversas finalidades, como tratamento de dores abdominais, dores de cabeça, gripes e outras doenças respiratórias e até para engordar crianças.

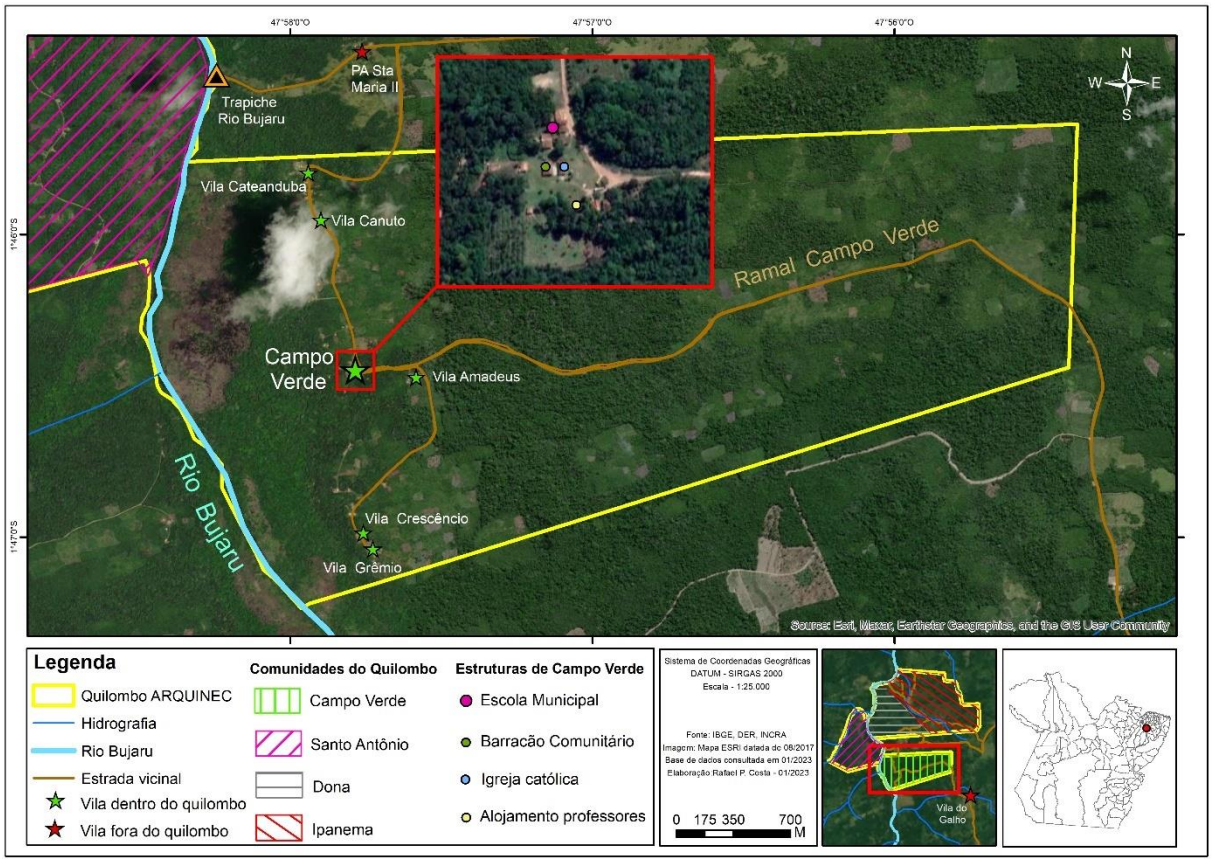
5.3.4.3 Roças

As comunidades tradicionais, por gerações, têm contribuído para ampliar a diversidade de espécies semi ou domesticadas, constituindo um rico acervo agrobiodiverso que é considerado patrimônio biológico e cultural (POLIFÔNICAS, 2021). Nesse contexto, conforme

exposto no item do capital social, a comunidade de Campo Verde se organiza socialmente em famílias nucleares, compostas de pai, mãe e filhos. Porém esses núcleos fazem parte de uma família extensa, composta por outros núcleos, que compartilham relações de parentesco.

As roças, na maioria dos casos, pertencem à família extensa e são chamadas de centros, pois no passado a maioria das casas de farinha (retiros) ficavam no centro das roças. Hoje se localizam esparsadas às margens do ramal do Campo Verde e em local de terra firme (**Figura 25**). Apresentam dimensões variadas, entre uma e 10 tarefas (25m^2) dependendo do número de membros da família (SANTANA, 2010), e respeitam quase sempre as capoeiras já abertas em razão da necessidade e importância de conservação das reservas. Assim, há uma espécie de ordenamento social das roças, determinado por uma hereditariedade dessas áreas e também rotação de tarefas dentro da área disponível na capoeira para cada família.

Figura 25 - Roças esparsadas ao longo dos ramais na comunidade Campo Verde.



Com relação a participação social na roça, dois cenários foram relatados. Um se refere à família extensa, onde crianças, homens e mulheres trabalham na roça; e a outra diz respeito aos grupos de evangelização presentes em Campo Verde. Foi mencionado que existem quatro desses grupos, e os participantes de cada grupo se unem para auxiliar nas etapas da

roça (abertura, plantio e colheita). Essa forma de cooperação social se aproxima daquela praticada no passado, o "putirão", quando todos os membros da comunidade se ajudavam mutuamente no plantio e colheita das roças. De todo modo, o cenário familiar é mais comum atualmente. Apesar disso, é frequente a prática da "meia" na comunidade, a qual consiste em fornecer a mandioca para quem não tem e essa pessoa se responsabiliza por fazer a farinha e devolver metade da produção. É uma espécie de sociedade, onde uma parte entra com o produto e a outra com o trabalho.

De modo geral, a dinâmica da roça se estabelece em dois ciclos e ocorre em função do regime sazonal das chuvas na região. O calendário da comunidade se inicia com a chamada "roça de janeiro". A abertura da capoeira se dá em agosto/setembro, seguida da queimada em outubro/novembro e plantio de milho, arroz e mandioca em dezembro e começa a brotar em janeiro com a chegada das chuvas (Figura *26*). Um novo ciclo chamado de "roça de verão" é iniciado em maio com a abertura da roça quando a chuva começa a parar, seguida da queima em junho e plantio de feijão e mandioca, novamente, em julho. Em menor escala, algumas famílias também plantam outros cultivos, como batata, jerimum, banana, melancia etc. A alternância de plantios se dá em função da alta demanda por farinha, principal produto da roça, além das diferenças do tempo de colheita de cada produto, garantindo assim que durante todo o ano tenha produção para ser colhida e garantindo com isso a subsistência das famílias, tanto para consumo como para venda.

Figura 26 - Área de roça no território da ARQUINEC. Em detalhe o fim da queimada no início de dezembro de 2022, para iniciar o plantio.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

A técnica utilizada é conhecida como coivara, onde há a derrubada das espécies arbóreas e arbustivas maiores já presentes na capoeira e em seguida o uso controlado do fogo para limpeza da área. Porém, essa técnica demanda rotação de tarefas, pois em um período de aproximadamente três anos o solo fica escasso de nutrientes e precisa de um descanso de também três anos para conseguir recuperar. Nesse tempo, dentro da área de cada família, vão fazendo a rotação de plantios, permitindo que sempre a mesma capoeira seja utilizada e evitando abertura de novas áreas. Todo esse processo é manual e o cultivo é feito com sementes e manivas guardadas da produção anterior e majoritariamente sem utilização de aditivos químicos. A comunidade demonstra intensa preocupação com uso de sementes externas, por medo de serem híbridas e começarem a depender delas (e de dinheiro para comprá-las); e de agrotóxicos, pois além de ser prejudicial à saúde, podem contaminar o solo e as fontes de água.

Via de regra os cultivos na comunidade se destinam basicamente para o consumo das famílias, com exceção da farinha. A mandioca é cultivada para beneficiamento de aproximadamente 15 subprodutos (alguns tipos de farinha, tucupi, tapioca, goma etc.) nos retiros. Como já mencionado, os retiros no passado se localizavam no centro das roças e

atualmente várias famílias tem seus retiros próximos às suas casas, mais perto do ramal do Campo Verde, para facilitar o escoamento da farinha. O beneficiamento da mandioca se dá de forma manual (**Figura** *27*), e parte significativa das famílias vende o excedente da farinha.

Figura 27 - Retiro e processo manual de produção de farinha de mandioca.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Após a fabricação, a farinha é embalada em sacos de 30 kg chamados de pacotes, que são vendidos nas cidades de Concórdia do Pará e Belém a um preço que varia entre R$ 200,00 e R$ 250,00. O escoamento da produção é feito através de ônibus ou embarcações que retiram a mercadoria no trapiche do rio Bujaru (**Figura** *28*), porém há o custo da passagem (entre R$ 23,00 e R$ 45,00 por trecho dependendo se de ônibus ou de barco) e do frete de cada pacote (R$ 5,00). Nesse sentido, é comum que aproveitem viagens já necessárias às cidades para levar a mercadoria e vender, e quando não há essa previsão, muitas famílias vendem o pacote aos regatões por um valor bem menor, em torno de R$ 180,00, mas economizando o preço da passagem e do frete termina sendo mais vantajoso.

Figura 28 - Pacotes de farinha no trapiche do rio Bujaru próximo à vila de Campo Verde.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Por fim, cabe ressaltar que a mandioca, em particular, é o mais significativo exemplo da domesticação ancestral de vegetais pelas comunidades tradicionais e povos indígenas e revela os múltiplos e variados aspectos que envolvem o seu cultivo, a transformação em alimento e diversos usos culinários, o que lhe confere considerável importância histórica, econômica e social, pois, da produção ao consumo final, um conjunto de práticas, relações sociais, cosmologias e representações simbólicas expressam significados cujos conteúdos revelam elevado valor cultural (POLIFÔNICAS, 2021). Ainda, importa salientar que a comunidade de Campo Verde se considera agricultora, profissão na qual se aposentam, mas para além disso reconhecem a importância dos valores culturais e saberes tradicionais no manejo de suas roças, como enfatizou Íris Londres, professora, “A gente considera que a educação é muito mais importante que aprender a contar ou escrever, é sobre transformar a vida das pessoas. Você sabe a importância de ter formado professores quilombolas para nossa comunidade? De nós mesmos educarmos nossas crianças? Nossos filhos? Os professores de fora do quilombo vinham e falavam para os alunos que eles tinham que estudar para sair da roça. Só que isso é um absurdo, a gente sempre diz pra eles, nossos filhos, que eles tem que estudar pra melhorar suas vidas na roça. Aprender e desenvolver

formas de melhorar a roça e a vida na roça, porque a gente veio dela, e é ela que sempre deu e vai dar nosso sustento".

5.3.4.4 Pesca

A pesca figura entre as atividades humanas mais importantes e representativas da Amazônia (SANTOS e SANTOS, 2005) e nesse contexto cabe evidenciar que a riqueza da ictiofauna brasileira ainda é incerta, mas estima-se que toda a Amazônia tenha entre 2.200 (OBERDOFF *et al.*, 2019) a 3.500 (MITTERMEIER *et al.*, 2003) espécies de peixes. Rêgo (1999) coloca que as práticas produtivas e os hábitos das comunidades amazônicas possuem grande relação com a natureza e seus ciclos naturais. Especialmente a pesca, que em ambientes amazônicos é diretamente influenciada pelo ciclo hidrológico regional (JUNK e WELCOMME, 1989; BATISTA *et al.*, 2004).

A dinâmica da atividade pesqueira neste local apresenta diferenças não apenas em função das características ambientais de cada lugar, mas também em função dos petrechos de captura utilizados e da sazonalidade. Esses saberes são reproduzidos dos mais velhos aos mais novos, mas também por observação e experimentação, que se desenvolvem por anos até que consigam viver e sobreviver dos recursos que a natureza fornece. O domínio desse conhecimento é o que permite saber onde encontrar as espécies de peixes apreciadas para consumo, por exemplo, e somente a partir desses conhecimentos é que se pode saber a melhor estratégia de captura.

Nesse sentido importa salientar que a pesca no território quilombola é praticada por todas as pessoas, desde as crianças até os mais velhos, por homens e mulheres. Além disso, a pesca é praticada durante todo o ano, variando os locais e os petrechos utilizados de acordo com o verão ou inverno. No verão, período em que a incidência de chuvas é diminuída, as matas aluviais (várzeas) e os igarapés menores estão secos, e a pesca se estabelece principalmente no Bujaru. Já no inverno, quando as matas aluviais e os igarapés enchem, também pescam nesses locais.

Foram relatadas seis técnicas de pesca: (i) o canicinho, que é uma vara de madeira simples com linha e anzol; (ii) pesca de visor, quando mergulham com uma máscara (visor) e lanterna e utilizam uma flecha ou fisga para capturar peixes maiores; (iii) matapi, que é uma armadilha de cipó, uma espécie de covo, utilizada para capturar peixes menores que também servem de isca; (iv) camina, que é uma espécie de armadilha feita com uma haste de madeira simples, linha e anzol, porém ela fica armada como um dispositivo que quando acionado (quando o peixe puxa o anzol) é desarmado (semelhante a uma catapulta) e mantém o peixe pendurado para fora d'água; (v) rede do tipo malhadeira; e (vi) bico doce, que é uma isca lançada na água, feita de uma mistura de veneno, adquirido nos mercados da cidade, envolto em farinha de mandioca.

Há que se considerar que o uso de malhadeiras (**Figura *29***) ocorre no verão no rio Bujaru, mas no inverno ela ocorre também nos igarapés e nas matas aluviais. Esses locais, durante

o verão, são acessados para outras atividades e os relatos apontam a existência de caminhos que são sempre percorridos, seja para caçar, seja para ir até o rio Bujaru. Esses caminhos ficam marcados em trilhas que são sempre limpas por todos que a usam, de modo que no inverno, mesmo com a formação das várzeas e o alagamento de partes da floresta, eles instalam as malhadeiras nesses caminhos e assim elas não são danificadas por troncos e galhos.

Figura 29 - Redes de malhadeira no território quilombola da ARQUINEC.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Sobre o uso do bico doce, essa prática já foi proibida pela associação em função dos riscos de envenenamento tanto ambientais quanto das pessoas que ingerem os peixes assim capturados. Atualmente ela não é mais tão praticada, mas ainda gera alguns conflitos internos. Os que ainda a adotam como método colocam que quando você joga o bico doce na água, os peixes vêm comer imediatamente e uma vez que ingerem o veneno levam menos de um minuto para morrer e boiar, então o pescador experiente o captura quando ele boia e retira a barrigada logo em seguida para que o veneno não contamine a carne. Os que não concordam com esse método alegam que muitas vezes o peixe que ingere o bico doce é predado por outro peixe maior logo em seguida, e esse segundo predador leva mais tempo para morrer, permanecendo no rio com o veneno no corpo. Isso é tido como perigoso tanto para o ambiente, pois a água do rio e os outros peixes e jacarés que comem peixes podem ser envenenados, como porque outra pessoa que vier a pescar esse peixe contaminado ou caçar esse jacaré pode também ser envenenado. Dentre as espécies mais citadas destacam-se o pacu, aracu, traíra, acará, tamatá, tucunaré, sarapó, pescada, jiju, jandiá, jacundá e mandubé, sendo o tucunaré o mais apreciado.

Foi possível apreender que a pesca não é uma atividade praticada com tanta frequência pelas pessoas. Os relatos indicam que membros de cada família pescam uma vez na semana, ou uma vez a cada 15 dias, porém a maioria das famílias possui geladeira ou freezer nas residências, e cada investida de pesca é comum que levem quantidade considerável para

estocar. Não foi possível perceber uma regra, mas cabe destacar que nenhum dos moradores locais é associado à Colônia de Pescadores, da mesma forma que foi possível notar que a pesca ocorre majoritariamente para consumo. A venda, quando existe, ocorre entre membros da comunidade de modo esporádico, não caracterizando a pesca, portanto, como uma atividade produtiva em escala comercial geradora de renda monetária.

5.3.4.5 Caça

A caça é uma atividade importante na comunidade e, embora seja praticada durante todo o ano, tem um viés sazonal no que diz respeito às técnicas empregadas nos períodos de verão e inverno, totalizando quatro: busca ativa, moitá, arapuca e carafuncho.

No verão, quando as reservas de matas estão secas, é mais comum o uso da técnica de busca ativa, que consiste em caminhar pelas matas de terra firme e várzeas dentro do território quilombola, utilizando caminhos (trilhas) já bem-marcadas ou andando sem rota definida. Também foi relatado que algumas pessoas se utilizam do moitá, espécie de trepeiro onde o caçador fica a espera no topo de uma árvore, geralmente que esteja frutificando e é atrativa para os animais. Em ambos os casos a presa é abatida com auxílio de espingardas.

Já no inverno, quando as reservas de matas estão muito encharcadas e as várzeas estão alagadas, dificultando o deslocamento do caçador, é mais comum o uso de armadilhas, geralmente arapuca, que é um tipo de gaiola sustentada por galhos que caem quando deslocados pela presa, deixando-a presa no interior da gaiola.

Por fim tem-se o carafuncho, também chamado de bodogue e ralador, mas mais conhecido no Brasil como trabuco. Essa técnica consiste em deixar uma espingarda presa no tronco de uma árvore, entre 30 e 70 cm do chão (a depender do porte do animal a ser abatido), engatilhada e com um fio (ou linha) que atua como dispositivo de acionamento quando o animal esbarra dele. Ainda que em menor escala, essa técnica é praticada durante todo o ano, mesmo já tendo sido proibida pela associação em razão dos riscos que oferece à população local, que circula pelas matas sem saber onde estão armados os carafunchos e podem acionar o mecanismo, causando graves ferimentos e até a morte.

As técnicas de caça também se relacionam com as espécies caçadas, sendo que todas que envolvem o uso de espingarda são mais praticadas para abate de presas maiores e dentre as mais citadas tem-se jacarés, paca, cutia, capivara, caititu, mucura, veado branco, veado vermelho e tatus. Já as arapucas funcionam mais para captura de presas menores como as aves, sendo as mais citadas jaçanã, juruti, rolinha, saracura, sabiá, pomba arriá, nambu e jacu.

Em função do pouco tempo de campo e do objetivo deste estudo não foi possível identificar os animais taxonomicamente, em especial os jacarés e o nambu por exemplo, que podem se referir a espécies mais raras, cinegéticas e/ou ameaçadas de extinção. Entretanto, de modo geral as caças mais citadas são generalistas, com ampla ocorrência no Brasil e tolerantes a modificações no hábitat. Isso condiz com os relatos obtidos na comunidade de que a caça

tem se tornado cada vez mais escassa, se restringindo atualmente às espécies que conseguem sobreviver em áreas tão pequenas de matas sob influência do efeito de borda (ver item sobre extrativismo), como ocorre em Campo Verde. Além disso, em um passado relativamente recente, era comum que moradores da comunidade convidassem ou permitissem a entrada de pessoas de fora no território quilombola para caçar, além da venda de carne de caça por quilombolas na cidade, porém isso é proibido pelo estatuto da associação e atualmente, muito em função da escassez da caça, essa prática é rara. Nesse sentido, importa esclarecer que hoje a caça é praticada majoritariamente para consumo familiar.

Adicionalmente, é comum a criação de animais pelas famílias como forma de complementar a alimentação na ausência da caça ou do peixe, em especial de galinhas, patos e porcos (**Figura** *30*). Esses animais são alimentados com a produção da roça (milho, casca de mandioca e outras sobras) ou lixo orgânico, e apenas uma pequena parte também com ração em função do alto custo. Não se verificou a criação em escala ampliada para venda nas cidades, mas não é raro a venda entre moradores da comunidade. As doações também acontecem, mas geralmente entre pessoas da família e vizinhos próximos, como forma de fortalecer os vínculos e alianças sociais, como um presente.

Figura 30 - Chiqueirinho de porcos no Quilombo ARQUINEC.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Para além da alimentação, os animais também são usados como fontes de remédios da medicina tradicional, por exemplo fel da paca, banha de galinha caipira, banha de pato, banha de jacu e banha de mucura, utilizado no tratamento de dores de ouvido, dores de garganta ou inflamações. Ainda que a caça seja uma atividade quase que exclusivamente masculina, as mulheres é que detêm a maior parte dos saberes relacionados ao manuseio e formas de preparo, tanto dos alimentos como dos remédios.

5.3.5 Capital Financeiro

Os levantamentos em campo permitiram identificar que as principais fontes de renda para as famílias do território da ARQUINEC são os programas sociais de transferência de renda, aposentadorias, salários de servidores públicos e pela venda de um pequeno excedente de produção, notadamente a farinha de mandioca. O maior volume em termos de recursos aportados e número absoluto de famílias atendidas se refere ao Bolsa Família (que teve seu nome alterado em 2021 e 2022 para Auxílio Brasil) e o Auxílio Emergencial, que foi criado durante a fase de isolamento social imposto pela Pandemia da Covid-19.

Em seguida tem-se como fonte de renda as aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aos idosos e pensionistas. Por fim, tem-se os quilombolas com cargos assalariados e que prestam serviços nas áreas de saúde e educação. Muitos jovens estão buscando formação universitária para ocupar esses cargos exercidos nas comunidades e, ao mesmo tempo, estarem próximos aos seus familiares e exercerem uma atividade remunerada e muito reconhecida pela sua importância dentro da comunidade. Esses cargos são os mais diversos desde pilotos de lancha e motoristas a merendeiras, serventes, ACS e os cargos mais qualificados como professores.

De forma geral, as diversas fontes de renda mencionadas possuem calendários de pagamentos distribuídos ao longo do mês, o que favorece a distribuição do fluxo de quilombolas que se deslocam para as cidades mais próximas para receber o benefício. Ou seja, ainda que exista uma organização das famílias para dividirem o transporte, o deslocamento das famílias para a cidade não se concentra em um único período do mês, dessa forma as comunidades não ficam “esvaziadas” em nenhum dia específico.

Existem outras fontes de renda que são mais esporádicas, não constantes, de acordo com a sazonalidade de alguns produtos, mas que aportam alguns recursos para as famílias que as comercializam. Em sua maioria são produtos consumidos pelas famílias, ou seja, uma produção de subsistência, mas dependendo da safra, podem resultar em um excedente de produção que é comercializado, em especial a farinha de mandioca. Além disso, os animais de criação, embora criados em baixa escala, eventualmente são vendidos entre os moradores das comunidades.

Por fim, a ARQUINEC também consegue eventualmente captar recursos de programas governamentais ou de editais e parcerias com outras organizações, como o Programa

Nacional de Habitação e a verba para compra de equipamentos para o Programa de Inclusão Digital. Atualmente a ARQUINEC não possui nenhum projeto que prevê repasse de verba.

6. ANÁLISE DE VULNERABILIDADE E EXPECTATIVAS POPULACIONAIS

Neste item será abordada a situação da comunidade na área do projeto de acordo com seus níveis de vulnerabilidade socioeconômica, socioambiental e cultural. Para isso usaremos os meios de subsistência descritos acima para identificar os níveis de vulnerabilidade a que estão expostos.

Vulnerabilidade é uma condição determinada por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais, que aumentam a suscetibilidade da comunidade aos impactos positivos ou negativos do Programa. As aspirações, percepção e atitudes dentro das comunidades em relação ao Programa, também foram relevantes informações para a análise.

6.1 Vulnerabilidade Capital Humano

Devido ao crescimento demográfico e os conflitos socioambientais relacionados à contaminação dos recursos hídricos do território, os quilombolas passam por um momento de constantes reflexões acerca do uso e disponibilidade de recursos para futuras gerações. As roças para os comunitários, em especial da comunidade Campo Verde, têm um valor fundante não só em relação à subsistência, mas também em relação à reprodução de conhecimentos e saberes passados por gerações. Hoje as roças ocupam parte significativa do território e tornou-se um hábito aproveitarem as áreas de capoeira, assim evitando a abertura de novas áreas, o que não permite que conhecimentos associados ao manejo tradicional da terra e a organização social do trabalho, de certa forma, sejam reproduzidos. Outra questão são as áreas de mata, as chamadas reservas florestais, que tentam preservar mesmo com as já restritas áreas de roças. Estas pequenas áreas além de serem imprescindíveis na conservação de serviços ecossistêmicos importantes para as comunidades, como a disponibilidade de água dada pela conservação dos pequenos igarapés dentro do seu território, são um reservatório de saberes associados à elaboração de artefatos de uso doméstico, como o uso de cipós nos aparatos para produzirem a farinha de mandioca, conhecimentos sobre a feitura das canoas e conhecimento de ervas medicinais retiradas das cascas de arvores e raízes. Hoje esses artefatos são comprados de outras comunidades ou adquiridos nas cidades, pois o recurso está bastante escasso (Figura *31*). A perda e degradação destes recursos naturais evidencia uma vulnerabilidade voltada à reprodução de saberes que é central na identidade quilombola e sua sobrevivência cultural. De forma geral, cabe concluir que a terra não é somente um recurso natural e sim recurso sociocultural e compreende saberes ambientais e identidades coletivamente criados e historicamente localizados, que são utilizados para estabelecer e manter seu território e sua identidade. Sem os recursos ou com o uso limitado de seu território, as novas gerações estão vivendo um momento vulnerável.

Figura 31 - Artefatos utilizados para colheita e beneficiamento da mandioca e adquiridos na cidade, confeccionados com fibras artificiais Em ordem horária começando pela esquerda: Tipiti, cesto e peneira.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

6.2 Vulnerabilidade Capital Social

Devido ao momento restritivo que estão vivendo em relação ao seu território a reprodução dos conhecimentos tradicionais está bastante vulnerável, o que também coloca em risco a organização social destas famílias, que formam a base central da comunidade na busca de seus meios de subsistência. O território quilombola é um espaço social marcado pela terra e pelo parentesco considerando que seus valores, rede de apoio e práticas culturais próprias se dão através da construção de formas de organização baseadas na solidariedade e reciprocidade. Quando as famílias são inviabilizadas de manterem seus vínculos e alianças através das práticas culturais que as unem, esta rede de apoio é fragilizada e os torna expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social.

De forma associada, fragilidades apontadas pela comunidade em relação aos conhecimentos identitários na escolarização é outro fator que os preocupa e lutam diariamente para fortalecer seus conhecimentos e identidade na prática escolar, seja relacionada aos espaços físicos, nas discussões pedagógicas e no acesso a todos os níveis escolares dentro da comunidade, o que no entendimento deles garante ao indivíduo oportunidade de ingressar

na universidade fortalecido com pretensões de lutar pelo seu território e pela melhor qualidade de vida das famílias.

No entanto é preciso considerar que grande parte dos indivíduos quilombolas não chega às universidades e muitos adultos em idade ativa não possuem escolarização completa, o que associado às questões de descriminação reflete na dificuldade de conseguir emprego. O racismo e seus reflexos na distribuição dos recursos são elementos estruturantes da desigualdade social no Brasil. A persistência da diferenciação racial no acesso a serviços públicos, na aquisição de capacidades e na posição social desvela as consequências da atuação sistemática de mecanismos de produção e reprodução das desigualdades em vários campos da vida social (IPEA, 2011). Percebe-se no território que as pessoas ainda sofrem o estigma e a discriminação devido à identidade étnica e a titulação de seus territórios, haja visto os conflitos fundiários na região, e isto tem repercutido na vida de alguns jovens, a exemplo da dificuldade de conseguir um emprego na cidade.

Hoje as famílias do território têm na ARQUINEC o único canal para defesa de seus direitos e é ela que viabiliza o diálogo entre parceiros e acesso a benefícios, haja visto as poucas ou nulas oportunidades de participação nos espaços de poder, em especial no poder público municipal. No entanto, devido à atual fragilidade em relação aos vínculos sociais e relações de aliança, é possível identificar pequenos conflitos relacionados à gestão da ARQUINEC, em especial relacionados a culpabilizar representantes eleitos por processos conduzidos com falhas pelo poder público, que não promove processos participativos e não conduz consultas adequadas às especificidades socioculturais locais.

Neste sentido não se pode esquecer às questões de discriminação e marginalização às quais estão expostas as comunidades negras no Brasil, fragilizando ainda mais seu contexto de vulnerabilidade social. Em períodos pretéritos foi relatada um conflito causado com a Secretaria de Educação do município de Concórdia do Pará quando crianças tinham que se deslocar até a cidade para completar a escolarização. Nesta oportunidade, os estudantes não eram matriculados como pertencentes à área quilombola, o que os invisibilizava no sistema escolar e municipal, uma vez que tal ausência de registro impede estatísticas voltadas a políticas públicas específicas para esta população.

6.3 Vulnerabilidade Capital Físico

A vulnerabilidade deste ativo está relacionada à qualidade e atual estado de conservação das infraestruturas de suporte e às oportunidades de acesso aos serviços básicos que uma comunidade necessita para seu pleno desenvolvimento.

O principal ramal que dá acesso à comunidade de Campo Verde a partir da cidade de Concórdia do Pará, o Transjutaí, atualmente está bem conservado dado o mesmo ser o único acesso para diversas comunidades rurais do município. Entretanto, o ramal de Campo Verde, que se inicia a partir da Vila do Galho e se estende para além da comunidade de Campo

Verde, está em péssimas condições, com diversos pontos de erosão ocasionados pelas chuvas (ver discussão no item de capital físico).

O sistema de distribuição de água para a comunidade está próximo do limite e bastante precário em relação ao monitoramento de sua qualidade, como é o recomendado quando se fala de consumo humano. Um único poço, dimensionado para o uso da escola Polo municipal, atende a quase toda a comunidade da vila de Campo Verde. Isso se agrava em função da distância dos igarapés às vilas, e o rio Bujaru, segundo relatam, está contaminado em virtude da agropecuária no entorno, não servindo mais para consumo e não sendo, portanto, uma fonte alternativa.

O fornecimento de energia elétrica necessita de melhorias estruturais, em especial a rede de distribuição. Devido à ausência de manutenção no sistema e o aumento do número de casas, a rede elétrica está sobrecarregada dada às ligações irregulares. O fato de a comunidade realizar a queima da vegetação embaixo da rede de energia elétrica pode ocasionar não só o corte do fornecimento de energia como graves acidentes.

Quanto aos serviços de saúde e educação, as vulnerabilidades atreladas à baixa integração aos conhecimentos quilombolas, em acordo com as prerrogativas de direito, já foram relatadas. No entanto, cabe destacar a longa e constante luta dos comunitários para terem infraestruturas públicas de qualidade, haja visto que a saúde, ofertada pelo ESF do Galho está há mais de 10km de distância e não possui insumos básicos para o seu funcionamento.

Na educação, a escola Polo de Campo Verde oferece relativamente uma boa estrutura, equiparada às escolas da área rural, entretanto o conteúdo pedagógico e a construção das áreas comuns poderiam ter mais participação comunitária no sentido de pertencimento e apropriação da cultura quilombola em sua estrutura física, não se limitando somente ao “embelezamento” das paredes com imagens e frases.

Quanto à gestão dos resíduos sólidos, existe a necessidade de se pensar em uma forma mais eficiente de aproveitamento do lixo, haja visto que no Brasil praticamente não existe coleta e tratamento fora dos centros urbanos.

De forma geral a principal vulnerabilidade sobre o ativo capital físico para os comunitários de Campo Verde é a instabilidade e baixa qualidade dos serviços ofertados, em especial água, energia, coleta de lixo e comunicação. Como não existe acesso à rede de telefonia móvel, a única forma de comunicação é a internet via aplicativo de mensagens e sua ausência, somada à distância da cidade, torna a população vulnerável em termos de acesso a novas tecnologias e auxílio a emergências e rede de proteção de direitos. Cabe neste contexto destacar o necessário comprometimento do mutuário com o processo de consulta, que permite a plena participação no diálogo sobre estruturas que contemplem as prerrogativas de direitos nas adaptações estruturais dos projetos, em acordo com suas especificidades culturais, bem como com o atendimento de qualidade no fornecimento de serviços de internet e outros que promovam a melhoria do ensino.

6.4 Vulnerabilidade Capital Natural

A principal vulnerabilidade sobre esse ativo está relacionada ao processo de ocupação histórica da região, que se deu através de conflitos fundiários em função da expansão das frentes agropecuárias, invasões do território por fazendeiros, madeireiros e perda de parte do território para projetos de assentamento (**Figura** *32*). Isso resultou em uma área demarcada de extensão limitada, muito pequena para realizarem suas atividades produtivas. Suas roças são cultivadas em áreas de capoeiras para evitar a abertura de novas áreas, mas ocupam parte significativa do território.

Figura 32 - Entorno do território quilombola da ARQUINEC. Detalhe da criação de gado, pastos abandonados e dendeicultura que dominam a região.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

As outras áreas se referem às várzeas do rio Bujaru, onde não se pode cultivar em virtude do regime hidrológico que sazonalmente alagaria a produção; e às áreas de reserva, que são fragmentos pequenos de matas secundárias que preservam para atividades como a caça e o extrativismo. De todo modo, como discutido no item sobre o capital natural, há uma espécie de confinamento geográfico do território quilombola, cujo entorno é em grande parte desmatado e exerce um efeito de borda sobre as reservas. Esse efeito de borda compromete a regeneração florestal, pois uma vez que a floresta não é mais tão densa, ocorre o aumento

da incidência de luz em seu interior, consequentemente a perda de umidade e uma sucessão ecológica de espécies vegetais que foge do habitual.

Ao fim, leva-se ao afugentamento das espécies da fauna para locais com maior oferta de recursos, e por consequência tem-se uma diminuição da quantidade de animais que auxiliam a regeneração florestal através da dispersão de sementes. Além disso, tem-se uma diminuição da oferta de espécies de caça para a população da comunidade, restando apenas aquelas que toleram melhor essas modificações e conseguem resistir.

Esse contexto de perda exponencial de recursos naturais resultou em uma maior necessidade de renda monetária para aquisição de alimentos e outros produtos, e segundo a associação, como no passado praticamente não existiam moradores com empregos formais, houve um assédio externo muito forte para a retirada de recursos das reservas. Apesar da diminuição importante de espécies da fauna e da flora ao longo do tempo, o território quilombola ainda abriga remanescente importante da vegetação que resguarda espécies de interesse comercial, como o cedro, o ipê, a maçaranduba, os veados, caititus etc. Nesse sentido, alguns moradores da comunidade cederam e/ou vendiam recursos (madeira e caça), ou permitiam/facilitavam a entrada de pessoas de fora nas reservas. A associação destaca que essa prática é ilegal e vai contra seu estatuto, tendo sido à época necessário inclusive denunciar para que não ocorresse mais.

Situação semelhante também pode ser dita com relação à pesca, tida como farta, mas atualmente considerada mais escassa, tanto em quantidade quanto em variedade de espécies. A isso atribuem dois fatores principais: (i) aumento do assoreamento do rio Bujaru em virtude do desmatamento para ampliação da agropecuária no entorno. O assoreamento provoca diminuição da profundidade do canal principal, modificação de hábitats do ecossistema aquático, perda de peixes por entupimento das guelras etc.; (ii) contaminação da água em decorrência do uso de agrotóxicos e despejo de resíduos sólidos e efluentes no rio.

Por fim, registra-se que também houve assédio por parte de empresas de médio e grande porte sobre a comunidade para que cedessem áreas do território quilombola para dendeicultura, tendo em vista a instalação ou ampliação de sua produção de óleo de palma para a indústria de biocombustíveis.

6.5 Vulnerabilidade Capital Financeiro

A vulnerabilidade quanto a este ativo está relacionada a poucas fontes de recursos monetários frente à crescente vulnerabilidade de desagregação social que enfrentam. Como descrito, as famílias do território quilombola da ARQUINEC possuem uma economia de subsistência, tendo como principal fonte de alimento suas roças e demais ativos ofertados pelo capital natural. As outras demandas são contempladas a partir de fontes externas de recursos financeiros, essencialmente os programas sociais, aposentadorias e salários de

cargos públicos (essencialmente na educação e saúde básica ofertados dentro da comunidade).

Entretanto este recurso externo não atende a todas as famílias, bem como a venda de farinha é eventual, o que contribui para a diferença de renda internamente e isso se apresenta de outras formas, como nos diferentes padrões construtivos das casas, o acesso privado à rede de internet (comunicação) e bens materiais diversos como televisores, celulares e geladeiras. Assim, deve-se considerar que as famílias são dependentes dos recursos provenientes dos demais ativos, em especial do capital natural, e qualquer impacto negativo que os afete pode colocar os comunitários em situação de insegurança ainda maior.

7. RISCOS RELACIONADOS AO PROGRAMA_COMPONENTE 1

Entende-se risco como os eventos previstos ou imprevistos que possam afetar a comunidade e/ou recursos e processos que ela é dependente, bem como os riscos de que o programa não consiga atingir seus objetivos. Riscos podem ser negativos e positivos e são evidenciados em termos das consequências dos fatos (impacto) e da significância deste para o receptor.

Estes riscos sociais mal dimensionados têm grande chance de causar violação de direitos e conflitos no futuro, e as consequências se revertem em alterações relevantes no modo de vida da comunidade, além de custos financeiros e reputacionais às instituições envolvidas (BID e mutuário).

Neste item será descrita inicialmente a metodologia relacionada à avaliação dos riscos atribuídos à construção da infraestrutura escolar na comunidade Campo Verde, seguida de uma matriz com os riscos potenciais identificados e seus atributos para, na sequência, fazer uma objetiva descrição de cada um deles, evidenciando desta forma uma integração aos conteúdos abordados neste relatório.

Relevante destacar que a avaliação foi realizada no cenário mais otimista no que diz respeito à localização da infraestrutura escolar prevista, que preferencialmente deve estar localizada em espaço já aberto na comunidade Campo Verde, de preferência próximo à escola Polo municipal. Isso anula a necessidade de supressão de novas áreas, seja de vegetação nativa em reservas, seja de capoeiras ou mesmo roças de algumas famílias no entorno, pois a depender de qual seria essa outra área escolhida, pode ser necessário um processo de licenciamento ambiental, correndo o risco de subtrair ativos do capital natural tão relevantes no contexto de alto crescimento demográfico que vivenciam.

Como esta equipe não teve acesso ao espaço exato onde se pretende a construção da infraestrutura escolar, o mutuário deve estar atento às questões aqui apontadas em relação ao local da construção, bem como à avaliação preliminar de solo e proximidade com acessos da comunidade, evitando desta forma danos futuros com processos erosivos que colocariam em risco a escola, a área coletiva da comunidade e os acessos que em dias de chuva ficam intransitáveis.

Por fim cabe evidenciar que será necessário averiguar a necessidade de diálogo com o Ministério de Igualdade Racial, em especial com a coordenação do Programa Brasil Quilombola. Em função das recentes mudanças ocorridas com a alternância de governo (de 2022 para 2023) e a recente criação do referido Ministério, esta equipe entrou em contato com a pasta para averiguar se existirão normativas relacionada às tramitações necessárias à cessão de direitos ao estado do Pará para construção de infraestrutura comunitária em territórios quilombolas ou se esta cessão é dada pela ARQUINEC, responsável pela área titulada. Na oportunidade não souberam responder tendo em vista que as novas políticas operacionais ainda estão em fase de alinhamento, pedindo para retornar a ligação nos próximos meses. Cabe ao mutuário averiguar esta questão na fase anterior ao planejamento

da obra, retornando ao BID a evidência de diálogo nos documentos de monitoramento do Plano de Consulta.

7.1 Metodologia de Avaliação

Para cada potencial risco foram determinados seus atributos descritos com base em indicadores qualitativo, a saber: i) natureza, ii) temporalidade, iii) probabilidade e iv) magnitude; conforme o **Quadro *1***. O Resultado final da avaliação do risco é dado por sua significância, fruto da relação probabilidade x magnitude conforme **Quadro *2***.

Quadro 1 - Atributos dos riscos relacionados à execução do programa.

Atributo	Descrição	Categoria
Natureza	o modo como o risco afeta o receptor.	Negativo
		Positivo
Temporalidade	Caracterização do risco social em relação a fase da obra,	Planejamento
		Instalação
		operação
Probabilidade	Caracterização do risco em relação à possibilidade de ocorrência, tendo em vista a vulnerabilidade a qual a comunidade está exposta e a pressão que a obra pode colocar sobre ela.	Improvável
		Provável
		certo
Magnitude	Quantidade de capitais (meios de subsistência) afetados pelo risco.	Pequena (afeta 1 ou 2 capitais)
		Moderada (afeta 3 ou 4 capitais)
		Crítica (afeta 5 capitais)

Quadro 2 - Matriz de significância dos riscos relacionados à execução do programa.

Probabilidade de Ocorrência	Magnitude		
	Pequena	Moderada	Crítica
Improvável	Baixa	Baixa	Média
Provável	Baixa	Média	Alta
Certo	Média	Alta	Alta

7.2 Avaliação dos Riscos Potenciais

Foram identificados 12 riscos potenciais, sendo 11 de natureza negativa e um de natureza positiva. A maioria deles é previsto para ocorrer durante a fase de instalação da obra, nove são de ocorrência provável, dois de ocorrência improvável e dois de ocorrência certa. Com relação à magnitude, três riscos têm potencial de afetar até dois capitais (Pequena) e 9 têm potencial de afetar entre três e quatro capitais (Moderada), não tendo sido identificados riscos com potencial para afetar todos os capitais (Crítica). Por fim, dois riscos têm significância baixa, nove têm significância média e apenas um tem significância alta, conforme Quadro *3*.

Cabe neste contexto, de forma geral, afirmar que uma obra como a aqui avaliada, em especial que não demande supressão de vegetação, tem os riscos, do ponto de vista estritamente ambientais, considerados pouco relevantes quando atendidas as boas práticas de segurança e gestão ambiental. Porém sob o aspecto social, o evento ganha uma significância maior, tendo em vista que as famílias não têm alternativa de acesso a serviços de infraestrutura de qualidade, em especial saúde e já vivem certa fragilidade relacionada ao capital social e humano. Mesmo com os impactos apresentando magnitude moderada, podem comprometer a rede de segurança comunitária e causar conflitos sobre aspectos socioculturais relevantes da territorialidade, base do sustento físico e sociocultural da comunidade, o que resultou em significância média e alta para a maior parte dos riscos identificados. Cumpridas as prerrogativas de salvaguarda e executado um processo de consulta adequado associado às medidas mitigadoras, que devem ser dialogadas de forma participativa com a comunidade para protagonismo no seu monitoramento, todos os riscos sociais, mesmo que improváveis, ainda podem ocorrer, mas com baixa significância.

Quadro 3 - Matriz de avaliação dos riscos da execução do Programa_Componente 1.

Risco	Natureza	Temporalidade	Probabilidade	Magnitude	Significância
Potencializar o grau de participação e consulta da comunidade	Positiva	Planejamento, Instalação e Operação	Provável	Moderada	Média
Risco de desrespeito às salvaguardas relacionadas às adequações culturais do projeto arquitetônico	Negativa	Planejamento	Certo	Pequena	Média
Risco de introdução de doenças	Negativa	Instalação	Improvável	Moderada	Baixa
Risco de acidentes no canteiro de obra e vias de acesso	Negativa	Instalação	Provável	Moderada	Média
Risco de conflitos na governança interna entre as comunidades da ARQUINEC	Negativa	Planejamento, Instalação e Operação	Provável	Pequena	Baixa
Risco de assédio a mulheres e crianças *afeta desigualmente mulheres e crianças	Negativa	Instalação	Provável	Moderada	Média
Risco de assédio aos jovens por introdução de álcool e drogas *afeta desigualmente mulheres e crianças	Negativa	Instalação	Provável	Moderada	Média
Risco de assédio para venda de ativos do capital natural	Negativa	Instalação	Provável	Moderada	Média
Risco de desabastecimento de água nas edificações comunitárias e públicas próximas ao local previsto da obra	Negativa	Instalação	Provável	Moderada	Média
Risco de incômodos relacionados à emissão de ruídos nas edificações comunitárias e públicas próximas ao local previsto da obra	Negativa	Instalação	Certo	Moderada	Alta
Risco de desabastecimento de energia elétrica nas edificações comunitárias e públicas próximas ao local previsto da obra	Negativa	Instalação	Provável	Moderada	Média
Risco do uso do capital natural na obra (madeira, areia, cascalho)	Negativa	Instalação	Provável	Moderada	Média

7.2.1 Potencializar o grau de participação e consulta da comunidade

Este risco foi considerado positivo e está relacionado às poucas, ou nulas, iniciativas de Estado que cumprem com as prerrogativas de direito, em especial a Consulta e Participação Informada (CPI) e o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) em relação às atividades que podem afetar o modo de vida da comunidade quilombola e seu território. Cabe evidenciar que inciativas pretéritas, como o Programa de Habitação Rural (PNHR), causaram diversos impactos, como a não finalização das casas e conflitos entre as famílias, tendo em vista que não foi dialogado de forma prévia e informada com todas as suas especificidades e explicações culturalmente adequadas sobre as contrapartidas obrigatórias, especialmente sobre a necessidade de capacitação da ARQUINEC para gerir tamanho programa no território sem auxílio e monitoramento do financiador. A total falta de diálogo e consulta do Estado causou prejuízos financeiros às famílias, situações de assédio de mulheres pelos trabalhadores externos e conflitos ainda vivenciados atualmente. Desta forma, propiciar um processo formal de consulta livre, prévia e informada é estimular aprendizados a ambas as partes e a participação ativa das famílias quilombolas de todas as comunidades que utilizam os serviços de educação nas reflexões sobre sua autodeterminação nos processos que os afetam.

Este risco é de natureza positiva, tendo em vista que a aplicação de salvaguardas afeta positivamente a vida dos quilombolas, como também atua no aprendizado do mutuário; previsto para ocorrer em todas as etapas da obra; de ocorrência provável; de magnitude moderada por afetar três capitais (humano, social e físico) e de significância média.

Em um segundo cenário, considerando a implementação do processo de CLPI, além do monitoramento de todos os aspectos do programa, esse risco assume então a categoria de ocorrência certa e eleva a significância para categoria alta.

7.2.2 Risco de desrespeito às salvaguardas relacionadas às adequações culturais do projeto arquitetônico

Este risco está associado ao total descumprimento das salvaguardas quilombolas em relação ao diálogo aberto sobre possíveis adequações do projeto arquitetônico para atender suas especificidades culturais, guardadas suas expectativas identitárias. O que tem acontecido no Brasil são projetos que seguem um padrão construtivo do FNDE associado a modelos de escolas rurais, que não guardam, em nenhum aspecto, identidade e diálogo da arquitetura com o lugar onde ela se insere. Ao contrário, guardam a identidade do governo sobre suas obras, marcando a paisagem das comunidades. O resultado são estruturas subutilizadas, sucateadas e desagregadas do contexto social comunitário, em especial as que vivenciam especificidades identitárias. É preciso refletir sobre as mudanças apontadas pela Constituição Federal de 1988, na garantia do direito quilombola aos territórios, bem como a uma educação que respeite sua diversidade cultural.

Atualmente a legislação brasileira orienta para que sejam contemplados aspectos culturais nos processos pedagógicos de escolas quilombolas, porém a forma como isso acontece abarca as diversas dimensões do processo escolar e pode variar muito de acordo com a região, sendo condicionada também, historicamente, pelos processos de discriminação e marginalização da sociedade envolvente.

Neste contexto, além da vontade da comunidade, a vontade política também está presente nas soluções arquitetônicas. Cada estrutura reflete as possibilidades de diálogo e negociação que se colocam nas intervenções arquitetônicas junto aos quilombolas. As características da arquitetura escolar revelam as expectativas dos comunitários, mas também dos gestores públicos envolvidos no projeto de visibilizar, valorizar, acolher e fortalecer a comunidade.

Este risco tem natureza negativa, pois abarca o não atendimento das políticas de salvaguarda; possível de ocorrer na etapa de planejamento; de ocorrência certa; magnitude pequena por afetar dois capitais (humano e social); e de significância média. Porém, em um segundo cenário considerando a condução sistemática e efetiva do processo de consulta, esse risco permanece negativo, mas assume a categoria de ocorrência improvável e rebaixa a significância para a categoria baixa.

7.2.3 Risco de introdução de doenças

Esse risco está mais associado à Covid-19. Embora a maior parte da comunidade de Campo Verde tenha o esquema vacinal completo contra essa doença; apesar de o município de Concórdia do Pará ter registrado o último caso confirmado da doença há seis meses (em julho de 2022) segundo CAPES (2023); apesar de o município ter taxa de letalidade abaixo da média do Brasil; esse risco não pode ser descartado principalmente em função de novas variantes que possam gerar novos surtos, como vem ocorrendo desde o início da pandemia. Também há que se atentar para doenças transmitidas por vetores, como malária, leishmaniose e dengue, dentre outras.

Considerando a situação sanitária atual do país e da região, esse risco foi considerado de natureza negativa, possível de ocorrer na fase de instalação, mas de ocorrência improvável, com magnitude moderada por afetar três capitais (Humano, Social e Físico) e significância baixa.

A comunidade de Campo Verde elencou algumas medidas que poderiam ser adotadas para evitar esse risco, quais sejam: contratação de mão de obra da comunidade, tendo em vista que eles têm qualificação para tal, e elaboração de protocolo de segurança sanitária com exigência de esquema vacinal completo para os trabalhadores que vierem de fora de território. De qualquer forma, recomenda-se que durante a consulta na fase de planejamento esse diálogo avance e essas e outras medidas sejam discutidas e adotadas.

Em um segundo cenário, mesmo se as medidas forem adotadas de forma efetiva, ainda assim o risco permanece com a mesma classificação, pois ainda que se diminua a chance, não é

possível garantir que nenhuma doença seja introduzida na comunidade com a vinda de pessoas de fora.

7.2.4 Risco de acidentes no canteiro de obra e vias de acesso

Esse risco está associado a possíveis casos de atropelamento no ramal do Campo Verde em função do trânsito de veículos externos e maquinário. Há que se destacar que a circulação de moradores tanto de Campo Verde como das demais comunidades do território é intensa neste ramal. Ainda, parte importante dos deslocamentos é feita a pé ou de bicicleta, incluindo muitas crianças que circulam no entorno da escola municipal. Esse fato é agravado com o aumento da emissão de poeira com a circulação dos veículos, o que pode dificultar a visibilidade. Além disso, há o risco de acidentes no canteiro de obras, tendo em vista sua proximidade tanto com residências no entorno da obra e da escola municipal, o que implica em possível fluxo de pessoas no canteiro de obra, em especial se este não for bem isolado e sinalizado.

Esse risco foi classificado como de natureza negativa, previsto para ocorrer na fase de instalação, considerado como provável, de magnitude moderada por afetar três capitais (Humano, Social e Físico) e significância média.

Assim, durante a fase de consulta e planejamento da obra recomenda-se que seja considerada e discutida as normas de segurança e legislação da engenharia civil e tráfego de veículos para minimizar esse risco. Em um segundo cenário, se as medidas adotadas forem efetivas, esse risco segue classificado como negativo, mas de ocorrência improvável e magnitude moderada, rebaixando a significância para a categoria baixa.

7.2.5 Risco de conflitos na governança interna entre as comunidades da ARQUINEC

Este risco está associado ao não cumprimento do plano de consulta, em especial em relação ao engajamento das partes interessadas. Como relatado pelos comunitários, assuntos que se relacionam à educação e saúde devem ser dialogados com todas as comunidades que usam tais serviços. Ainda que Campo Verde seja a comunidade prevista para a instalação da obra, ela é uma comunidade Polo e atende alunos das comunidades de Dona, Ipanema e Santo Antônio, além dos alunos do PA Nova Santa Maria.

Neste contexto reforçamos a importância da ARQUINEC e seus grupos de base nas estratégias de fortalecimento político e coesão social. Caso haja conflito entre as famílias, em desrespeito à ausência de escuta das outras comunidades interessadas, esta coesão pode ser alterada e afetar a legitimidade de governança da ARQUINEC, ferindo as estratégias de coesão das comunidades no território.

Como já relatado, os levantamentos de campo contaram com a colaboração da diretoria da ARQUINEC, algumas famílias das outras comunidades, em especial os professores, parte dos

grupos de base e mulheres, mas indicaram que a dificuldade de deslocamento inviabilizou que todos estivessem presentes. Nas reflexões sobre o Plano de Consulta com a ARQUINEC ficou definido que para o engajamento no processo de consulta devem estar presentes a diretoria da ARQUINEC, grupo de base e grupo de mulheres do território, sendo que o mutuário deve se responsabilizar por este deslocamento, conforme orienta as políticas de salvaguarda e engajamento das partes interessas.

Neste contexto, caso as prerrogativas não sejam cumpridas, haja visto as experiências pretéritas das comunidades com o Programa Nacional de Habitação, a ARQUINEC pode acionar as instituições parceiras para proteção das salvaguardas, em especial a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), podendo o mutuário ser indagado sobre a correta aplicação do direito de consulta e estar sujeito a judicializações.

Este risco foi considerado de natureza negativa, a se iniciar na etapa de planejamento, de pequena magnitude por afetar dois capitais (humano e social) e de baixa significância. Caso sejam atendidas as diretrizes do Plano de Consulta em respeito à governança interna do território, este risco passa a ser considerado de ocorrência improvável.

7.2.6 Risco de assédio a mulheres e crianças

Este risco está associado ao trânsito de trabalhadores de fora da comunidade em Campo Verde, que tem potencial de afetar de formas diferentes homens, mulheres e crianças, sendo que as mulheres e crianças são afetadas de forma desproporcionalmente negativa. As mulheres quilombolas são ativas e garantem seus espaços políticos nas decisões que afetam as comunidades.

A infraestrutura da escola deve se localizar na parte central da comunidade Campo Verde, ao lado da escola municipal e igreja, lugares de circulação constante de crianças e adolescentes de todas as comunidades. A via de acesso principal é o caminho utilizado por todos diariamente. Somado a isso existe a presença de casas e roças no entorno, onde mulheres e crianças permanecem parte do tempo quando não estão na escola.

Quando dialogado sobre este assunto, as mulheres manifestaram insegurança devido aos aprendizados com os trabalhadores das obras do programa habitacional e quando relataram casos foi um momento de reflexão pois não haviam tratado do tema de forma coletiva, uma vez que os trabalhadores ficaram sob a responsabilidade de contratação das famílias.

Segundo dados do Instituto Patrícia Galvão[16], as violências que se baseiam em discriminação em razão do gênero, como o assédio sexual em seu sentido amplo, são potencializadas quando se consideram as múltiplas desigualdades que se combinam no Brasil e que afetam

[16] O Instituto Patricia Galvão é a primeira organização feminista brasileira focada na defesa dos direitos das mulheres por meio de ações na mídia. Uma iniciativa de cerca de 30 comunicadoras feministas de diversas regiões do país, o Instituto tem como missão contribuir para a ampliação e a qualificação do debate público sobre questões críticas que afetam o pleno acesso das mulheres a seus direitos no Brasil. Acessado em janeiro de 2023 https://agenciapatriciagalvao.org.br/

de forma diferenciada as mulheres negras, periféricas, indígenas, rurais, crianças e as pessoas com deficiência. Os dados mostram que esses segmentos são mais vulneráveis tanto a se tornarem alvo da violência como também de terem seus direitos violados pelo Estado, por ação direta ou omissão. O dossiê alerta ainda para o registro de 180 estupros por dia, em média, pelas autoridades policiais no Brasil, sendo a maior parte das vítimas mulheres (82%), negras (51%) e meninas com até 13 anos (54%). Mulheres também são as principais vítimas de assédio e importunação sexual (abordagens grosseiras, ofensas e propostas inadequadas que constrangem, humilham e amedrontam). Em especial no governo Bolsonaro, de 2018 a 2022, fome, violência sexual e morte entre crianças e adolescentes cresceram em meio à redução orçamentária de R$ 203 milhões para R$ 54 milhões destinados às campanhas e ações diretas de enfrentamento do tema[17].

Estes dados são importantes para que o fato não seja negligenciado, pois está na histórica violência contra a mulher no Brasil, que somada às violências históricas dos corpos das mulheres negras, carregadas de preconceitos acerca de miscigenação, configuram uma situação de extrema vulnerabilidade. Toda obra envolve 100% de sua mão de obra masculina, o que coloca as mulheres em uma situação constante de tensão e vigília. Cabe evidenciar a vulnerabilidade do sistema de saúde que atende o território, com precária estrutura, sem atendimento psicológico para enfrentamento destes temas e distante da comunidade.

Este risco foi considerado de natureza negativa, previsto para ocorrer na etapa de instalação, de ocorrência provável, magnitude moderada por afetar três capitais (humano, social e físico) e significância média. Em diálogo com as mulheres, foi ponderada a possibilidade de que pessoas das comunidades sejam contratadas, uma vez que existe mão de obra capacitada, ou a possibilidade de os trabalhadores externos ficarem alojados fora do território, nas agrovilas próximas, o que geraria uma situação de maior segurança nos períodos noturnos e fins de semana. De forma complementar sugere-se um mecanismo de queixas que deve ser dialogado para que seja culturalmente apropriado, na perspectiva que as mulheres e adolescentes possam fazer suas denúncias sem identificação, e tal fato seja reparado de forma imediata. Aplicada as medidas, dialogadas de forma aberta com mulheres das comunidades, associadas ao código de conduta que entendem pertinente produzir, o risco passa a ser considerado de ocorrência improvável e a significância diminui para a categoria baixa.

7.2.7 Risco de assédio aos jovens por introdução de álcool e drogas

Este risco está associado ao trânsito de trabalhadores de fora na comunidade e se deve à curiosidade dos jovens, que acabam sendo assediados para consumo de bebidas ou drogas ilícitas levadas por trabalhadores. Esse impacto também acaba afetando as mulheres de forma desigual em razão da sua sobrecarga nos cuidados com a família, uma vez que na

[17] *Fonte* https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencia-sexual/fome-violencia-sexual-e-morte-entre-criancas-e-adolescentes-crescem-sob-bolsonaro/

comunidade são as responsáveis pelo amparo doméstico. Cabe evidenciar que reflexões entre as mulheres, devido às experiências pretéritas do programa de habitação, exploraram a convivência com pedreiros contratados que nos seus momentos de folga levavam bebidas para a comunidade e bebiam na frente das crianças próximos às casas das famílias.

Crianças e adolescentes estarão diariamente circulando na proximidade da obra e a vulnerabilidade do sistema de saúde associada às dificuldades de acesso configuram dificuldades de garantia de alguns direitos básicos, travestidos de preconceito e racismo, causando abandono e 'esquecimento' da comunidade, em especial em relação a recursos voltados para as medidas de prevenção e cuidados. Existe na região o estigma e a discriminação devido à identidade étnica e ao direito fundiário que possuem, e isto tem repercutido na vida de alguns jovens, a exemplo da dificuldade de conseguir um emprego, conforme já discutido acima. Muitas atividades são realizadas pelas comunidades para conter o avanço de álcool e drogas sobre as novas gerações, em especial estratégias de participação ativa de grupo de jovens nas práticas da igreja e nas reuniões comunitárias, fortalecendo a juventude quilombola.

Este risco foi considerado de natureza negativa, de ocorrência prevista para a etapa de instalação, de ocorrência provável, magnitude moderada por afetar três capitais (humano, social e físico) e resultando uma significância média. Em diálogo com as famílias, em especial as mulheres e jovens, existe uma reflexão acerca da possibilidade de que os trabalhadores possam ficar alojados fora do território, o que geraria uma situação de maior segurança em relação ao risco. Aplicada as medidas, dialogadas de forma aberta com os comunitários, associadas ao código de conduta que pretendem produzir, esse risco passa a ser considerado de ocorrência improvável, rebaixando a categoria de significância para baixa.

7.2.8 Risco de assédio para venda de ativos do capital natural

Esse risco se relaciona com o histórico de assédio de moradores da comunidade Campo Verde por trabalhadores (ou empresas) externos que participem da execução da obra para venda ilegal de ativos do capital natural, notadamente caça, peixes e madeira, conforme discutido no item de vulnerabilidade.

Nesse contexto, esse risco foi classificado como de natureza negativa, previsto para ocorrer na fase de instalação, de ocorrência provável, magnitude moderada por afetar três capitais (Humano, Social e Natural) e significância média.

Assim, durante a fase de consulta e planejamento da obra recomenda-se que seja considerada e discutida medidas que visem a conscientização dos moradores, mas principalmente a conscientização dos trabalhadores e empresas, em especial ao que se refere à legislação vigente e salvaguardas internacionais. Em um segundo cenário, se as medidas adotadas forem efetivas, esse risco segue classificado como negativo, mas de

ocorrência improvável e magnitude moderada, rebaixando a significância para a categoria baixa.

7.2.9 Risco de desabastecimento de água nas edificações comunitárias e públicas próximas ao local previsto da obra

Esse risco está associado à falta de água para uso da comunidade, em especial das moradias próximas à área central da vila de Campo Verde, em função do aumento da demanda existente durante a etapa de obras, sobretudo da rede instável de energia elétrica que alimenta a bomba para captação de água (ver item 7.2.11). Além disso, existe também o risco em relação ao próprio programa ser paralisado, pois a obra será impactada diretamente com a escassez e/ou falta deste recurso no local.

Dessa forma, esse risco foi classificado como de natureza negativa, previsto para ocorrer na fase de instalação da obra, de ocorrência provável, magnitude moderada por afetar quatro capitais (Humano, Social, Natural e Físico) e significância média.

Assim, durante a fase de consulta e planejamento recomenda-se que sejam consideradas e discutidas medidas que visem ou a melhoria da captação, armazenamento e distribuição de água para a comunidade, em especial para as casas na área central, e consecutivamente para a obra; ou uma estrutura independente para abastecer a obra durante a etapa de operação. Ainda, deve-se levar em consideração as melhores práticas e legislação vigente da construção civil no que se relaciona ao não desperdício e economia de água no canteiro de obras, bem como a possibilidade de uso de tecnologias sustentáveis de reaproveitamento de água da chuva e placa solar, por exemplo, durante a fase de operação da escola.

Em um segundo cenário, se as medidas sugeridas forem adotadas de forma efetiva, esse risco segue classificado como negativo, mas de ocorrência improvável e magnitude moderada, diminuindo a significância para baixa.

7.2.10 Risco de incômodos relacionados à emissão de ruídos nas edificações comunitárias e públicas próximas ao local previsto da obra

Esse risco se refere ao aumento de ruídos diversos e frequentes e respectivos incômodos que irão ocorrer durante a fase de instalação da obra para todos os comunitários e, em especial, para os professores e alunos que continuarão com suas atividades de rotina na escola municipal.

Esse risco foi classificado como de natureza negativa, previsto para ocorrer na fase de instalação da obra, de ocorrência certa, magnitude moderada por afetar três capitais (Humano, Social e Físico) e significância alta.

Para este risco, mesmo que seja discutido no plano de consulta durante a fase de planejamento, é improvável que alguma medida cause efeito de mitigação a ponto de haver

uma redução na probabilidade de sua ocorrência. Ou seja, durante a fase de implantação da obra é indissociável que se tenha um alto nível de emissão de ruídos. Pode-se recomendar um calendário de horários, não permitindo obra aos fins de semana, um curso de conscientização dos trabalhadores acerca do entorno, ou um maior controle do fluxo de caminhões e máquinas pesadas. Entretanto, em um segundo cenário, dificilmente existirá uma medida efetiva que faça com que os atributos desse risco possam ser alterados. Assim, ele continua sendo de natureza negativa, previsto para ocorrer na fase de instalação da obra, de ocorrência certa, magnitude moderada e significância alta.

7.2.11 Risco de desabastecimento de energia elétrica nas edificações comunitárias e públicas próximas ao local previsto da obra

Esse risco está diretamente relacionado à falta de energia elétrica para a comunidade e instalações públicas em Campo Verde, além do próprio andamento do programa. Os postes que margeiam os ramais de acesso estão malconservados e são constantes as ligações irregulares realizadas na rede, quer seja pela baixa efetividade dos serviços de atendimento da empresa fornecedora, ou pela necessária expansão da rede para as novas residências construídas.

Esse risco foi classificado como de natureza negativa, previsto para ocorrer na fase de instalação da obra, de ocorrência provável, magnitude moderada por afetar quatro capitais (Humano, Social, Financeiro e Físico) e significância alta.

Assim, durante a fase de consulta e planejamento da obra recomenda-se que sejam consideradas e discutidas medidas que visem a melhoria da rede de distribuição da energia elétrica na comunidade de Campo Verde, junto à empresa distribuidora, ou uma solução autossuficiente para a obra, como o uso de geradores, mas que aumentaria a emissão de ruídos. Ainda, deve-se levar em consideração as melhores práticas e legislação vigente da construção civil no que se relaciona ao não desperdício e economia de energia elétrica no canteiro de obras, bem como a possibilidade de uso de tecnologias com fonte de energia renovável, por exemplo, painéis solares ou janelas mais amplas para privilegiar a iluminação natural durante a fase de operação da escola.

Em um segundo cenário, se as medidas sugeridas forem adotadas de forma efetiva, esse risco segue classificado como negativo, mas de ocorrência improvável e magnitude moderada, diminuindo a significância para baixa.

7.2.12 Risco do uso do capital natural na obra (madeira, areia, cascalho)

Esse risco se refere à possibilidade de utilização de matéria prima do território quilombola na obra em si, em especial cita-se madeira e areia para construção da escola. Não é incomum, por experiência inclusive desta equipe técnica, observar essa prática em muitas comunidades tradicionais no Brasil sob o argumento de que seria ou uma contrapartida dos

beneficiários, ou como forma de baratear e viabilizar as obras. Esse risco foi classificado como de natureza negativa, previsto para ocorrer na fase de instalação, de ocorrência provável, magnitude moderada por afetar três capitais (Humano, Social e Natural) e significância média.

Assim, durante a fase de consulta e planejamento da obra recomenda-se que seja considerada e discutida medidas que visem o diálogo com a comunidade e com a empresa contratada, para que tudo fique esclarecido antes do início da obra, além de medidas e mecanismos de fiscalização e canais de denúncia e reclamações. Em um segundo cenário, se as medidas definidas e adotadas forem efetivas, esse risco ainda que siga classificado como negativo, tem sua ocorrência improvável e magnitude moderada, rebaixando a categoria de significância para baixa.

8. PLANO DE AÇÃO SOCIOCULTURAL

8.1 Medidas de Mitigação e Monitoramento

Como descrito no Capítulo 7, de modo geral os riscos se relacionam majoritariamente à afetação de atividades imprescindíveis à subsistência e reprodução de valores culturais da comunidade, bem como evidenciam uma significância média, o que pode afetar seu modo de vida de forma cotidiana, na relação estabelecida com o território. Os riscos se relacionam também às vulnerabilidades já vivenciadas, que se somam ao potencial de afetação dos recursos existentes. Desta forma, medidas relacionadas a mitigar as chances de os riscos ocorrerem devem ser executadas desde a fase do planejamento até a entrega da obra, em diálogo sistematizado pelo Plano de Consulta para identificar problemas, dialogar sobre soluções e monitorar as ações.

Os riscos, quando avaliados antes da implantação das medidas, tem a significância majoritariamente média. Porém, a reavaliação após a implantação das medidas indicou significância baixa para quase todos os riscos, com exceção de dois: Potencializar o grau de participação e consulta da comunidade, que tem natureza positiva; e o Risco de incômodos relacionados à emissão de ruídos, pois esse é irreversível, mas previsto para ocorrer apenas durante a obra, conforme exposto no Quadro 4.

Quadro 4 - Matriz de medidas de mitigação dos riscos relacionados à execução do Programa_Componente 1.

Risco Identificado	Sugestão de Medida	Pós Medida Sugerida	
		Probabilidade	Significância
Potencializar o grau de participação e consulta a comunidade	1. Realizar um processo de consulta continuado, que seja iniciado com tempo adequado, de forma prévia a cada etapa da obra, registrando as decisões alinhadas sobre as medidas e seja executado monitoramento no tempo que a comunidade achar mais adequado.	**Certo**	**Alta** Devido aos diálogos constantes, as queixas são capturadas no início e permanecem no nível local gerando resultados positivos.
Risco de desrespeito às salvaguardas relacionadas às adequações culturais do projeto arquitetônico	1. Implementar o Plano de Consulta continuado, que seja iniciado com tempo adequado, de forma prévia à etapa de panejamento da obra, estimulando reflexões e negociações sobre adequações culturais ao Programa.	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos constantes, as queixas são capturadas no início e permanecem no nível local gerando resultados positivos.
Risco de introdução de doenças	1. Possibilidade de Contratação de mão de obra da comunidade; 2. Exigência de um Protocolo Sanitário para trabalhadores externos (comprovante de vacinação atualizado, com esquema vacinal completo para Covid-19, acompanhado de atestado médico de saúde não portador de moléstia contagiosa); 3. Evitar a utilização do Posto de Saúde da vila do Galho pelos trabalhadores externos.	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos constantes, as sugestões são negociadas no início e tem chances de gerar resultados positivos para as partes em respeito as salvaguardas.
Risco de acidentes no canteiro de obra e vias de acesso	1. Medidas sociais adequas e dialogadas com a comunidade no Plano de Consulta para isolar a área e evitar a circulação de pessoas no entorno da obra; 2. Avisos visuais e avisos sonoros prévios à circulação de maquinários nas vias de acesso dentro da comunidade nas proximidades com a escola;	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos constantes, as sugestões são negociadas no início e tem chances de gerar resultados positivos para as partes em respeito as salvaguardas.

Risco Identificado	Sugestão de Medida	Pós Medida Sugerida	
		Probabilidade	Significância
	3. Atendimento das normas de segurança impostas por normativas e legislação de gestão de tráfegos de veículos em local com presença de pessoas.		
Risco de conflitos na governança interna entre as comunidades da ARQUINEC	1. Engajamento das partes interessadas com deslocamento dos representantes das outras comunidades sob responsabilidade do mutuário durante as etapas de consulta.	**Improvável**	**Baixa** Consulta as partes interessadas oferecem uma fonte importante de validação das decisões, aprimora a qualidade das medidas e permite que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Programa.
Risco de assédio a mulheres e crianças *afeta desigualmente mulheres e crianças	1. Evitar alojamento dos trabalhadores no interior da comunidade, viabilizando local de estadia nas agrovilas do entorno com transporte diário nos turnos de trabalho; 2. Elaborar um código de conduta e capacitar, com a ajuda do mutuário, empreiteira e trabalhadores sobre suas especificidades socioculturais, alertando sobre penalidades em relação ao não cumprimento.	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos constantes, as queixas são manifestadas durante o Programa e tem chances de evitar penalidades e impactos em respeito as salvaguardas.
Risco de assédio aos jovens por introdução de álcool e drogas *afeta desigualmente mulheres e crianças	1. Evitar alojamento dos trabalhadores no interior da comunidade, viabilizando local de estadia nas agrovilas do entorno com transporte diário nos turnos de trabalho; 2. Elaborar um código de conduta e capacitar, com a ajuda do mutuário, empreiteira e trabalhadores sobre suas especificidades socioculturais, alertando sobre penalidades em relação ao não cumprimento.	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos constantes, as queixas são manifestadas durante o Programa e tem chances de evitar penalidades e impactos em respeito as salvaguardas.

Risco Identificado	Sugestão de Medida	Pós Medida Sugerida	
		Probabilidade	Significância
Risco de assédio para venda de ativos do capital natural	1. Evitar alojamento dos trabalhadores no interior da comunidade, viabilizando local de estadia nas agrovilas do entorno com transporte diário nos turnos de trabalho; 2. Elaborar um código de conduta e capacitar, com a ajuda do mutuário, empreiteira e trabalhadores sobre suas especificidades socioculturais, alertando sobre penalidades em relação ao não cumprimento; 3. Capacitar os trabalhadores externos, em especial ao que se refere à legislação vigente e salvaguardas internacionais.	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos constantes, as queixas são manifestadas durante o Programa e tem chances de evitar penalidades e impactos em respeito as salvaguardas.
Risco de desabastecimento de água nas edificações comunitárias e públicas próximas ao local previsto da obra	Melhoria da rede de distribuição de água na área central da comunidade, prevendo possível desabastecimento na escola municipal e casas do entorno ou garantir estrutura individual de abastecimento prevendo a operação da edificação.	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos prévios e a identificação de vulnerabilidades, as sugestões são negociadas no início e tem chances de gerar resultados positivos para as partes em respeito as salvaguardas.
Risco de incômodos relacionados à emissão de ruídos nas edificações comunitárias e públicas próximas ao local previsto da obra	1. Diálogo sobre calendário de horários da obra, evitando atividade aos fins de semana e períodos noturnos; 2. Capacitação dos trabalhadores acerca do entorno, e maior controle do fluxo de caminhões e máquinas pesadas.	**Certo**	**Alta** Devido aos diálogos prévios e a identificação de vulnerabilidades, as sugestões são negociadas no início e tem chances de gerar resultados positivos para as partes em respeito as salvaguardas.
Risco de desabastecimento de energia elétrica nas	Melhoria da rede de distribuição de energia elétrica da comunidade, em especial na área central onde estará a obra da escola, em diálogo com a empresa de fornecimento de energia.	**Improvável**	**Baixa** As oportunidades identificadas nas medidas devem ter como

Risco Identificado	Sugestão de Medida	Pós Medida Sugerida	
		Probabilidade	Significância
edificações comunitárias e públicas próximas ao local previsto da obra			objetivo gerar benefícios ao beneficiário, incluindo melhorar seu padrão de vida, e promover a sustentabilidade a longo prazo dos recursos essenciais.
Risco do uso do capital natural na obra	Proibição de uso de qualquer recurso natural do território quilombola. Esta proibição se estende à solo, areia, cascalho e madeira.	**Improvável**	**Baixa** Consulta as partes interessadas oferecem uma fonte importante de validação das decisões, aprimora a qualidade das medidas e permite que as pessoas, inclusive o mutuário, compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Programa.

Relevante considerar que as medidas aqui sugeridas não foram dialogadas de forma sistemática com a ARQUINEC e partes interessadas e são apenas recomendações e/ou diretrizes desta equipe técnica a partir da reflexão com as famílias presentes nos levantamentos de campo. Desta forma, todos os riscos aqui considerados devem ser novamente abordados com a comunidade e partes interessadas na implementação do Plano de Consulta, considerando as etapas de planejamento, instalação e operação da obra.

1. As medidas sugeridas pretendem garantir que a comunidade receba benefícios sociais e estruturais culturalmente adequados, incluindo, quando possível, a sustentabilidade a longo prazo dos recursos essenciais. Este plano de ação baseia-se nas vulnerabilidades socioculturais identificadas na vila de Campo Verde e comunides e devem estar em total consonância com o Padrão de Desempenho Ambiental e Social 7 (PDAS 7) sobre os povos indígenas do BID, incluindo: Implementar as medidas em conformidade com os diálogos e decisões estabelecidas no processo de consulta, que deve ser executado de forma prévia a todas as etapas da obra, sendo incluídas etapas de avaliação de queixas entre elas;
2. Implementar medidas socioculturalmente adequadas e sustentáveis;
3. Respeitar os saberes tradicionais, o patrimônio cultural, o patrimônio natural, o capital social e os sistemas específicos às comunidades quilombolas no que diz respeito aos sistemas social, econômico e espiritual;
4. Adaptar o projeto, guardadas as especificidades de garantia da entrega da obra, serviços e outras atividades para facilitar o acesso a benefícios, incluindo tratamento equitativo na possibilidade de contratação de qualquer serviço ou mão de obra e, sempre que possível, procedimentos e critérios adequados e programas de capacitação para esta garantia;
5. Elaborar medidas e/ou atividades complementares através de um processo de negociação de boa-fé com a comunidade e dialogado previamente no processo de consulta;
6. Onde os riscos são inevitáveis o mutuário minimizará esses impactos de uma maneira culturalmente apropriada, proporcional à natureza e escala de tais impactos e à vulnerabilidade da comunidade;
7. Onde alternativas foram exploradas e impactos adversos são inevitáveis, as ações propostas pelo mutuário devem ser desenvolvidas de forma participativa com a comunidade afetada e exige do mutuário capacidade profissional especializada e exclusiva;
8. As oportunidades identificadas nas medidas mitigadoras devem ter como objetivo abordar as metas e preferências da comunidade Campo Verde, incluindo melhorar seu padrão de vida de uma maneira socialmente apropriada, e promover a sustentabilidade a longo prazo dos recursos naturais dos quais dependem e podem

ter relação direta com a obra, em especial estruturas de abastecimento de água, saneamento e energia;

9. Recomenda-se ao mutuário a adoção de penalidades contratuais à empreiteira no caso de não atendimento dos requisitos deste PDAS 7 e das decisões definidas no processo de consulta, ou seja, na situação de configuração de não-conformidades significativas;
10. O mutuário deve colaborar e estimular todos os órgãos governamentais responsáveis para alcançar resultados consistentes com os objetivos do Padrão de Desempenho Ambiental e Social sobre as comunidades tradicionais.

Em relação ao monitoramento das medidas, deve ser definida junto aos beneficiários, a comunidade quilombola, as atividades participativas para o monitoramento das medidas definidas no processo de consulta. Para isso durante a execução do Plano de Consulta deve ser identificada a possibilidade de que representantes da comunidade e/ou outras pessoas definidas por ela possam acompanhar as medidas de forma culturalmente adequadas, utilizando fotos e outros mecanismos facilitadores que os beneficiários acharem adequados, bem como identificando prazos e indicadores comunitários para avaliação das medidas ao longo do processo.

- Monitorar e medir a eficácia do programa de gerenciamento do mutuário e o cumprimento de quaisquer obrigações legais, exigências regulatórias relacionadas e decisões alinhadas no Plano de Consulta;
- Registrar informações e indicadores comunitários para monitorar o desempenho e estabelecer controles operacionais relevantes junto à ARQUINEC;
- Planejar avaliações regulares e adequadas da eficácia das medidas, com base na coleta e análise de dados relevantes e avaliação dos indicadores comunitários de forma participativa.

9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As comunidades tradicionais e os povos indígenas pertencem às populações socioculturais mais vulneráveis. As prerrogativas de direitos relacionados a eles devem ser incluídas no Programa_Componente 1 a partir da implementação do Plano de Consulta continuado, mesmo que o mutuário não tenha experiência na sua execução, esta é uma oportunidade para aprendizados mútuos. Considera-se relevante aumentar a capacidade organizacional do mutuário contratando um profissional com experiência na realização deste processo e engajamento das partes.

A obra, na perspectiva de suas dimensões e dos riscos estritamente ambientais, é perfeitamente viável, guardadas as considerações relacionadas à implantação das medidas mitigadoras direcionadas às condições de vulnerabilidade da comunidade, mulheres, crianças e adolescentes que tem ampla circulação na área da obra. Nesse sentido, inclui-se também a correta gestão ambiental e social da obra, em respeito às reflexões dialogadas nesta etapa de pré-consulta executada por esta equipe técnica e descritas neste documento.

Na sua dimensão social, os riscos identificados podem ser mitigados para reduzir seus impactos e efeitos, considerando sempre as decisões que serão alinhadas no Plano de Consulta e guiadas pela avaliação em tela. Em especial, esta equipe considera relevante que o mutuário redobre os esforços organizacionais para viabilizar o alojamento dos trabalhadores fora da comunidade quilombola, o que seria uma medida bastante adequada a salvaguardar os aspectos mais relevantes da avaliação.

Por fim, sugere-se que as medidas aqui propostas e dialogadas com a comunidade para reduzir riscos sejam dialogadas de forma sistemática no processo de consulta e registradas para monitoramento, devendo ser incorporadas no correspondente Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Programa.

10. REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ANDRADE, A. L. M. Organização social de mulheres quilombolas em Concórdia do Pará: ações de resistência. Artigo apresentado no XX REDOR -Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero, 2018

BATISTA, V. S.; ISAAC, V. J.; VIANA, J. P. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M. L. (Org.). A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. Manaus: IBAMA/ProVárzea, p. 63-152. 2004.

BRANDÃO, A. A.; DALT, S. e SOUZA, S. C. Comunidades quilombolas e o Programa Nacional de Habitação Rural. Niterói-RJ: Novos Cadernos NAEA, 2018.

BRANDÃO, C. R. O que é método Paulo Freire. São Paulo: Editora Brasiliense, (Coleção Primeiros Passos, 38), 2005.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Programa de Combate a Epidemias Modelagem matemática da disseminação geográfica da Covid-19. Wesley Cota (org.), 2023.

ELLIS, F. Rural livelihoods and diversity in developing countries: Evidence and policy implications. Natural Resource Perspectives, n. 40, p. 1-7, 1999.

GALLOIS, D. T. (coord.). Sociedades indígenas e suas fronteiras na região sudeste das Guianas. São Paulo, NHII-USP, 2004.

GUIDDENS, A. As Consequências da Modernidade. 5ª reimpressão. São Paulo: Ed.UNESP, 1991.

GUSMÃO, M. M. Negro e Camponês: política e identidade no meio rural brasileiro. São Paulo em Perspectiva, v. 6, n. 3, p. 116-122, jul./set., 1992.

HASSAN, R.M.; SCHOLES, R.; ASH, N. Ecosystems and Human Well-Being: current state and trends. Washington: Island Press, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa de Clima do Brasil. Escala 1:5.000.000. Rio de Janeiro: IBGE. 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa de Unidades de Relevo do Brasil. Escala 1:5.000.000. IBGE. 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa de Vegetação do estado do Pará. Escala 1:1.800.000. IBGE. 2008.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Comunidades quilombolas Santo Antônio, Ipanema, Igarapé Dona e Campo Verde. Belém: INCRA, Relatório Técnico de Vistoria, nº 187, 2005.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasília: Ipea, 4ª edição, 39 p. : il., 2011.

JUNK, W. K. e WELCOMME, R. L. Management of floodplains. In. B. C. Patten (ed.). Wetlands and shallow continental water bodies. SPB Academic Publishing, The Hague, v.1, Netherlands, 1989.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In* : ____. *Sociologia e Antropologia.* v. II. São Paulo : Edusp., 1974.

OBERDORFF, T., DIAS, M.S., JÉZÉQUEL, C., ALBERT, J.S., ARANTES, C.C., BIGORNE, R., CARVAJAL-VALLEROS, F.M., WEVER, A., FREDERICO, R. G., HIDALGO, M., HUGUENY, B., LEPRIEUR, F., MALDONADO, M., MALDONADO-OCAMPO, J., MARTENS, K., ORTEGA, H., SARMIENTO, J., TEDESCO, P.A., TORRENTE-VILARA, G., WINEMILLER, K.O., & ZUANON, J. Unexpected fish diversity gradients in the Amazon basin. Science Advances, 5: 1-9. 2019

POLIFÔNICAS. Estudo Socioambiental: Diagnóstico e avaliação de impactos na Comunidade Jauari, PAE Juruti Velho. Juruti, Pará, 2021.

RÊGO, J. F. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 25, p. 62-65, 1999.

ROVERSI, C. A. Destinação dos resíduos sólidos no meio rural. Monografia de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 49f., 2013.

SANTANA, R. M. O ontem e o hoje na dinâmica territorial de um quilombo. In: XIV Encontro Nacional de História Oral, Campinas. XIV Encontro Nacional de História Oral, 2018.

SANTANA, R. M. Os caminhos da regularização fundiária no município de Concórdia do Pará/PA. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2010.

SANTOS, G. M. e SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. Estud. Av., 19(54): 165-182. 2005. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000200010

SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. IDS working paper, Brighton, n. 72., p. 1-22, 1998.

SEMA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Política de Recursos Hídricos do Estado do Pará. Belém, 2012.

SILVA, G. M. (Coord); SOUZA, B. O.; ZACARIAS, L. S.; SANTOS, E. O. L.; SILVA, C. P. Quilombos e Educação: Políticas Públicas e Práticas Pedagógicas. Equidade Racial na Educação Básica, CEERT, 2021.

ANEXO I

Plano de Consulta

Território Quilombola ARQUINEC

Comunidade Campo Verde

Programa de Ampliação e Modernização da Infraestrutura e Oferta Educacional para Garantir o Direito de Aprender no Estado do Pará (BR-L1548)

Anexo I

PLANO DE CONSULTA

Comunidade Campo Verde
Território Quilombola ARQUINEC
Município de referência – Concórdia do Pará (PA)
Janeiro 2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO ____ 4
2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE PARTES INTERESSADAS ____ 8
3. ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE CAMPO VERDE ____ 12
3.1 Desenho de Engajamento: Princípios e Abordagem ____ 14
3.1.1 Princípio 1: Respeitar as características socioculturais das comunidades quilombolas ____ 14
3.1.2 Princípio 2: Considerar a comunidade Campo Verde e representantes das outras comunidades como partes legítimas do processo. ____ 15
3.1.3 Princípio 3: Considerar o deslocamento das partes interessadas ____ 15
3.1.4 Princípio 4: Considerar aspectos de idade e gênero ____ 15
3.1.5 Princípio 5: Reconhecer os direitos e o conhecimento dos quilombolas ____ 16
3.1.6 Princípio 6: Criar um processo de aprendizagem mútua ____ 16
3.1.7 Princípio 7: Garantir transparência e comunicação dos resultados ____ 16
3.1.8 Princípio 8: Construir sobre sistemas existentes ____ 17
3.1.9 Princípio 9: Proporcionar oportunidades para reclamação e denúncias – Mecanismo de Reparação de Queixa (MRQ) ____ 17
3.2 Aproximação e nível de participação ____ 18
3.2.1 Atividades de engajamento ____ 19
4. MODELO DE FACILITAÇÃO/MEDIAÇÃO ____ 23
4.1 Facilitação de Reunião ____ 24
4.2 Abordagem Participativa ____ 25
5. IMPLEMENTAÇÃO ____ 27
5.1 Engajamento inicial ____ 28
5.2 Recursos humanos e materiais ____ 28
6. MECANISMO DE REPARAÇÃO DE QUEIXAS (MRQ) ____ 30
6.1 Objetivo ____ 31
6.2 A construção do mecanismo de forma participativa ____ 32
6.2.1 Etapa 1: receber e reconhecer uma reclamação ____ 32

6.2.2 Etapa 2: avaliar, atribuir responsabilidade e investigar _____ 32

6.2.3 Etapa 3: consultar e implementar a resolução _____ 33

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO _____ 34

Aviso: As fotos utilizadas neste documento foram tiradas pela equipe técnica com consentimento das comunidades. Os desenhos são fotos de adaptações culturais feitas na estrutura escolar municipal.

1. INTRODUÇÃO

Esse Plano de Consulta faz parte da Avaliação Sociocultural (CSA em inglês) elaborada por consultoria independente para um empréstimo solicitado pela Secretaria de Educação do Estado do Pará a ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O objetivo é atender o Componente 1 do Programa BR-L1548 - Cobertura e Qualidade da Infraestrutura de Educação, a ser implementado nas comunidades indígenas e tradicionais indicadas e representadas por uma amostra. Desta forma este documento é parte da avaliação elaborada e deve ser executado em consonância com as questões apontadas.

A consulta transparente e significativa às principais partes interessadas é um elemento imprescindível tanto do processo decisório prévio e bem fundamentado, quanto da boa governança do Programa. No Brasil, o processo de consulta relacionado ao planejamento, aprovação e implementação de projetos que possam afetar povos indígenas e comunidades tradicionais é uma exigência legal. Além disso, o BID, como instituição financeira internacional, adota políticas e procedimentos para incorporar a consulta às partes interessadas, em especial quando se trata de povos indígenas e comunidades tradicionais, que devem ser cumpridas, monitoradas e registradas como parte importante dos documentos formais do contrato com o mutuário, conforme indica o Padrão de Desempenho Ambiental e Social 7 (PDAS 7) Povos Indígenas.

Nos programas financiados pelo BID, a consulta às partes interessadas é responsabilidade do mutuário. O BID tem a responsabilidade de assegurar que ele mantenha conformidade com as políticas e requisitos pertinentes ao longo de todo o ciclo do Programa, além de funções complementares às do mutuário, que são: explicar, assessorar, prestar assistência e verificar.

Entre os principais objetivos e benefícios da implementação do Plano de Consulta às partes interessadas destacam-se:

- Registra os pontos de vista e percepções das pessoas afetadas pelo Programa e oferece uma forma de levar em consideração suas opiniões e preocupações como contribuições para aprimorar o planejamento e a implementação do Programa, evitando ou reduzindo seus impactos adversos e ampliando os benefícios;
- Permite que as partes envolvidas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Programa;
- Transparência e participação das partes interessadas contribuem para aumentar a confiança, a aceitação do Programa e a apropriação local, que são essenciais para a sustentabilidade dos projetos e seus resultados no desenvolvimento, neste caso nos serviços de educação.

Neste contexto, de forma complementar, cabe evidenciar que muitas vezes o mutuário apresenta preocupação de que o processo de consulta possa atrasar o planejamento e a implementação do Programa, apontando aumento de custos, evidenciando tensões pré-existentes e/ou gerando expectativas desproporcionais à capacidade organizacional. Essas preocupações são válidas, mas evitar a interação participativa com as partes interessadas não elimina esses problemas. Pelo contrário, isso pode exacerbá-los e fomentar suspeitas

que geram conflitos, judicializações e até paralisação do Programa. O BID considera que a boa consulta às partes interessadas não é uma simples obrigatoriedade, mas também agrega valor real ao Programa e contribui para uma sociedade mais justa, que respeita os diferentes modos de vida. Como contribuição geral ao processo de consulta, esta equipe sugere:

a) Assegurar que a preparação e o processo de consulta às partes interessadas comecem o mais cedo possível no ciclo do Programa e não se limite a reuniões decisórias de meio período. A consulta às partes interessadas requer participação, o que demanda tempo adequado de escuta e negociação. Se o processo começar muito tardiamente, não haverá tempo suficiente para realizar as consultas de forma eficiente, o que essencialmente implica na consideração legítima das opiniões e preocupações das comunidades quilombolas vinculados às decisões relacionadas ao projeto, ao planejamento e implementação do Programa. O momento das consultas e todo o processo precisam ser cuidadosamente mapeados e o cronograma deve coincidir com os requisitos de divulgação, aprovação e outros marcos do Programa. Um erro frequente é encarar a consulta como um item separado e não relacionado com outros elementos de planejamento do projeto, como adaptações culturais do projeto arquitetônico por exemplo, e considerá-la apenas um procedimento informativo;

b) Os atrasos e custos podem ser reduzidos se houver clareza em relação aos requisitos e boas práticas e assegurando que a comunidade e o mutuário, responsável pela consulta, disponha das competências e recursos necessários para gerir o processo. Não raro, os atrasos são causados por planejamento ou implementação deficiente do processo de consulta, em que a carência de competências ou a escuta insuficiente das considerações ambientais ou socioculturais no processo decisório podem levar a erros dispendiosos;

c) O princípio da proporcionalidade deve nortear o grau de esforço implementado no processo de consulta. No caso do Programa BR-L1548 em tela, definido como categoria B[1], o risco é moderado e deve contar com um diálogo de duas vias com as partes interessadas afetadas e não simplesmente divulgação de informação. Como descrito no CSA, além dos programas de Gestão Ambiental e Social obrigatórios para o componente de obras, tendo em vista os aspectos legais, normativas e políticas ambientais do BID, a análise da amostra representativa com povos indígenas e comunidades tradicionais indica diretrizes de medidas específicas, dadas as especificidades socioculturais, socioambientais e prerrogativas de direitos das comunidades e devem ser respeitadas e dialogadas no processo decisório junto às comunidades.

Por fim, destaca-se que este documento busca ser um guia para implementação do Plano de Consulta junto aos comunitários de Campo Verde, ARQUINEC e comunidades do entorno que utilizam o serviço de educação, e destaca as principais informações que devem ser

[1] Programas que apresentam impactos ambientais e/ou sociais potenciais e riscos que são menos adversos do que os de uma categoria A e que são geralmente limitados ao local do projeto, em grande parte reversíveis e podem ser mitigados através de medidas disponíveis e viáveis de serem implementadas no ciclo do programa.

consideradas para o planejamento do mutuário e etapas que devem ser seguidas para sua implementação. Espera-se com isso contemplar itens importantes que não podem faltar e que são parte dos requisitos obrigatórios para um processo efetivo.

Como se trata de um plano direcionado fisicamente para a comunidade Campo Verde, localidade visitada pela equipe técnica em etapa considerada anterior à consulta, ou diagnóstico sociocultural, ele sistematiza informações importantes que foram dialogadas em campo, relacionadas ao modo de vida das comunidades do território e suas principais vulnerabilidades, e aponta diretrizes dialogadas com as famílias, em especial as medidas sugeridas para reduzir riscos, mas que de forma alguma devem ser consideradas únicas e definitivas, pois devem ser abordadas com as famílias de Campo Verde, representantes das outras comunidades e a ARQUINEC (Associação Remanescente de Quilombos Nova Esperança de Concórdia do Pará) no processo de diálogo e nos momentos decisórios quando da implementação do processo de consulta pelo mutuário.

2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE PARTES INTERESSADAS

A identificação das partes interessadas requer a compreensão básica sobre a natureza do Programa e do contexto local. Um dos principais objetivos da análise das partes interessadas é identificar com clareza aqueles que podem ser afetados negativamente pelos riscos/impactos do Programa ou injustamente excluídos de seus benefícios. Pessoas, grupos, organizações, entes federativos, pessoas chave etc., a avaliação prévia indica quem são as partes interessadas que devem ser engajadas no Plano de Consulta.

Em diálogo com as famílias das comunidades do território quilombola e a ARQUINEC foi possível identificar um pequeno grupo de partes interessadas que deve ser engajado para o processo de consulta por se relacionar de alguma forma com o programa de infraestrutura escolar a ser implementado na comunidade Campo Verde. Na ***Tabela 1*** seguem sistematizadas as partes interessadas, sua área de atuação, interesses e/ou contribuição ao processo. Cabe evidenciar que na primeira reunião do Plano de Consulta devem ser alinhadas as fases de participação de cada parte interessada, não sendo obrigatório a participação em todas as etapas.

Tabela 1 - Identificação das partes interessadas.

Partes Interessadas	Informações Adicionais	Área de Atuação	Potenciais Preocupações ou Contribuições com o Programa
Associação ARQUINEC **Diretoria e Grupos de Base**	Governança comunitária e política do território. A associação é formada pela Diretoria (6 pessoas) e pelos grupos de base (3 pessoas cada grupo) que representam as comunidades do território(1 grupo em Campo Verde, 1 grupo em Dona, 1 em Santo Antônio e 4 em Ipanema).	A associação atua em toda dimensão do direito quilombola, seja nas questões fundiárias, direitos sociais, como saúde e educação, infraestrutura comunitária e outros benefícios de direito.	Interesse nas reflexões e decisões acerca da obra em suas diferentes etapas. As preocupações são relacionadas a trazer a estrutura escolar para as comunidades, participando do processo de mitigação de impactos e gestão participativa no monitoramento das decisões do processo de consulta.
Grupo de Mulheres Negras Quilombolas-vinculado a ARQUINEC	O grupo é vinculado a ARQUINEC, composto por uma representante feminina de cada comunidade do território(Campo Verde, Dona, Ipanema (3) e Santo Antônio).	Lutar pela igualdade de gênero e de oportunidades inclusive nos espaços políticos, questionando a subordinação nas relações de gênero, em casa, no trabalho, dentro da igreja e associações. Temas de interesse da mulher também são pautas, como violência doméstica.	Interesse nas reflexões acerca da obra em suas diferentes etapas. As preocupações são relacionadas a plena participação das mulheres e a inserção das perspectiva de genero em relação a obra, considerando ter escuta sobre suas inseguranças.

Partes Interessadas	Informações Adicionais	Área de Atuação	Potenciais Preocupações ou Contribuições com o Programa
Grupo de Jovens-vinculado a ARQUINEC	Grupo formado por Jovens – vinculado a ARQUINEC.	Fortalecimento da juventude Quilombola no território.	As preocupações são relacionadas a evidenciar a cultura quilombola no processo de construção da escola e trazer a estrutura escolar para o território na perspectiva de que este processo fomente formação dos jovens para entrada na universidade.
Secretaria Municipal de Educação (Semec) de Concordia do Pará	Secretaria responsável pelo ensino Fundamental I e II no território, escola polo fica em Campo Verde e hoje funciona o SOME. *deve ser dialogado com ARQUINEC a presença da secretaria e em que etapas do Plano.	Apesar de não ser considerada pela ARQUINEC e famílias como diretamente envolvida, a prefeitura é responsável por vários equipamentos públicos no território e pode auxiliar em temas relacionados às medidas e aprender como se implementa um processo de consulta.	O interesse da secretaria não é vinculante, haja visto que a ARQUINEC entende que tem boa articulação com a gestão municipal. Apesar disso, esta equipe considera relevante sua participação devido à gestão dos equipamentos públicos em Campo Verde e seu poder de articulação com a gestão municipal, que pode ser necessário em relação à execução das medidas. No mais, tendo em vista a meta 6 do Plano Municipal de educação 2022-2024[2] – relacionado a adequação da infraestrutura física nas unidades escolares rurais, considerando as especificidades das comunidades quilombolas, sugere-se que sua participação é válida para gerar aprendizado sobre o Plano de Consulta.

[2] Fonte https://concordiadopara.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/PME-2022-1-plano-m.-de-educacao.pdf

3.ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

O objetivo geral do engajamento das comunidades do território no Programa proposto é garantir a aceitação[3] e efetiva inclusão[4] dos grupos que compõem a comunidade, além de terem participação, interesse e direitos relacionados à execução do Programa e aqueles que serão afetados positiva ou negativamente pelos impactos e medidas. O principal objetivo deste plano é apresentar uma estratégia de engajamento dos comunitários de Campo Verde e outras comunidades que utilizam os serviços de educação no território no processo de consulta do Programa.

O engajamento pode ser pensado por etapas do Programa, que de forma geral pode ser Planejamento, Instalação e Operação[5]. Cada uma dessas etapas pode ser subdividida em diferentes atividades de troca de informações, diálogo, reflexões e processos decisórios, seguindo um cronograma previamente dialogado e dotada de registros escritos e visuais.

Além desse objetivo geral, o engajamento pretende cumprir objetivos específicos, que seguem elencados a seguir:

a) Transparência. Quando as partes interessadas souberem o que se espera delas em cada etapa do Plano de Consulta, terão mais confiança no Programa a ser executado (legitimidade). Como o projeto de infraestrutura ainda está em fase de pré-projeto, é importante fornecer informações adequadas e com tempo suficiente em cada etapa, captando contribuições e reclamações. No geral, a etapa de planejamento pode requerer mais tempo no que diz respeito à escolha e avaliação do local da obra e sobre o projeto arquitetônico.

b) Capacitação. O engajamento das partes interessadas deve aumentar a capacidade de garantir que os quilombolas possam participar, especialmente jovens e mulheres. Para isso, a cada etapa é importante evidenciar o conteúdo didático da atividade permitindo que fique claro que o objetivo é o pleno entendimento de todos.

c) Responsabilidade. Engajar a comunidade em todas as etapas do Programa para melhorar a apropriação e a corresponsabilização, em especial nos momentos decisórios. Cabe evidenciar que decisões podem ser revistas, principalmente no que tange às medidas, devendo essas serem reavaliadas ao longo de todo o processo. Mas quando estão relacionadas a processos estruturais deve ser evidenciado seu caráter definitivo e ser proposto maior tempo de reflexão, caso pertinente.

d) Consentimento livre, prévio e informado. Este consentimento será dado engajando ativamente os representantes das comunidades e ARQUINEC no planejamento, concepção, implantação e operação do projeto.

[3] Inclusão aceitável: as partes interessadas concordam com o processo e o método de engajamento das partes interessadas.
[4] Inclusão efetiva: as partes interessadas entendem o projeto proposto e podem dar uma contribuição valiosa de acordo com um papel definido.
[5] Caso o cronograma do mutuário contemple uma etapa prévia ao planejamento, onde o projeto arquitetônico será definido, considerar esta etapa no plano de consulta junto a ARQUINEC, em específico em relação às negociações sobre possíveis alterações culturais no projeto arquitetônico e escolha e avaliação do local da obra. Estas atividades levam mais tempo de diálogo.

3.1 Desenho de Engajamento: Princípios e Abordagem

Um plano de engajamento das partes interessadas bem desenhado adere a vários princípios que devem estar alinhados com todos os responsáveis e envolvidos no Programa e no processo de consulta a povos indígenas e comunidades tradicionais da parte do mutuário. Esses princípios derivam de leis e normas nacionais e internacionais relevantes, do PDAS 7 Povos Indígenas do BID e da situação atual do território quilombola. Os princípios são discutidos a seguir.

3.1.1 Princípio 1: Respeitar as características socioculturais das comunidades quilombolas

O território quilombola tem governança própria e modo de vida dependente dos recursos naturais disponíveis no seu território, que são a base sociocultural do seu modo de vida. Devido ao processo em tela, considerar como partes interessadas toda a estrutura da ARQUINEC (Diretoria, grupos de bases, representantes das mulheres e jovens), famílias e professores que queiram participar do processo, que utilizam os serviços e equipamentos públicos de educação, como legítimos na participação dos processos de consulta. Ainda, é importante lembrar que os comunitários mantêm relações de aliança e de parentesco, as quais são fundamentais para coesão do grupo no território.

Assim, é preciso alinhar a forma mais adequada para os momentos de tomada de decisão durante o processo, o que inclui: (i) as pessoas/grupos escolhidos para participar do processo. Esta questão é importante de ser alinhada no início do processo, para que as pessoas ou grupos estejam sempre presentes e possam tomar decisão e o façam de forma legítima. É preciso dialogar sobre as atividades já desempenhadas por esta pessoa e da disponibilidade de sua presença; (ii) o tempo necessário para a tomada de decisões. Decisões sem aderência podem ser prejudiciais e pressionar o grupo pode gerar conflitos, sendo um risco para o Programa. Recomenda-se evidenciar a possibilidade de dialogar sobre um prazo para o retorno nestes momentos mais críticos e contribuir com mais informações, escritas e visuais, sobre o tema para discutirem internamente; e (iii) o processo pelo qual as decisões são tomadas. A ARQUINEC possui uma governança onde seus representantes são escolhidos pelo voto. Entretanto, a depender do tema, podem ser utilizados outros mecanismos de decisão. Alinhar este formato é importante e apesar da necessidade de aceitar o que for definido, recomenda-se expor a necessidade de se contemplar neste momento a opinião de pessoas que representam os diferentes aspectos de gênero, de idade e de representatividade do grupo.

3.1.2 Princípio 2: Considerar a comunidade Campo Verde e representantes das outras comunidades como partes legítimas do processo.

A obra será implantada na comunidade Campo Verde, mas todas as comunidades do território utilizam os serviços de educação desta área considerada Polo e, portanto, circulam diariamente nela, nas casas de parentes, acessos, escola municipal entre outras atividades. Apesar dos riscos afetarem de forma desigual estes dois grupos, ambos precisam se sentir parte relevante no processo. Quando algum processo decisório evidenciar estas diferenças, recomenda-se auxiliar[6] para minimizá-las contribuindo para que o processo contemple todos os grupos nas decisões e reflexões. É preciso compreender que as outras comunidades podem se considerar desfavorecidas por não terem a mesma infraestrutura da comunidade Campo Verde. Caso estas diferenças guiem o processo, não haverá interesse na participação dos membros das outras comunidades, o que pode deflagar impactos não esperados pelo Programa. Reverter este quadro será uma prioridade para evitar os impactos negativos sobre a coesão do grupo e a governança da ARQUINEC no território.

3.1.3 Princípio 3: Considerar o deslocamento das partes interessadas

Deve-se fazer um esforço extra e dispor de recursos e/ou meios para garantir presença dos grupos de base, diretoria, mulheres e jovens nas reuniões no processo de consulta. Quando for elaborado um cronograma prévio de atividades com os envolvidos, deve-se garantir que eles estarão presentes, incluindo a garantia do deslocamento e se possível deve-se identificar um canal de comunicação. O processo de consulta e o Programa, haja visto sua operação, não devem discriminar comunidades/grupos de partes interessadas devido à dificuldade de articulação e deslocamento. Estes grupos são afetados pela obra e também pela operação da infraestrutura escolar, e tem dúvidas que precisam ser ouvidas e incorporadas ao processo de consulta e decisões.

3.1.4 Princípio 4: Considerar aspectos de idade e gênero

A implementação da infraestrutura escolar, em especial durante sua etapa de implantação, afetará homens, mulheres e jovens de formas diferentes, especialmente porque eles têm inseguranças e vulnerabilidades diferentes. Também afetará jovens e idosos de formas distintas porque eles têm ideias distintas sobre as possíveis medidas para os riscos, o que é valioso no processo de mitigação. O Programa, conforme descrito na avaliação sociocultural, deve considerar as diferenças de participação relacionadas a: (i) as inseguranças de homens e mulheres de diferentes idades; e (ii) papel que desejam desempenhar na gestão e

[6] Este tema será abordado neste documento, mas é importante que seja instituída uma pessoa do mutuário como referência pela mediação e contato com a comunidade ao longo do processo, que pode contar com a ajuda de colegas e outras pessoas responsáveis que estarão presentes também fazendo contribuições. Outra pessoa importante será a responsável pelos registros do processo, haja visto que serão solicitadas evidências do cumprimento pelo BID.

monitoramento das medidas, em especial quando se trata de assuntos relacionados ao risco de possível assédio sexual a mulheres e crianças.

3.1.5 Princípio 5: Reconhecer os direitos e o conhecimento dos quilombolas

O Programa e o mutuário, em todas as fases do processo de consulta e de implementação no território, devem conhecer e garantir os direitos fundamentais das comunidades quilombolas, em especial o direito de questionar, garantindo que as informações repassadas sejam adequadas e acessíveis, e de opinar, tendo como norteador sua autodeterminação[7]. Em virtude desse direito o Programa e as medidas devem ser dialogados respeitando a governança quilombola e seus conceitos sobre desenvolvimento econômico, social e cultural.

3.1.6 Princípio 6: Criar um processo de aprendizagem mútua

Os envolvidos diretamente no processo de consulta e nas atividades de engenharia do componente de infraestrutura do Programa devem se esforçar para compreender as inseguranças e os riscos aos quais as comunidades estão sujeitas com a circulação de máquinas e de trabalhadores externos durante um tempo estendido dentro da comunidade. Muitas vezes as referências externas tendem a minimizar os problemas elencados e por vezes os comunitários podem se sentir inseguros em apontar problemas onde o mutuário não enxerga, o que reflete a insegurança da comunidade com a possiblidade de que não seja construída a escola.

Esta questão deve ser de máxima atenção. Muitas vezes a comunidade, por precisar muito do serviço, acaba não participando do processo de reflexão sobre possíveis problemas. As pessoas envolvidas devem estimular tal reflexão e reforçar que o Plano de Consulta não tem o objetivo de validar a realização da obra, mas sim permitir que ela seja feita da melhor forma possível em respeito ao modo de vida e inseguranças dos comunitários. Ouvir e aprender uns com os outros será fundamental no Programa e a aprendizagem mútua estimula um processo de avaliação e feedback contínuos. Isso retorna para o mutuário no sucesso do Programa, e na gestão do serviço ofertado após a obra concluída.

3.1.7 Princípio 7: Garantir transparência e comunicação dos resultados

O processo de consulta e as informações sobre a obra devem ser claras e acessíveis a todas as partes interessadas. As partes interessadas devem ser continuamente informadas sobre qual objetivo deste processo e o que é esperado delas. Esta questão é relevante quando forem previstas reuniões com grande espaço de tempo entre elas. A cada reunião deve ser

[7] A autodeterminação dos povos é o princípio que garante o direito de se autogovernar, realizar suas escolhas sem intervenção externa, exercendo o direito de determinar sua governança dentro de seu território e entre sua população.

informado o objetivo, retomar as etapas executadas, os resultados alcançados, a atual etapa e os objetivos daquela reunião. Estimular acordos e reforçá-los, disponibilizar alimentação e transporte e providenciar a cada finalização um processo de avaliação, onde todos possam se expressar em relação ao que acharam da reunião e o que vem entendendo do processo são práticas recomendadas. Estas avaliações serão indicadores sobre o processo geral, para compreender o grau de entendimento e as questões que precisam ser reforçadas ou revistas. Isso significa não apenas o único componente em que o stakeholder se engaja, por exemplo, mas também todos os outros componentes do Programa.

3.1.8 Princípio 8: Construir sobre sistemas existentes

O Programa deve se basear em estruturas sociais existentes para engajamento das partes interessadas. Os grupos de base da ARQUINEC e professores são respeitados internamente e já se articulam para diversas atividades e compõem uma rede junto com alunos que circulam das outras comunidades. Estes indivíduos podem ser chave para informar, facilitar discussões e estimular a contribuição das partes interessadas. Esses grupos/indivíduos devem ser identificados nas reuniões de consulta e deverão ser acessados estrategicamente para promover o engajamento em algumas situações.

3.1.9 Princípio 9: Proporcionar oportunidades para reclamação e denúncias – Mecanismo de Reparação de Queixa (MRQ)

O Programa deve criar oportunidades para que os quilombolas, considerados seus aspectos de gênero e idade, possam fazer reclamações e denúncias, anônimas ou não, e que seja efetivo, adequado culturalmente e que tenha um espaço específico reservado ao retorno pelo mutuário de respostas às reclamações e denúncias. Muitas denúncias requerem reparação e/ou medidas específicas e imediatas e elas devem ser efetivas em respeito às salvaguardas e ao processo de participação e confiança que está sendo estimulado. Denúncias como de assédio a mulheres são temas sensíveis, envolto em inseguranças e descriminação. Da mesma forma, denúncias relacionadas à má conduta de trabalhadores e barulho excessivo, por exemplo, no geral não são realizadas por receio que o Programa seja cancelado.

O mutuário deve estimular o uso de mecanismos de denúncia e reclamação e reforçar que este mecanismo não tem o objetivo de paralisar a obra, mas sim permitir que ela seja executada com respeito ao modo de vida e inseguranças das comunidades. As equipes do Programa, do Plano de Consulta e de engenharia, precisam estar preparadas para ouvir as queixas das pessoas sem se colocar na defensiva, sem levantar dúvidas e dar retorno adequado. O Mecanismo de Reparação de Queixas (MRQ) no nível da obra constitui uma parte formal[8] e importante da prevenção e gerenciamento do risco ambiental e social e deve

[8] Em alguns momentos o BID solicitará um relatório sobre as reclamações e denúncias, bem como a descrição do retorno dado pelo mutuário aos comunitários.

ser desenhado com os comunitários, sendo uma das atividades do Plano de Consulta programadas para a etapa de planejamento.

Neste quesito é imprescindível expor aos comunitários (partes interessadas) que se algo não foi respondido ou resolvido de forma adequada, eles podem acessar as instituições de defesa para fazer uma denúncia, quais sejam: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH). Esta transparência no diálogo dá segurança e promove um laço de confiança no Programa.

3.2 Aproximação e nível de participação

O ponto de partida do esforço de engajamento das partes dentro do processo de consulta é a fase de planejamento da obra proposta. Esta etapa envolve questões importantes relacionadas ao alinhamento de propósito do Plano de Consulta, a forma de participação das partes interessadas, cronograma adequado à realidade da comunidade, diálogo sobre o projeto arquitetônico, escolha e avaliação do local da obra e medidas que interfiram no planejamento da obra, como alojamento de trabalhadores, medidas de isolamento da área usando comunicação adequada etc. Todas as atividades que devem ser previstas para etapa de implantação da obra. Em geral essa é a etapa que dura mais tempo, no entanto o engajamento dos comunitários ocorrerá em todas as fases do projeto (pré-planejamento, planejamento, construção, operação) até que estrutura escolar esteja totalmente operacional.

Cabe evidenciar que se o cronograma do mutuário envolver uma etapa de definição de projeto anterior ao planejamento, isso deve ser considerado como também uma etapa de consulta, em especial se englobar negociações sobre o projeto arquitetônico da escola e escolha do local da obra. A participação deve ser contemplada em diferentes níveis, devendo ocorrer em toda e cada etapa, seguindo um contínuo:

a) O primeiro nível é **o compartilhamento de informações** e permite que as partes interessadas conheçam o Programa e se mantenham informadas sobre as etapas previstas, cronograma previsto da obra, número de pessoas envolvidas etc. Essa ação implica transferência de informações unidirecionais: do projeto para as partes interessadas. Com isso os comunitários têm a oportunidade de dialogar internamente e de forma prévia e informada sobre o Programa, pois estão fazendo perguntas ao mutuário para processar informações e contribuir, nas próximas etapas, com as reflexões sobre riscos e medidas.
b) O segundo nível inclui **consulta**. As consultas são momentos decisórios que serão previstos nas diversas fases de cada etapa. Nestas etapas, o mutuário, a partir de informações prévias sobre o Programa, os riscos identificados, medidas sugeridas na avaliação sociocultural, e diálogo estabelecido de forma prévia sobre o Programa, sugere medidas e/ou propõe alguma ação e ouve o retorno dado pela ARQUINEC e partes interessadas. Essa ação implica transferência bidirecional de informações: o

Programa oferecerá opções e ouvirá as partes até que haja uma decisão. Destaca-se que esta etapa toma mais tempo e não necessariamente, a depender do tema, deve ser decidida na mesma reunião. Atentar para os princípios descritos no item anterior para este nível de participação.

c) O terceiro nível inclui **o diálogo**, das partes interessadas em diálogo contínuo com o Programa. Neste nível de participação, o mutuário deve criar uma rotina sobre o andamento do Programa e medidas e estimular que os comunitários se envolvam por meio de diálogos, reflexões, questionamentos, denúncias etc. Caso os diálogos entrem em colapso, é uma evidência de que algum erro e/ou falha foi cometida e a sugestão é fazer, junto com comunitários e ARQUINEC, uma avaliação global e/ou a apresentação de uma reclamação formal através do mecanismo de reparação de queixas.

Abaixo seguem detalhadas as atividades sugeridas para os diferentes níveis de engajamento das partes interessadas.

3.2.1 Atividades de engajamento

3.2.1.1 Compartilhamento de Informações

O compartilhamento de informações é o ponto de partida do esforço de engajamento das partes interessadas. O objetivo é fornecer informações adequadas sobre o Programa, sobre as etapas previstas, fases de engajamento, temas relacionados, riscos previstos para comunidade etc. Este processo unilateral pretende introduzir o Programa na comunidade e em específico, evidenciar o que é um processo de consulta que atua de forma paralela à obra. Cabe evidenciar que os comunitários e a ARQUINEC não tem experiência com processos de consulta, portanto nunca foram chamados a participar e opinar em programas que podem afetar seu cotidiano, mesmo de forma positiva.

Neste contexto vale evidenciar que o mutuário deve fornecer as informações sem exaltar a importância da obra para comunidade, nem fazer julgamentos sobre os riscos previstos e a possibilidade ou não de continuidade da obra. Juízo de valor, como descrito, não faz parte dos princípios a serem adotados nos planos de consulta. O objetivo das atividades de engajamento é que as partes interessadas possam obter informações relevantes e detalhadas sobre o Programa que será implementado na comunidade.

As seguintes atividades são propostas para compartilhar informações com as partes interessadas:

a) Formalização do início do processo com as partes interessadas.

Nesta etapa deve-se considerar formalizar o início do processo às partes interessadas para que as pessoas, grupos e instituições possam se programar e entender o que está sendo proposto. Sugere-se formalizar informações básicas sobre o Programa, o início do processo

de consulta e indicar que será marcada uma primeira reunião de informação na comunidade Campo Verde.

- ✓ Ofício direcionado à ARQUINEC, sua diretoria na figura do presidente[9]. Esta comunicação formal é importante para registrar o início do processo, dar a devida importância ao processo de consulta e consultar a associação sobre a melhor data da primeira reunião, que deve durar no mínimo o dia inteiro. Neste ofício considerar a importante presença dos grupos de base, grupos de mulheres e jovens da ARQUINEC. Após o ofício, uma ligação e/ou mensagem deve dialogar sobre datas e como será feito o deslocamento dos representantes. Para esta reunião os comunitários podem solicitar a presença ampla da comunidade. Deve ser respeitada esta prerrogativa e na reunião alinhar quem serão de fato as partes interessadas no processo para prever os próximos deslocamentos.
- ✓ Ofício à Secretaria de Educação do município de Concórdia do Pará. Este ofício deve ser direcionado a convidar a Secretaria a participar da primeira reunião do processo de consulta, com a data já definida pela ARQUINEC, e deve descrever minimamente do que se trata o processo e os envolvidos. Lembrar que o órgão deve ter tempo de solicitar deslocamento e deve-se considerar estes prazos num cronograma da equipe.

b) Reuniões de Informações

A primeira reunião tem o objetivo de compartilhar informações, tirar dúvidas e informar as partes sobre cronograma, etapas da obra, trabalhadores previstos e evidenciar que será desenvolvido um Plano de Consulta com as partes interessadas para diálogo sobre as etapas, possíveis riscos e medidas. Nesta reunião, que deve durar no mínimo um dia inteiro, pretende-se explicar na primeira parte o que é o Plano de Consulta e como ele estará integrado à obra. Na segunda parte deve-se tratar da escolha do local e expor a planta do projeto e de preferência deixá-la na comunidade para que possam conversar acerca de proposições que possam fazer ao projeto arquitetônico, o que é garantido na etapa de planejamento. Esta ação nesta etapa estimula a participação e evidencia o caráter participativo e consultivo do Programa. Deve-se também considerar a alimentação dos participantes nas reuniões como responsabilidade do mutuário.

Lembra-se que reuniões com duração de no mínimo um dia inteiro e no máximo dois são o melhor formato para compartilhar informações com os comunitários e ARQUINEC, haja vista suas atividades de produção e outras funções que desenvolvem na comunidade.

Deve ser evitado informações relevantes via mensagem de aplicativo. Esta comunicação só deve ser utilizada para confirmação de datas e informações específicas. Esta comunicação centraliza informação e coloca a responsabilidade sobre uma só pessoa, o que pode gerar conflitos com as outras comunidades.

[9] Hoje o presidente é o Sr. Zequinha. Como não se sabe quando será implementado o plano de consulta, será relevante a interlocução da COPIR ou técnico/a do SOME para informações sobre o presidente em exercício da ARQUINEC na oportunidade.

Reuniões serão marcadas ao longo do processo, nas diferentes etapas, e servem para fornecer informações direcionadas a etapa e fase do Programa. Reuniões específicas para partilhar Informações sobre o Programa, riscos identificados, medidas consideradas pertinentes e cronograma para monitoramento e avaliação da obra e medidas, durante a etapa de implantação, são consideradas relevantes para maior tempo de troca de informação entre mutuário e comunitários.

Por fim, sugere-se a realização de uma etapa anterior ao planejamento, para escolha e avaliaçaõ do local da obra, em atenção às diretrizes apontadas no Capítulo 7. Esta primeira reunião tem o objetivo de avisar os comunitários o que será feito, quando e quem será o responsável, sendo que deve ser fortemente evitado que qualquer atividade seja feita sem o conhecimento e a anuência da ARQUINEC. Os comunitários têm suas atividades diárias e sua forma de governança, e a pessoa destacada precisará se organizar para receber alguém na comunidade.

c) Material visual a ser elaborado junto aos quilombolas

O recurso visual é uma relevante ferramenta para explicar processos e socializar a informação. Só a fala muitas vezes confunde e cai no esquecimento, em especial quando são muitas e diversificadas informações. Durante as reuniões pode e deve ser feito uso do Flip Chart, mapas e desenhos para evidenciar a explicação. Nesse sentido, pode ser solicitado o apoio de professores e jovens, caso entenda necessário. Após as reuniões, toda a informação que for considerada relevante de ser refletida, a fim de preparar uma etapa de consulta, ou um cronograma que precisa estar disponível para os comunitários se programarem, sugere-se requisitar o apoio de professores e jovens para elaborar desenhos e também que sejam entregues folhetos explicativos.

3.2.1.2 Consulta

Durante as reuniões de consulta, ou seja, reuniões marcadas com o objetivo decisório, para obter o consentimento e seguir para a próxima etapa ou atividade proposta, a ARQUINEC e demais partes interessadas apresentarão suas considerações, pontos de vista e dúvidas. As reuniões de consulta podem ocorrer em qualquer etapa em diferentes fases e devem seguir o mesmo formato das reuniões de informação, com exceção de que o conteúdo é diferente. O recomendado é que tudo que precisa ser decidido para o bom andamento do cronograma e planejamento do mutuário, deve ser concentrado na etapa anterior ao planejamento e também na etapa de planejamento, deixando a etapa de implantação do Programa para execução das medidas, monitoramento e avaliação. Nem sempre as etapas de consulta chegam a um consentimento em pouco tempo, dependerá das etapas anteriores. Deve ser previsto tempo no cronograma do mutuário para estas pausas (que podem durar horas ou dias) para se chegar a um consentimento sobre certo assunto.

Os conteúdos que devem ser tratados nesta etapa, de forma geral são: (i) O local da obra (considerar as questões evidenciadas na Avaliação Sociocultural); (ii) O projeto arquitetônico da escola; (iii) possível contratação de mão de obra local e medidas direcionadas aos trabalhadores externos (protocolo sanitário, alojamento fora do território, elaboração do código de conduta); (iv) medidas associadas a cada risco social; (v) avaliação ao fim de cada etapa, para obter consentimento de seguir com o Programa; (vi) reuniões para tratar de medidas de reparação de queixas e denúncias[10] e outras definições, sendo que tudo deve ser documentado.

A cada reunião de consulta, deve ser previamente definido o tema e como será dado consentimento de todos, pois opiniões contrárias podem permanecer firmes até o fim da reunião. Alinhar o formato pode ser relevante para momentos cruciais do cronograma da obra.

3.2.1.3 Diálogo

Nas fases de implantação (construção) da obra o mutuário deve manter diálogo constante com as partes interessadas. Nesta etapa deve ser definido um cronograma de reuniões de avaliação e monitoramento (da obra e das medidas) com tempo curto entre elas, com o objetivo de que problemas sejam capturadas no início e permanecem no nível local gerando resultados positivos e não causem novos impactos e/ou aumentem a significância dos identificados na avaliação sociocultural. Medidas podem causar impactos, devido a este fato medidas devem ter caráter adaptativo e devem ser revistas e monitoradas com este fim, mudarem ou se adaptarem em algum aspecto para evitar e/ou minimizar os impactos.

[10] No caso de denúncias relacionadas ao assédio a mulheres e/ou crianças por trabalhadores, estimular uma conversa complementar só entre mulheres e deve ser dada preferência a uma mediadora para tal atividade.

4. MODELO DE FACILITAÇÃO/MEDIAÇÃO

4.1 Facilitação de Reunião

A facilitação que envolve comunidades tradicionais é um processo diferente do que se costuma ver em reuniões organizacionais. Normalmente cada grupo tem um modelo de governança onde as decisões são tomadas em diferentes formatos, a depender do tema que está sendo discutido e a depender das oposições marcadas pelo grupo. Este processo deve ser respeitado pois faz parte das estratégias de coesão das famílias e das alianças entre as comunidades.

O Programa deve incluir os seguintes aspectos para ser eficaz e cumprir as normas de consulta:

a) **Seleção de um facilitador/mediador de reunião que deve ter as seguintes características:**

- ✓ Compreender a realidade e história do território e comunidades;
- ✓ Entender a situação local e as experiências pretéritas para usar conceitos e exemplos que podem facilitar em momentos de falta de entendimento. Neste caso pode também solicitar na reunião que eles tragam exemplos de situações similares;
- ✓ Apoiar a discussão horizontal, valorizando a fala e contribuição de todos, e estimular a participação de homens, mulheres, jovens e idosos;
- ✓ Ter paciência para escutar e sensibilidade para captar de forma objetiva o que o interlocutor traz de contribuição ao que está sendo discutido;
- ✓ Evitar palavras de difícil compreensão a todos e quando elas forem necessárias explicar didaticamente e de forma objetiva seu significado;
- ✓ Usar de meios gráficos para apoiar as negociações, como desenhos e indicadores gráficos com o apoio do flip chart;
- ✓ Ter sensibilidade para entender momentos de pausa da reunião, momentos em que os comunitários precisem conversar entre eles e momentos em que é necessário decidir caminhos. Propor o encaminhamento e deixar os participantes decidirem a melhor opção para o momento;
- ✓ Caso pertinente, um bom jogo, dinâmica ou atividade lúdica ajuda as pessoas a se animarem e participarem de forma mais ativa nas reuniões. Lembra-se que este formato “eu falo e vocês sentados escutam” não estimula a participação e dá sono;

b) **Observar e estimular** que as reuniões, em especial nos momentos de consulta, contemplem uma quantidade representativa de homens, mulheres, jovens e lideranças da ARQUINEC, em especial os grupos de base. Estimular o diálogo sobre quórum mínimo das reuniões é uma estratégia para evitar esvaziamentos e/ou que as reuniões, em especial as de consulta, fiquem centralizadas somente em algumas pessoas. Lembra-se que medidas são efetivas quando existe informação e

responsabilidade de todos, e consentimentos são válidos quando respeitam as salvaguardas e tem a representatividade de todas as partes interessadas;

c) Horário e local do encontro:

As reuniões também devem ser agendadas em horário apropriados que permitam a participação de todos. Caso alguns grupos, em especial os grupos de base e mulheres não participem, são necessárias consultas separadas para solicitar suas opiniões sobre o tema discutido;

d) Comunicado:

A reunião deve ser formalmente anunciada de forma apropriada e prévia, no mínimo uma semana antes. Geralmente o acordo sobre data, horários e diálogo com as partes é feita com o presidente da ARQUINEC e ele direcionará o aviso formal às outras partes, ou demandará a alguém esta tarefa. Deve-se procurar saber calendários de reuniões externas, encontros e outras atividades já programadas que não permitiria a participação;

e) Tempo adequado:

Como já descrito, a tomada de decisão coletiva pode levar um bom tempo, a depender do tema. O projeto deve dar aos comunitários tempo suficiente para deliberar questões entre todos os grupos de interesse;

f) Relatório/registro da reunião: Os responsáveis devem elaborar a cada reunião um relatório com as seguintes informações, no mínimo: (i)temas discutidos; (ii) lista de preocupações levantadas para os temas discutidos; (iii) lista de decisões tomadas durante a reunião; e (iv) lista de participantes, com informação de comunidade, sexo e idade.

4.2 Abordagem Participativa

A abordagem geral da facilitação é uma abordagem participativa, a qual permite que todos participem, não apenas alguns; as pessoas permitem ao outro o espaço para pensar e falar, mesmo que ele demore ou reproduza a mesma fala de outra pessoa; pontos de vista opostos podem coexistir, e devem ser valorizados; as pessoas podem respeitar o ponto de vista um do outro, mesmo quando eles não concordam com elas.

O facilitador se concentrará em mover as partes interessadas de baixo nível de comprometimento com o processo para altos níveis de comprometimento. O método de facilitação depende do que é aceitável pelos comunitários. No entanto, o facilitador deve mediar sem interferir nas regras internas do grupo e incluir alguns procedimentos para contemplar o cumprimento das diretrizes internacionais e nacionais descritas no Capítulo 3 da Avaliação Sociocultural, o que inclui:

- ✓ **Regra básica**. Explicar as regras básicas da reunião. Explicar os direitos das comunidades quilombolas em relação ao direito de consulta livre, prévia e informada, o direito de dizer não, inclusive. Explicar que alguns momentos serão decisórios e que deve ser estimulado que eles dialoguem sobre a forma como o acordo e consentimento de todos será alcançado. Para ajudar sugere-se ir inserindo os pontos no flip chart para visualização de todos;
- ✓ **Visão geral.** O facilitador apresenta o assunto, o objetivo do diálogo ou decisão e explica a contribuição de cada parte neste processo. Dessa forma, as partes interessadas entenderão qual é a sua contribuição de forma clara e onde se pretende chegar;
- ✓ **Compartilhamento de informações.** Compartilhar informações sobre o projeto proposto. Isso inclui uma discussão geral, após a qual a comunidade identifica os pontos importantes a serem discutidos. Essa fase termina com uma discussão sobre o conteúdo e execução do que está sendo proposto;
- ✓ **Identificar práticas e regras internas ao grupo**. Identificar de forma participativa as práticas e regras que devem ser consideradas na formulação e implementação do Programa e das medidas. Solicitar e documentar regras, bem como riscos associados e possíveis flexibilidades para remediar ou eliminar riscos potenciais;
- ✓ **Tomada de decisão.** Considerar tempo suficiente para a comunidade avaliar riscos, ameaças e oportunidades na definição sobre as medidas e durante a execução da obra e das medidas. Explicar detalhadamente o processo, incluindo as fases onde a participação da comunidade é necessária;
- ✓ **Mecanismo de reparação de queixas.** Tratar com clareza a necessidade de mecanismos de reparação de queixas, e estimular a reflexão sobre a necessidade e importância em relação à obra e a oportunidade dada a todos de se manifestarem, considerando a vergonha e insegurança de falar em plenária. Muitas vezes as regras internas associadas a mecanismos de queixas se concentram no presidente da associação, o que pode ser validado como um canal de reclamação, mas criar um mecanismo independente que inclua a reparação de reclamações e denúncias da obra, um evento atípico da realidade comunitária, deve ser responsabilidade do mutuário e pode ser valioso para corrigir problemas logo que eles ocorram;
- ✓ **Relatório de resultados**: O facilitador informa aos participantes como o relatório da reunião será compartilhado ou divulgado. Deve ser uma prática padrão compartilhar e discutir os resultados das reuniões e atividades;
- ✓ **Avaliação da reunião:** O facilitador reúne informações dos participantes para ver se as metas do encontro foram atingidas e avalia de forma colaborativa. Caso não tenha sido atingida, deve-se identificar pontos relevantes e estimular a reflexão de como eles podem ser melhorados nas próximas reuniões;

  Próximos passos: O facilitador explica aos participantes o que foi feito naquela reunião, expõe novamente o cronograma e as etapas do processo, atualizando seu momento atual e fala sobre os próximos passos que serão dados no processo, incluindo acordos de horário e melhor dia para o próximo encontro.

5. IMPLEMENTAÇÃO

5.1 Engajamento inicial

Para início do processo deve ser respeitada a regra de contato com a ARQUINEC. Deve ser evidenciada a necessidade de que a associação articule os grupos de base e representantes das mulheres e jovens e outras partes que considere relevante e ressaltar que os deslocamentos serão de responsabilidade do mutuário. Em seguida deve-se solicitar uma resposta em relação à melhor forma para que isso aconteça (disponibilizar combustível, disponibilizar uma van ou ônibus. As comunidades são acessadas via terrestre)

- Hora marcada. Deve ser agendada uma primeira reunião sobre o início do processo com a ARQUINEC, incluindo instituições que podem contribuir com o processo. Deve-se também avisar ao presidente sobre esta abordagem e esperar sua resposta;
- A pauta. Nesta reunião inicial deve ser sugerida a pauta e averiguar se os comunitários tenham outros temas a serem discutidos na reunião;
- Participação. É imprescindível especificar que tipo de participação é necessária para os comunitários e partes interessadas nas diferentes fases do projeto: antes do planejamento, no planejamento, construção e operação. Em relação às instituições, elas não precisam estar em todas as etapas.

Esta primeira reunião será importante para alinhar informações básicas de engajamento das partes para outras reuniões, em especial se for possível valide um cronograma de médio prazo com as atividades previstas de engajamento da etapa inicial.

5.2 Recursos humanos e materiais

A responsabilidade geral pelo processo de engajamento das partes interessadas no processo de consulta é do mutuário. Os recursos necessários para a implementação devem ser previstos antes do início do processo, para que seja feito um planejamento inicial e compromissos possam ser acordados em campo, evitando cancelamentos e/ou descumprimento de acordos, pois isso seria colocar em risco todo o processo. Não esquecer que a palavra tem muita força nas comunidades que mantém fortes laços de parentesco e compadrio, e se você se compromete deve cumprir para não quebrar os laços de confiança que estão sendo construídos.

Aqui citam-se alguns itens importantes que não devem ser esquecidos, mas com certeza eles serão acrescidos de muitos outros necessários ao mutuário para articular o processo. Para o engajamento das partes considerar:

a) Recursos Materiais:

✓ Recursos para deslocamento dos participantes das outras comunidades, como recursos monetários para combustível ou transporte para deslocamento. As comunidades são acessadas via terrestre. Atentar para meses de muita chuva, que podem inviabilizar os acessos até as reuniões;

- ✓ Considerar uma previsão para alimentação dos participantes. Lembra-se que os comunitários estarão o dia todo disponíveis, deixarão suas atividades e não estarão na sua comunidade. Considerar dialogar com o presidente da ARQUINEC na primeira reunião para alinhar este ponto. De qualquer maneira, o mutuário deve prever uma alimentação durante a reunião, para pausas durante o processo de diálogo. Café, sanduiches e até um outro produto comprado da comunidade é bem-vindo e contribui com a renda comunitária;
- ✓ Material de apoio para as reuniões: Flip chart, desenhos, canetas, papel A0, lápis de cor etc.;
- ✓ Verba para impressão de informativos importantes, cronograma e registro das reuniões para entregar aos participantes.

b) Recursos humanos:

- ✓ Especialista em processos de consulta para facilitar e executar o processo. De preferência alguém com formação em antropologia e/ou no mínimo três anos de experiência nestes processos na Amazônia;
- ✓ Assistente do especialista. Sua função será apoiar o especialista, registrar as reuniões, elaborar documentos e ofícios, verificar a lista de participantes, tirar fotos com consentimento sobre o processo, que devem ser usadas só para registro do processo em tela.

6. MECANISMO DE REPARAÇÃO DE QUEIXAS (MRQ)

6.1 Objetivo

O objetivo do MRQ é canalizar uma reclamação ou denúncia para um mecanismo aceitável e institucionalizado para resolver conflitos decorrentes da implementação do processo de consulta, da obra e das medidas. O mecanismo deve focar no diálogo como uma forma neutra para as partes interessadas discutirem problemas e chegarem a uma solução e/ou reparação, quando necessário.

Para o Programa em tela, sugere-se que o mecanismo seja simples, com poucos processos, e seja elaborado em diálogo com os comunitários e ARQUINEC. Considerando que existe uma governança para resolver problemas internos do território, a ideia é construir em colaboração e/ou assimilando suas regras, um procedimento neutro que possa ser relevante para o ciclo do Programa, no qual as reclamações não estejam sujeitas a um possível "filtro" da ARQUINEC, por medo em relação ao cancelamento da obra e/ou por expor uma questão muito particular da comunidade.

Quando foi abordada a questão junto aos comunitários presentes, devido a conflitos causados pelo Programa Nacional de Habitação, sugeriram que caixas fechadas fossem colocadas nas comunidades para que todos tivessem acesso a colocar suas dúvidas e ou reclamação e possíveis denúncias.

Neste contexto, devido ao entendimento prévio da importância deste mecanismo esta equipe entende que não é aconselhável conceber um modelo sem um diálogo mais aprofundado com os comunitários e todo o corpo da ARQUINEC. Será necessário um espaço de diálogo para expor sua necessidade para que os acordos feitos e direitos dos quilombolas sejam respeitados, haja visto que nem sempre os gestores estarão na obra, e para que se possa monitorar melhor os acordos feitos em reunião, a obra e trabalhadores externos. Desta forma a ideia é construir junto com a ARQUINEC e comunitários um mecanismo que possa contemplar suas regras e inserir elementos onde as reclamações e denúncias cheguem até o mutuário.

Recorrer a alguns princípios básicos na sua elaboração será importante:

- O MRQ deve ser projetado para funcionar em nível local, em todas as comunidades, durante a vida útil do Programa, até a entrega da obra. Deve ser dialogado que as reclamações recebidas oferecem oportunidades para informar e melhorar o modo como o mutuário conduz o processo dentro do território;
- O mutuário deve estar comprometido com um relacionamento de trabalho consultivo, participativo, justo e equitativo com os membros da comunidade que expressam preocupações;
- O mutuário também deve se comprometer em garantir que nenhum reclamante seja sujeito à retaliação por parte do mutuário, da empreiteira ou de outros membros da comunidade quando manifestarem suas preocupações e participarem do processo de resolução de queixas;

- O mutuário deve estimular os indivíduos a terem voz no projeto, em especial pessoas que por diferentes motivos não se expõem, mas tem muito a contribuir;
- O MRQ oferece uma oportunidade para estas comunidades, historicamente violadas em suas formas de se expressar e decidir sobre atividades que as afetam, apresentarem queixas, defender seu ponto de vista e seu modo de vida;
- O mutuário deve estimular os quilombolas a defender seus direitos, mesmo que o Programa esteja relacionado com um serviço tão importante para eles, violações podem ser cometidas por descuido, negligência ou falta de informação. É preciso que o mutuário, mesmo em pequena escala, considerando a dimensão da obra, possa cumprir as normas internacionais e legislação nacional.

6.2 A construção do mecanismo de forma participativa

O âmbito, a dimensão e o tipo de mecanismo de queixa serão proporcionais à natureza e à dimensão dos possíveis riscos e impactos do Programa, conforme elencado na matriz de riscos do CSA. O mecanismo de queixa deve conter minimamente três etapas básicas.

6.2.1 Etapa 1: receber e reconhecer uma reclamação

Meios culturalmente adequados pelos quais os comunitários podem colocar ou expor as suas queixas, incluindo, entre outros: diálogo direcionado a este tema, uma reunião específica; uma caixa fechada em cada comunidade nos espaços coletivos que pode receber desenhos e papéis com as queixas, de forma anônima ou não; relatos feitos em particular pelo presidente da ARQUINEC e representantes das comunidades, entre outros a serem construídos em colaboração com os comunitários. Importante dialogar sobre uma rotina para falar sobre este assunto específico, uma sugestão é a cada reunião o mediador dedicar uma hora para avaliação, leitura dos papeis das caixas sem identificação da comunidade e possíveis queixas das etapas em andamento. Deve-se estimular as pessoas com perguntas variadas, levando em conta a avaliação de cada risco descrito no CSA; considerar que poucos comunitários têm fluência na escrita. Desenhos, cartões previamente elaborados pelo mutuário e outras formas a serem discutidas devem ser estimuladas.

- ❖ Lembre! Será necessário o registro das queixas pelo mutuário.

6.2.2 Etapa 2: avaliar, atribuir responsabilidade e investigar

Dialogar sobre os procedimentos que serão seguidos para resolução da queixa. Muitas vezes a mediadora do Plano de Consulta não tem poder para conduzir uma resolução. Deve-se estabelecer um procedimento transparente a ser cumprido: registro da queixa, prazo para resolução e responsável para resposta.

- Lembre! O quanto antes as queixas forem resolvidas, menores as chances de impactos sociais, conflitos e denúncias aos órgãos de defesa.

6.2.3 Etapa 3: consultar e implementar a resolução

Resolução da queixa. Este procedimento deve levar em conta a gravidade da queixa, reclamação ou denúncia. O mutuário deve estar preparado institucionalmente para substituir trabalhadores, adaptar medidas, resolver de forma imediata impactos ambientais causados pela empreiteira e até recorrer a outras instituições para auxiliar na melhor resolução do problema. Por exemplo, como descrito no CSA a comunidade Campo Verde pode ter sua rede de distribuição de energia elétrica sobrecarregada quando da obra, o que pode afetar a escola municipal e casas do entrono da obra. Caso seja evidenciado um problema de queda geral de energia devido à obra, ou que impacte a obra, o mutuário deve estar pronto para receber uma reclamação urgente via mensagem de aplicativo, por exemplo, e tomar providências junto à empresa responsável.

- Lembre! Mesmo que a denúncia possa gerar penalidades à empreiteira ou ao mutuário, é recomendado o registro, enfrentamento e resolução efetiva e rápida do problema, pois a depender da gravidade da denúncia e da não resolução, a ARQUINEC deve ser encorajada a denunciar a sua rede de apoio, no caso, a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), reconhecido parceiro das comunidades.

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A seguir o **Quadro *1*** apresenta um guia com perguntas e informações relevantes, adaptado de Kvam (2017)[11] que podem ser usadas para monitorar as fases do processo de consulta e engajamento, como também serve de orientação para redação do relatório resumido do processo de consulta às partes interessadas. Normalmente ele é solicitado pelo BID como evidência sobre o cumprimento das salvaguardas nacionais internacionais pelo mutuário durante as etapas do Programa.

Este roteiro de perguntas para monitoramento deve ser elaborado a cada etapa do Programa (Pré-planejamento, Planejamento, Implantação da obra e Operação) e deve ser orientado pelas fases e conteúdos descritos neste Plano de Consulta.

Destaca-se que o mutuário terá muitas fontes de informação para não se levar por "achismos". A avaliação sociocultural e este Plano de Consulta em tela deve ser um apoio real para contextualização geral da realidade da comunidade.

[11] Kvam, Reidar. Consulta significativa às partes interessadas: série do BID sobre riscos e oportunidades ambientais e sociais / Reidar Kvam. p. cm. — (Monografia do BID; 545), 2017.

Quadro 1 - Quadro guia para o monitoramento do Plano de Cconsulta Quilmbola e engajamento das partes.

Pergunta de apoio	Objetivo e orientação	Informações relevantes a monitorar
1. Quando o projeto interagiu com as partes interessadas?	Transmitir os princípios que fundamentam o engajamento e decisões em relação à efetiva interação com as partes interessadas.	• Em que ocasiões/horários/com que frequência o mutuário o interage com as partes interessadas? • Por exemplo: se em determinados pontos do ciclo de um projeto: periodicamente (por exemplo, as fases de cada etapa); em resposta a requisitos legais ou outros; em resposta a pedidos das partes interessadas; • Quantificar estas interações em relatório com evidência de fotos e listas de presença; • De que maneira o compromisso com os níveis de participação (compartilhar informação, consulta e diálogo) com as partes interessadas durante a execução do Programa foi contemplado (dividir por etapas).
2. Que objetivos foram definidos para os processos de interação com as partes interessadas?	Transmitir a justificativa e objetivos do Plano de Consulta.	• Quais recursos (custos, responsáveis, outros) foram destinados ao processo de consulta? • Dados de referência e indicadores usados no monitoramento e avaliação da capacidade institucional adicional necessária para tornar a execução mais eficaz; • Plano de Consulta: principais categorias e subcategorias de partes interessadas. Natureza de sua participação no projeto, principais características, como o projeto interagiu com cada um dos diferentes grupos; • Exemplos de como o Plano de Consulta se baseou nos resultados da análise das partes interessadas (CSA); • Medidas/estratégias especiais aplicadas para assegurar a participação efetiva das partes; • Possíveis atualizações feitas no Plano de Consulta;

Pergunta de apoio	Objetivo e orientação	Informações relevantes a monitorar
		• Evidências de apoio ou oposição de instituições envolvidas, nos casos pertinentes; • Exemplos de diferentes opiniões entre as partes interessadas (Por exemplo evidências de acordo ou discordância em relação a momentos de consulta – local da obra, projeto arquitetônico da escola e medidas para reduzir riscos); • Em que base as comunidades entram em consentimento nos momentos decisórios – mecanismos e interação (por exemplo, aceitação, compreensão, discordância, negociação de medidas)?
3. Com quais partes interessadas a equipe do projeto interagiu?	Fornecer exemplos concretos e dados qualitativos e quantitativos; Exemplos podem ser extraídos preferencialmente de situações em que há desafios reais, em oposição àquelas que envolverem um problema restrito e/ou fácil de resolver.	• Subgrupos específicos de partes interessadas com participação especial: mulheres e jovens; • A lógica geral guiando as interações; • As finalidades específicas de diferentes interações e a medida em que essas finalidades foram alcançadas ou promovidas; • Se as interações foram eventos únicos (reservados) ou eram parte de um processo de interação contínuo; • Quantas partes interessadas interagiram ou quantas sessões de consulta ocorreram em momentos decisórios; • Possíveis alterações feitas no plano de interação e motivos das alterações; • Feedback na integra por escrito indicando de modo resumido as iniciativas do Programa/mutuário relacionadas às preocupações e inseguranças.
4. Que formatos de interação foram priorizados?	Demonstrar que a forma de consulta foi adaptada às especificidades socioculturais da	• Breve descrição de eventos e discussões (local, formato, número de participantes, questões-chave e preocupações levantadas), como foi documentado, se foi alcançado um consenso;

Pergunta de apoio	Objetivo e orientação	Informações relevantes a monitorar
	comunidade e como se baseou no Plano de Consulta e CSA.	• Informações fornecidas aos grupos de partes interessadas antes das reuniões de consulta; • Horários, duração e formatos escolhidos e por que motivo; • Documentos fundamentais divulgados às partes interessadas; • Divulgação dos resultados do processo de consulta; • Quantidade de tempo concedida às partes interessadas para examinar e discutir as informações; • Medidas para assegurar que o processo respeita as opiniões das diferentes partes interessadas; • Exemplos de partes interessadas aderindo ao processo e desenvolvendo confiança em que o processo de interação era justo e legítimo; • Métodos dialogados e aplicados ao processo de consentimento nas reuniões de consulta; • Diferenças mais marcantes entre as partes interessadas (por ex. Preocupações dos comunitários de Campo Verde e das outras comunidades).
5. De que maneira os pontos de vista das partes interessadas influenciaram o planejamento e	Demonstrar, por meio de exemplos concretos, em que medida o processo de interação com as partes interessadas	• As opiniões, anseios e contribuições específicas das partes interessadas sobre as diferentes questões sobre a obra; • Contribuições prestadas pelas partes interessadas as medidas para reduzir riscos identificados;

Pergunta de apoio	Objetivo e orientação	Informações relevantes a monitorar
execução do Programa (nas diferentes Etapas)?	cumpriu o objetivo proposto de dialogar sobre salvaguardas relacionadas aos riscos, sobre os riscos identificados e sobre medidas a serem executadas.	• Decisões ou medidas da equipe do projeto em relação a questões que tenham sido embasadas pelas contribuições das partes interessadas (por exemplo, uma decisão de não prosseguir com uma medida com base em contribuições dos comunitários, uma mudança no planejamento da obra com base em uma negociação); • Motivos para a decisão de não incorporar ou abordar questões significativas levantadas por partes interessadas; • Se e como as partes interessadas foram informadas acerca das decisões, medidas ou outras mudanças resultantes de suas contribuições.
6. De que maneira o projeto estabeleceu mecanismos de reparação de queixas? Como eles estão funcionando?	Explicar os processos aplicáveis quando as partes interessadas afetadas têm questões ou dúvidas; quando há necessidade de mediação; ou quando o projeto for considerado o causador de algum impacto negativo ou contribuiu para que ocorresse.	• Meios/mecanismo pelos quais o Programa recebe queixas ou dúvidas acerca dos impactos, reclamações e denúncias do Programa/obra e efetividade das medidas; • Tipo de Mecanismo de Reparação de Queixas criado e como agregou regras internas do grupo? • Tipos de queixas recebidas e se não recebeu a que atribui? • Esforços para a mediação ou solução de problemas; • Critérios para avaliar a eficácia das soluções encontradas; • Tendências e padrões em queixas ou dúvidas e respectivas soluções; • Exemplos significativos de reparação para uma queixa, reclamação ou denuncia real.